



REPÚBLICA DE CABO VERDE

---

**Ministério das Finanças e do Planeamento**

**PROPOSTA DE  
ORÇAMENTO DO ESTADO  
PARA 2012  
RELATÓRIO**

---

**SETEMBRO 2011**

## Índice de Conteúdos

<b>I</b>	<b>ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO RECENTE</b> .....	<b>7</b>
1.1.	Evolução Recente .....	7
1.1.1.	Enquadramento Internacional .....	7
1.1.2.	Economia Cabo-verdiana .....	19
1.1.2.1.	Crescimento Económico .....	19
1.1.2.2.	Inflação .....	20
1.1.2.3.	Sector Monetário e Cambial.....	21
1.1.2.4.	Sector Externo .....	23
1.1.2.5.	Finanças Públicas em 2011.....	27
1.1.2.5.1.	Análise Global .....	27
1.1.2.5.1.1.	Receitas .....	29
1.1.2.5.1.2.	Despesas .....	31
1.1.2.5.1.3.	Dívida Pública.....	33
1.1.2.5.1.4.	Dívida Interna.....	33
1.1.2.5.1.5.	Dívida externa.....	34
<b>2</b>	<b>PERSPECTIVAS PARA 2012</b> .....	<b>35</b>
2.1	Enquadramento Internacional .....	35
2.2	Perspectivas Económicas Nacionais para 2012.....	36
2.2.1	Crescimento Económico .....	36
2.2.2	Inflação .....	37
2.2.3	Sector Monetário e Cambial.....	37
2.2.4	Sector Externo .....	38
2.3	<b>Estratégia de Consolidação Orçamental: Medidas Transversais e Sectoriais</b> .....	<b>39</b>
2.3.1	<b>Medidas do Lado das Despesas</b> .....	<b>39</b>
2.3.1.1	<b>Quadro Referencial Despesas de Funcionamento</b> .....	<b>39</b>
2.3.1.2	<b>Medidas de Políticas Adoptadas</b> .....	<b>39</b>
2.3.2	<b>Medidas de Política Fiscal e Aduaneira</b> .....	<b>41</b>
2.3.2.1	<b>Introdução e Objectivos</b> .....	<b>41</b>
2.3.3	<b>Combate à Fraude e Evasão Fiscais</b> .....	<b>43</b>
2.3.4	<b>Eficiência e Eficácia da Administração Fiscal</b> .....	<b>45</b>
2.3.4.1	<b>Recuperação de dívidas fiscais</b> .....	<b>45</b>
2.3.4.2	<b>Modernização e informatização da DGCI</b> .....	<b>45</b>
2.3.4.3	<b>Reforma da legislação fiscal</b> .....	<b>46</b>
2.3.4.4	<b>Revisão e racionalização dos benefícios fiscais</b> .....	<b>48</b>
2.3.4.5	<b>Melhoria no Relacionamento Fisco/ Contribuintes</b> .....	<b>48</b>
2.3.5	<b>Política Aduaneira</b> .....	<b>50</b>
2.3.6	<b>Política da Dívida Pública para 2012</b> .....	<b>54</b>
2.4	<b>Finanças Públicas em 2012</b> .....	<b>57</b>
2.4.1	<b>Análise Global</b> .....	<b>57</b>
2.4.2	<b>Receita</b> .....	<b>59</b>
2.4.2.1	<b>Receitas fiscais</b> .....	<b>60</b>
2.4.2.1.1.1	<b>Impostos Directos</b> .....	<b>61</b>
2.4.2.1.2	<b>-Impostos Indirectos</b> .....	<b>61</b>
2.4.2.2	<b>Outras Receitas</b> .....	<b>62</b>
2.4.2.3	<b>Donativos</b> .....	<b>62</b>
2.4.3	<b>Despesa do Estado</b> .....	<b>62</b>

2.4.3.1	<b>Despesas Globais</b> .....	62
2.4.3.2	<b>Despesa de Funcionamento</b> .....	63
2.4.3.2.1	<b>Por Classificação Económica</b> .....	64
2.4.3.2.2	<b>Por Classificação Orgânica</b> .....	67
2.4.3.2.3	<b>Por Classificação Funcional</b> .....	69
2.4.3.3	<b>Despesa de Investimento</b> .....	71
2.4.3.3.1	<b>Prioridades e Metas da Política de Investimento para 2012</b> 71	
2.4.3.3.2	<b>Objectivos e Metas da política de Investimentos</b> .....	72
2.4.3.3.3	<b>Financiamento do Programa de Investimento Públicos 2012</b> 73	
2.4.3.3.4	<b>Análise Por Eixos Prioritários</b> .....	75
2.4.3.3.5	<b>Financiamento por Ministério</b> .....	80
2.4.3.4	<b>Dívida Pública</b> .....	84
2.4.3.4.1	<b>Dívida Interna</b> .....	84
2.4.3.4.2	<b>Dívida Externa</b> .....	85
2.4.3.4.3	<b>Programação para 2012</b> .....	86
2.4.3.4.4	<b>Financiamento</b> .....	87
2.5	<b>Benefícios Fiscais Concedidos e Receitas Cessantes</b> .....	88
2.5.1	<b>Benefícios Fiscais Concedidos pela DGCI no ano Fiscal 2010</b> 89	
2.5.2	<b>Estrutura dos benefícios fiscais concedidos em 2010, por Sector de Actividade</b> .....	89
2.5.3	<b>Estrutura dos benefícios fiscais concedidos no final de 2010, por Concelho</b> .....	90
2.5.4	<b>Benefícios Fiscais Realizados na Direcção Geral das Alfandegas</b> .....	91
2.6	<b>Políticas Sectoriais para 2012</b> .....	92
2.6.1	<b>Medidas de Política para o Sector Energético</b> .....	92
2.6.1.1	<b>Cabo Verde 50% Renovável em 2020 Estratégia e Plano de Acção</b> .....	92
2.6.1.1.1	<b>Energias Renováveis</b> .....	93
2.6.2	<b>Medidas de Política do Trabalho, Emprego, Formação e Qualificação Profissional</b> .....	94
2.6.2.1	<b>Emprego Formação e Qualificação Profissionais</b> .....	94
2.6.2.1.1	<b>Emprego</b> .....	95
2.6.2.1.2	<b>Formação Profissional</b> .....	96
2.6.2.1.3	<b>Sistema Nacional de Qualificações</b> .....	96
2.6.2.2	<b>Modernização do quadro legislativo e promoção de mais justiça laboral</b> .....	97
2.6.2.3	<b>Flexibilização do mercado laboral</b> .....	97
2.6.2.4	<b>Conselho de Concertação Social</b> .....	98
2.6.2.5	<b>Sistema Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho</b> .....	98
2.6.3	<b>Medidas de Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública para o Orçamento do Estado 2012</b> 99	
2.6.3.1	<b>Introdução</b> .....	99
2.6.4	<b>Medidas de Política</b> .....	100
2.6.4.1	<b>Novos instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública</b> .....	100

---

<b>2.6.4.2</b>	<b>Política de Formação Profissional Contínua dos Recursos Humanos da Administração Pública.....</b>	<b>101</b>
<b>2.6.4.3</b>	<b>Gestão Previsional dos Recursos Humanos.....</b>	<b>102</b>
<b>2.6.4.3.1</b>	<b>Estágios profissionais na Administração Pública e Bolsa de Qualificação e Emprego .....</b>	<b>102</b>
<b>2.6.4.3.2</b>	<b>Consolidação da desconcentração da BDRH.....</b>	<b>103</b>
<b>2.6.4.3.3</b>	<b>Racionalização das estruturas e desenvolvimento Organizacional.....</b>	<b>104</b>
<b>2.6.4.4</b>	<b>Protecção Social .....</b>	<b>105</b>

## Índice de Figuras

Figura I -	Gráfico - Evolução do Índice de Gestores de Compras .....	8
Fonte: MARKIT 8		
Figura II -	Gráfico - Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas .....	9
Figura III -	Gráfico - Evolução de Preços do Petróleo .....	9
Figura IV -	- Evolução dos índices de Preços dos Produtos Alimentares .....	10
Figura V -	Indicadores Seleccionados EUA .....	11
Figura VI -	Indicadores Seleccionados Zona Euro .....	13
Figura VII -	Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação .....	18
Figura VIII -	Crescimento do PIB por Grupo de Países .....	19
Figura IX -	Evolução dos indicadores de tendência da actividade económica ....	20
Figura X -	Evolução da taxa de inflação (%) .....	21
Figura XI -	Evolução dos indicadores monetários e financeiros .....	23
Figura XII -	Evolução das Remessas de Emigrante (milhões CVE) .....	24
Figura XIII -	Variações Homólogas registadas na Balança de Pagamentos .....	25
Figura XIV -	Projectão de Indicadores Económicos 2011 .....	27
Figura XV -	Principais Indicadores Orçamentais .....	28
<b>Erro! Indicador não definido.</b>		
Figura XVI -	Receitas da Administração Central .....	30
Figura XVII -	Despesa de Administração Central .....	31
Figura XVIII -	Principais Indicadores da Dívida Pública .....	33
Figura XIX -	Projectão de Indicadores Económicos 2012 .....	38
Figura XX -	Evolução das Finanças Públicas .....	58
Figura XXI -	Evolução das Receitas .....	60
Figura XXII -	Evolução das Despesas .....	63
Figura XXIII -	Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica .....	69
Figura XXIV -	Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional .....	71
Figura XXV -	Evolução da Despesa de Investimento .....	74
Figura XXVI -	Evolução da Ajuda Orçamental .....	74
Figura XXVII -	Evolução da Despesa de Investimento por Eixos do DECRP .....	75
Figura XXVIII -	Financiamento por Ministério e Tipo de Financiamento .....	80
Figura XXIX -	Principais Indicadores de Dívida .....	84
Figura XXX -	Empréstimos de Retrocessão .....	87
Figura XXXI -	Benefícios Fiscais Concedidos em 2010 .....	88
Figura XXXII -	Evolução dos Benefícios Fiscais .....	88
Figura XXXIII -	Benefícios Evolução dos Benefícios Fiscais Concedidos .....	90
Figura XXXIV -	Benefícios Fiscais Concedidos, por Concelho .....	91
Figura XXXV -	Benefícios Fiscais, por Concelho no Triénio de 2008 /2010 .....	92

## Lista De Abreviaturas

ADEI	Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação
AN	Assembleia Nacional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BADEA	Banco Árabe de Desenvolvimento Económico Africano
BCA	Banco Comercial do Atlântico
BCE	Banco Central Europeu
BCV	Banco de Cabo Verde
BM	Banco Mundial
CE	Comissão Europeia
CGE	Conta Geral do Estado
DECRP	Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
DGCI	Direção Geral das Contribuições e Impostos
ECV	Escudos Cabo-verdianos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FEEF	Fundo Europeu de Estabilização Financeira
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICE	Imposto sobre o Consumo Especial
IHPC	Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor
INAG	Instituto Nacional de Administração e Gestão
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IUR	Imposto Único sobre o Rendimento
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MFP	Ministério das Finanças e do Planeamento
OFID	OPEC Fund for International Development
OMC	Organização Mundial do Comércio
OTNS	Obrigações do Tesouro Nova Série
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNLPR	Programa Nacional de Luta contra Pobreza Rural
PSI	Policy Support Instrument
QDMP	Quadro de Despesas a Médio Prazo
SIM	Sistema de Informação Municipal
TIM	Título de Intervenção Monetária
TRM	Título de Regulação Monetária
USD	United States Dollars

# I ECONOMIA CABOVERDIANA E FINANÇAS PÚBLICAS: EVOLUÇÃO RECENTE

## I.1. Evolução Recente

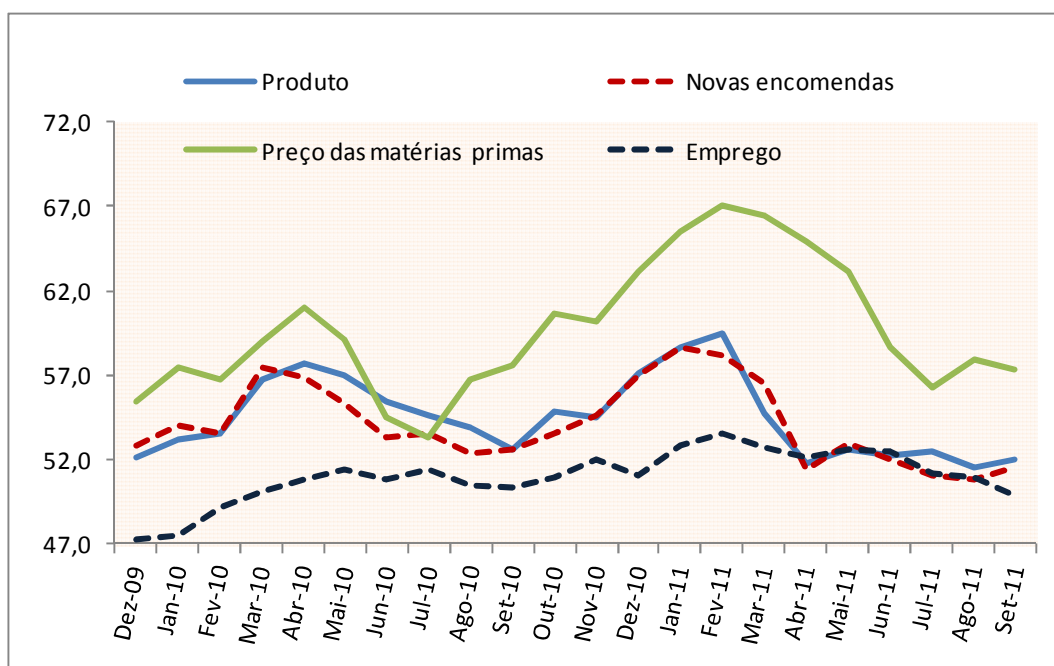
### I.1.1. Enquadramento Internacional

1. A actividade económica mundial continua a crescer, pese embora o abrandamento no ritmo de crescimento. A espiral inflacionista nos países emergentes e em desenvolvimento, a contracção da actividade económica no Japão, a situação económico-financeira nos Estados Unidos de América (EUA) e na Europa indicam que a economia mundial poderá enfrentar uma nova recessão.
2. Face aos desenvolvimentos recentes da conjuntura económica internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI), reviu pela segunda vez em baixa as perspectivas para o crescimento da actividade económica mundial. O produto global deverá crescer 4% em 2011, 0,3p.p. abaixo da actualização de Junho das perspectivas económicas mundiais .
3. Em termos regionais, as economias emergentes e em desenvolvimento continuam como principais propulsionadoras do crescimento económico mundial, devendo crescer em média 6,4% em 2011. Nas economias avançadas, os EUA, Europa e Japão enfrentam severas dificuldades. Contudo, perspectiva-se um crescimento económico em torno de 1,6%, menos 0,6p.p que nas perspectivas de Junho.
4. Em termos globais, os indicadores recentes apontam para um abrandamento da expansão económica mundial. Entretanto, o Índice de Gestores de Compras – Global Manufacturing and Services PMI<sup>1</sup> Summary na língua inglesa - publicado pela JP Morgan e Markit, após uma ligeira queda em Agosto para 51,5, subiu para 52, valores em Setembro.

---

<sup>1</sup> 50 significando nenhuma alteração em relação ao mês anterior

**Figura I - Gráfico - Evolução do Índice de Gestores de Compras**



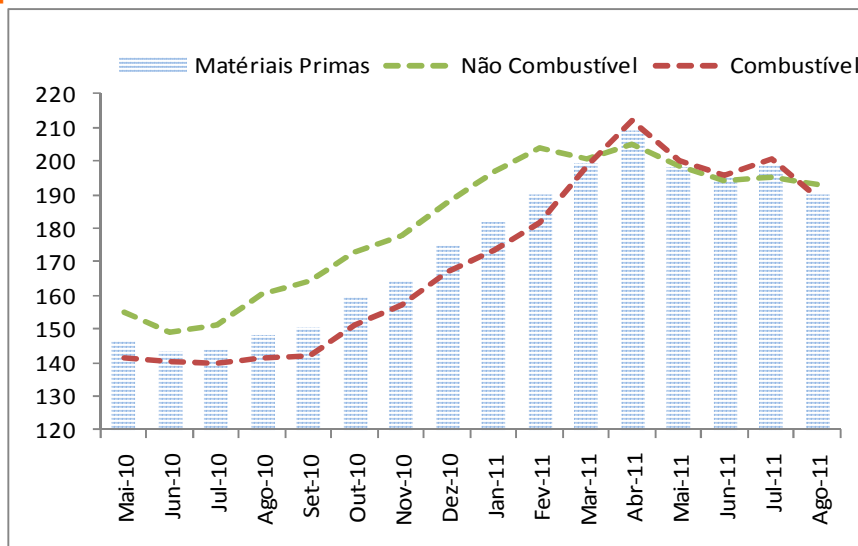
Fonte: MARKIT

5. Os mercados financeiros internacionais, devido aos riscos e especulações em torno da sustentabilidade da dívida pública, em particular na zona euro e mais recentemente nos EUA, têm registado algumas volatilidades. Entretanto, as taxas de juro Euribor registam uma tendência ascendente. No dia 08 de Setembro as taxas de juro a prazo de um, três, seis e doze meses situavam-se respectivamente em 1,34; 1,53; 1,73 e 2,06%.
6. Relativamente ao mercado cambial, entre 30 de Junho e 15 de Agosto, o euro depreciou 1,0% face ao dólar norte-americano e 2,8% em relação à libra esterlina.
7. Quanto a esfera nominal, as pressões inflacionistas mundiais continuam ascendentes. Nas economias avançadas e emergentes as taxas de inflação aumentaram significativamente ao longo do primeiro semestre de 2011, devendo situar-se nos 2,6% e 7,5%, respectivamente, no final do ano.



8. O índice de preço dos produtos energéticos e não energéticos, em Agosto aumentou em cerca de 28% em termos homólogos. Porém, de Julho a Agosto, regista-se uma variação negativa de 4,5%, devido à contracção da procura global.

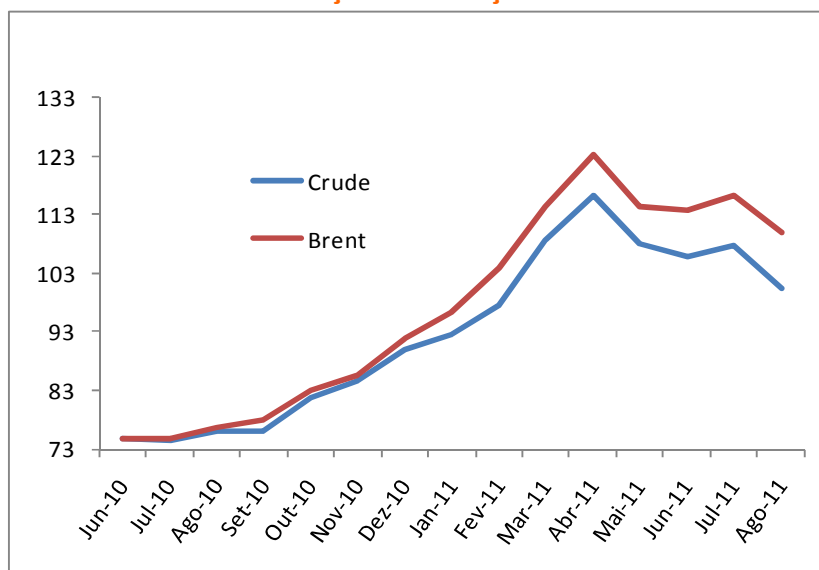
**Figura II - Gráfico - Evolução do Índice de Preços das Matérias-primas**



Fonte: Index Mundi

9. O preço do Brent caiu 5,5% em Agosto, tendo posteriormente registado uma inversão no sentido ascendente. No dia 9 de Setembro, o Brent cotava-se a 114,23 dólares o barril, ou seja, 3,8% acima do preço médio registado em Agosto 2010.

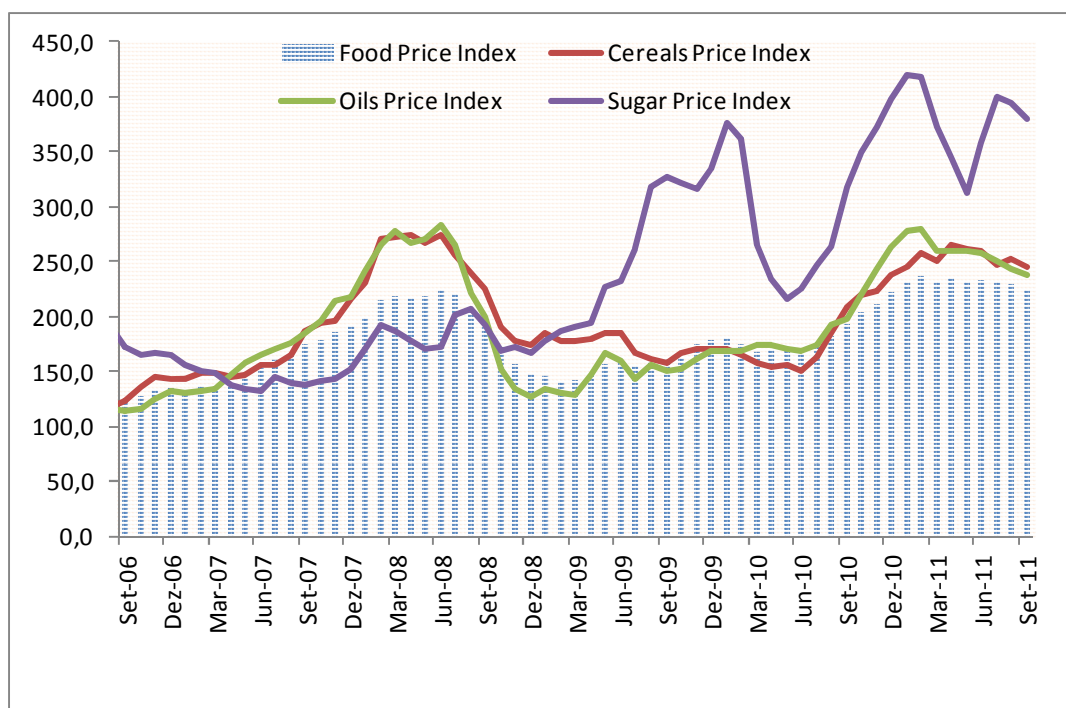
**Figura III - Gráfico - Evolução de Preços do Petróleo**



Fonte: Index Mundi

10. O preço dos produtos alimentares, medido pelo índice de preços da FAO, voltou a cair no mês de Setembro. A evolução do preço dos cereais e do açúcar foi a que mais contribuiu para a variação do índice, que ficou 2,9% abaixo do valor registado em Março e -4,5% face a Agosto. Contudo, em termos homólogos realça-se uma variação positiva em torno de 16%.

Figura IV - - Evolução dos índices de Preços dos Produtos Alimentares



Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)

11. Todavia, a pressão ascendente sobre os preços dos produtos alimentares deverá persistir, reflectindo em particular a forte procura, devido a produção de biocombustíveis e ao *boom* nas economias emergentes e em desenvolvimento, e os choques de oferta. Os países dependentes da importação de produtos alimentares de base e as economias mais vulneráveis serão os mais afectados.

## EUA

12. A expansão da actividade económica nos Estados Unidos de América, conforme os indicadores recentemente divulgados, tende a registar alguma desaceleração.

As últimas estimativas divulgadas pelo departamento de análises económicas (Bureau of Economic Analysis, na língua inglesa), indicam que a taxa de crescimento do PIB em termos anuais, foi de 1,3% no segundo trimestre de 2011.

13. Entretanto, a actividade económica deverá crescer 1,5% em 2011 menos I.p.p. face as projecções de Junho.
14. Quanto a situação no mercado de trabalho, a taxa de desemprego permanece a volta de 9,1% em Setembro, pelo terceiro mês consecutivo. A taxa de inflação atingiu 3,7% em Agosto. A subida dos preços no consumidor continua a reflectir o aumento, em menor escala, dos preços dos produtos energéticos e dos produtos alimentares.
15. Em termos de política monetária, a taxa de referência dos fundos federais (*fed funds*) mantém-se inalterada, no intervalo [0%-0,25%]. Mantendo a sua taxa inalterada na sua última reunião, o Comité do Mercado Aberto da Reserva Federal, considera que as condições económicas ainda não são favoráveis, tendo em conta a evolução da taxa de desemprego.

**Figura V - Indicadores Seleccionados EUA**

	Jun-11	Mai-11	Abr-11	Mar-11	Fev-11	Jan-11
Taxa de Desemprego	9,2%	9,1%	9,0%	8,8%	8,9%	9,0%
Inflação Homóloga	3,4%	3,4%	3,1%	2,7%	2,2%	1,7%
Índice Prod. Industrial*	3,4%	3,3%	4,8%	5,3%	5,2%	5,8%
Vendas no Comércio à Retalho*	8,1%	7,8%	7,2%	7,5%	9,1%	8,0%

Fonte: US Bureau of Economic Analysis. Federal Reserve Bank.

\* Taxa de variação homóloga

16. A diminuição do *rating* do risco país dos EUA de triplo A para AA+, pela Standard&Poor's, em finais de Julho, teve um forte impacto negativo na economia mundial, aumentando as preocupações de uma nova e profunda recessão global e do agravamento do défice orçamental das economias avançadas. De entre as

reacções mundiais imediatas, destacam-se a forte turbulência causada nos mercados financeiros, a queda do preço do petróleo, uma perda de confiança generalizada dos investidores, a corrida para a venda dos títulos de dívida pública norte-americanas, uma forte pressão para o aumento das suas taxas de juro, e uma relativa crispação política entre a China e os EUA, dado que o primeiro é o maior detentor da dívida pública norte-americana e vem sentindo uma maior pressão para a revisão da sua política económica internacional.

17. O Governo Norte-Americano decidiu alargar o tecto (ceiling) da dívida pública e restringir as despesas orçamentais, com o objectivo de promover a redução das incertezas nos mercados e a consolidação da credibilidade das finanças públicas dos EUA. De igual modo, existe a possibilidade de o FED lançar uma nova rodada de estímulo monetário.

### Zona Euro

18. A situação económico-financeira na zona euro continua significativamente condicionada pelos desenvolvimentos nos mercados da dívida pública e da performance dos países no quadro dos programas de ajustamento económico e financeiro vigente.
19. Entretanto, numa análise prospectiva, o FMI reviu em baixa o crescimento para zona euro em 2011 para 1,6% (0,4p.p abaixo das perspectivas anteriores).
20. A taxa de inflação homóloga medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) foi de 2,5% em Agosto. Todavia, é de realçar que os indicadores monetários têm vindo a recuperar gradualmente e a liquidez permanece ampla.
21. Na análise de política monetária, para conter a liquidez num quadro do agravamento da conjuntura económica na região, o Conselho do Banco Central Europeu (BCE), no dia 8 de Setembro, manteve inalteradas as suas taxas directoras em 0,25p.p. A taxa de juro aplicável às operações principais de

refinanciamento e as taxas da facilidade permanente de absorção e de cedência de liquidez fixam-se em 1,50; 0,75 e 2,25%, respectivamente.

**Figura VI - Indicadores Seleccionados Zona Euro**

	Jun-11	Mai-11	Abr-11	Mar-11	Fev-11	Jan-11
Taxa de Desemprego	-	9,9%	9,9%	9,9%	10,0%	10,0%
Inflação Homóloga	2,7%	2,7%	2,8%	2,7%	2,4%	2,3%
Sentimento Económico*	105,1	105,5	106,1	107,3	107,9	106,8
Confiança no Consumidor*	-10	-10	-12	-11	-10	-11
Confiança na Indústria*	3	4	6	7	7	6

Fonte: EUROSTAT e Banco de Portugal.

\* Saldo das Respostas Extremas

22. A 21 de Julho, o Conselho da União Europeia deliberou apoiar um novo programa para Grécia, em conjunto com o FMI e o sector privado (até 109 mil milhões de Euros), melhorar a eficácia do FEEF<sup>2</sup>, através do financiamento da recapitalização de instituições financeiras via empréstimos aos governos (mesmo os não sujeitos a programas) e da intervenção no mercado em circunstâncias de sérios riscos para a estabilidade financeira, e reforçar a governação económica (pacote legislativo sobre reforço do PEC e supervisão macroeconómica).
23. Na sequência de indícios cada vez mais claros de problemas económico-financeiros na Espanha e Itália, após uma paragem de cinco meses, o BCE decidiu reactivar o seu programa de compra de títulos da dívida de países em situação de risco (desta vez, Espanha e Portugal). Os títulos são adquiridos nos mercados secundários, visando provocar um impacto positivo nos mercados que leve à descida das taxas de juro.

<sup>2</sup> Fundo Europeu de Estabilização Financeira

**Caixa Nº I - A crise da dívida pública na Zona Euro - Evoluções em Agosto e Setembro****Portugal**

De acordo com o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, os primeiros sinais de ajustamento económico e do deficit, tendo em vista a implementação do pacote de austeridade acordado com a Tróica, são bons. Portugal conseguiu superar as metas orçamentais fixadas pela Tróica (receitas), o que o diferencia da Grécia que não tem cumprido com as metas fixadas.

A aposta no aumento de impostos foi motivada, de acordo com o governo, pela impossibilidade de se cortar no imediato nas despesas públicas, onde se verificou um desvio de cerca de 2 mil milhões de euros. Os impostos sobre a electricidade e o gás foram aumentados e procedeu-se a uma transferência de bens de consumo entre as três categorias de imposto.

De acordo com os dados publicados pelo INE de Portugal, em Agosto de 2011, o aumento das exportações, em 8,4% em termos homólogos no segundo trimestre, contrabalançou a deterioração das contas e permitiu que o PIB estabilizasse face ao primeiro trimestre e caísse 0,9% face ao período homólogo. O consumo das famílias e os gastos da administração pública registaram as maiores quedas de sempre, 3,4% e 4,5% respectivamente. A estagnação do PIB contraria as expectativas de que haveria uma queda do PIB em 1,1% face ao trimestre anterior. Entretanto, convém referir que se as exportações se deteriorarem, Portugal ficará perigosamente perto do caso grego.

O emprego total continua a cair, mas a um ritmo menor. A queda de emprego registada no segundo trimestre foi de -0,8%, em termos homólogos, a menor desde o último trimestre de 2009.

**Grécia**

Tudo indica que a situação é cada vez mais crítica para a Grécia. O governo assumiu não estar em condições para atingir a meta do défice acordada, devido à recessão. O PIB grego contraiu 7,3% no segundo trimestre, em termos homólogos. O défice deverá atingir os 8,6%, em vez dos 7,6% previstos, e o PIB deverá contrair 5%, em vez dos 3,75% previstos. Paira um sentimento de que a Grécia poderá afundar a Zona Euro.

A Grécia tem demonstrado atrasos na implementação das reformas e desvios às metas orçamentais, o que levou a uma suspensão temporária nas conversações com a Tróica. Esta situação teve como consequência o aumento das taxas de juro da dívida pública a 2 anos para um nível acima dos 55%. De igual modo, a Alemanha ameaça cortar a próxima tranche de empréstimo internacional caso a Grécia não cumpra com as suas metas, principalmente as relacionadas com o programa de privatizações. O Fundo Europeu de Estabilização Financeira alertou para a necessidade de se cortar mais nas despesas e nos salários, sob pena de perder os próximos pacotes de ajuda.

**Irlanda**

O FMI exige que a Irlanda alargue o seu programa de privatizações. Já, de acordo com o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, a Irlanda é um caso de sucesso e poderá ser capaz de regressar ao mercado, como planeado, caso continue com a implementação das reformas acordadas.

**Itália**

Em Agosto, o BCE interveio no mercado secundário da dívida pública para deter a tendência ascendente das taxas de juro da dívida soberana italiana. Entretanto, após a intervenção do BCE, a Itália moderou as suas medidas de austeridade, o que mereceu um alerta vermelho da Alemanha. O pacote de austeridade aprovado pelo governo, em Setembro, no valor de 54 mil milhões de euros, inclui como medidas o aumento da taxa normal de IVA e a subida da idade da reforma. Importa referir que a Itália é um dos países mais endividados da Europa, com um rácio superior a 100% do PIB.

**Espanha**

O BCE também interveio no mercado secundário da dívida pública espanhola para deter a tendência ascendente das taxas de juro em Agosto.

O governo espanhol anunciou que chegou a acordo com o Partido Popular, o maior partido da oposição, para inscrever na constituição o estabelecimento de limites no défice público e na dívida.

A crise económica vem aumentando o número de pobres na Espanha. De acordo com o INE daquele país, 21% da população encontrava-se no grupo dos pobres, em Julho, perspectivando-se um aumento para 22% até finais do ano. Em 1991, a taxa de pobreza era de 14%.

### França e Alemanha

De acordo com a OCDE, o crescimento da França será de 0,9% e 0,4% no terceiro e quarto trimestres, muito abaixo das previsões de 1,8% e 1,9% que divulgou em Maio. Em relação à Alemanha, o crescimento será de 2,6% no terceiro trimestre, prevendo-se uma contracção de 1,4% no último trimestre.

As exportações alemãs caíram em Julho (1,8% face a Junho), como reflexo do abrandamento da economia da Zona Euro e da implementação de pacotes de austeridade em diversos países da zona.

### Zona Euro

O BCE mantém a taxa de juro de referência da Zona Euro inalterada em 1,5% e revê em baixa o crescimento económico da zona para 2011 (entre 1.4% e 1.8%). Isso teve como consequência a queda da moeda única, saindo penalizada face ao dólar.

De acordo com a OCDE, o crescimento anualizado da Zona Euro deverá ser negativo no último trimestre, situando-se em -0.4%. Para este resultado contribuirá o mau desempenho da economia alemã, que se prevê que registe uma contracção anualizada de 1.4% nesse período.

Um cenário de abrandamento ou crescimento negativo da economia da Zona Euro tornará o processo de ajustamento económico ainda mais difícil para os países que procuram implementar um pacote de austeridade.

Em consequência das decisões do BCE e do anúncio de um novo pacote de estímulos nos EUA, as taxas Euribor caíram em todas as maturidades, com excepção da taxa a um mês. A tendência será de queda, em função do abrandamento da economia europeia e da redução das pressões inflacionistas.

## Países Emergentes e Avançados da Ásia

24. As economias asiáticas revelaram uma relativa perda de dinamismo no segundo trimestre de 2011. Perspectiva-se uma taxa média de crescimento do produto em torno de 8,2% em 2011 (1,3p.p abaixo do valor apresentado em 2010). A actividade económica na China desacelerou para 9,5% em Junho, face a 9,7% em Março. A taxa de inflação alcançou 6,4% em Junho (após 5,5% em Maio).

25. Entretanto a evolução das actividades económica e financeira, perante uma eventual crise da dívida soberana nos EUA, reflectirá o impacto das políticas económicas.

### Japão

26. A actividade económica no Japão evidencia, após uma contracção de cerca de 0,3% no segundo trimestre de 2011, sinais de retoma. O principal entrave ao

crescimento económico foi as exportações, devido às perturbações do lado da oferta, especialmente no sector automobilístico. Entretanto os dados das perspectivas económicas actuais, apresentam uma contracção da actividade económica em torno de 0,5% (0,2p.p acima das perspectivas de Junho).

27. Relativamente aos preços, constata-se uma taxa de inflação de 0,2% em Junho enquanto a taxa de desemprego atingiu 4,5% da população activa.
28. Do lado monetário, o Banco do Japão, anunciou a injeção de 500 mil milhões de ienes (JPY) na economia. Paralelamente o objectivo para taxa *overnight* não garantida mantém inalterado no intervalo [0,0 e 0,1%].

### América Latina e Caraíbas

29. O crescimento económico nos países da América Latina e Caraíbas continua sólido. Perspectiva-se uma expansão da actividade económica, em média, a volta de 4,5% para 2011.
30. Realça-se que a sustentabilidade do crescimento económico continua dependente da entrada de capitais, das exportações de matérias-primas, e da continuação de estímulos internos.
31. No Brasil, existem sinais crescentes de um abrandamento económico. A taxa de crescimento do produto interno bruto foi revista em baixo para 3,8% menos 0,3p.p que em Junho. Relativamente as condições da mão-de-obra, 6,2% da população activa encontra-se sem trabalho, em Junho. A taxa de inflação foi de 6,7%

### África

32. A economia africana é impulsionada por alguns sectores de actividade, cujo peso e influência variam em função das características dos diferentes países ou regiões.



Nos países com abundância de recursos minerais, como Angola, Argélia, Guiné Equatorial, a expansão económica depende da actividade extractiva. Nos outros países, isto é, os de vocação turística ou agrícola a evolução da actividade económica, procede da procura externa e das condições climáticas.

33. Em geral e em linha com os indicadores recentes, o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável de África dependem em grande parte da integração regional e políticas comerciais, bem como da melhoria das infra-estruturas e governação política. No entanto, o ritmo do crescimento da economia africana, conforme os dados avançados pela OCDE, deverá desacelerar para 3,7% em 2011.

Referindo-se ao mercado de trabalho, pese embora um crescimento económico médio a situar-se nos 5% entre 2001-2010, o desemprego no continente ainda é elevado.

#### Caixa N°2 - Os Países Pobres no Cerco das Crises

Enquanto os países desenvolvidos vão procurando soluções para a crise financeira e das dívidas soberanas, criada por eles próprios, e os países emergentes vão criando almofadas para se precaverem dos impactos negativos da mesma, os países em vias de desenvolvimento, especialmente os mais vulneráveis, se vêem sem muita margem de manobra para esquivarem-se das consequências daí advindas.

O facto é que os países pobres têm que lidar não só com a crise financeira e das finanças públicas dos países ricos, mas também com a crise dos alimentos e das alterações climáticas, de uma forma muito letárgica, como está acontecendo no Corno de África. E ainda se podem acrescentar outras crises, a dos interesses geopolíticos e a dos conflitos sociais, quase crónicas em determinadas regiões e causa e consequência de outras crises.

A crise financeira nos países avançados gerou uma crise das dívidas públicas que deixa um espaço orçamental cada vez mais limitado para o sector da cooperação para o desenvolvimento, a favor dos países pobres. Sendo certo que muitos dos países de baixo rendimento procuram ancorar a sua política na consolidação e sustentabilidade fiscal e orçamental, a redução da ajuda pública ao desenvolvimento faz com que alguns sectores sensíveis (como a educação e a protecção social) sejam preteridos para garantir a estabilidade macroeconómica do país. A crise tem provocado nos países pobres, além disso, a redução das exportações, do investimento directo estrangeiro, das reservas internacionais e das remessas de emigrantes, agravando a balança de pagamentos com consequências no financiamento e na estabilidade das economias desses países.

De acordo com o Banco Mundial, a crise financeira de 2007-2009 terá empurrado um adicional de 64 milhões de pessoas para o grupo dos extremamente pobres, em finais de 2010, e a perspectiva é que a situação se agrave com a crise da dívida soberana que veio à tona em 2011.

A crise alimentar tem assumido um enfoque especial nos países pobres. Fruto dum grande desequilíbrio no princípio da oferta e da procura, em que a primeira está largamente reduzida, a segunda aumenta sistematicamente e se verifica o encarecimento da produção, tem como causas principais a ocorrência de eventos climáticos adversos (devastando campos de cultivo), o aumento do preço dos combustíveis fósseis, o desvio de cereais para a produção de biocombustíveis (principalmente EUA), a deterioração dos solos e o aumento do consumo em determinados países (China, Sudeste Asiático e América do Sul). De acordo com o relatório do Banco Mundial, Food Price Watch, publicado em Agosto de 2011, o stock global de alimentos continua extremamente baixo, fazendo com que pequenos défices ou simples receios sobre a evolução da economia global tenham efeitos ampliados nos preços. Por exemplo, no caso do milho, o seu stock encontra-se a um nível de 13%, o mais baixo desde 1970, e os do arroz e do trigo estão em níveis inferiores a 1990 e 2000, respectivamente.

Os preços dos alimentos têm variado largamente entre países e a nível nacional. O impacto dos preços internacionais a nível nacional depende de diversos factores específicos de cada país, como sejam o tipo de alimento importado, o grau de integração de mercados nacionais e internacionais, as condições de transporte e as políticas nacionais (por exemplo as taxas de tributação).

Os efeitos distributivos amortecedores da crise dos preços dos alimentos têm beneficiado particularmente os países avançados e emergentes. Com efeito, o aumento dos preços dos alimentos tem conduzido a um aumento dos rendimentos dos produtores que, por sua vez, se repercute no aumento dos salários dos trabalhadores agrícolas, diminuindo o impacto negativo sobre a pobreza. Nos países de baixo rendimento esta situação não se verifica dada a (quase) inexistência de trabalhadores assalariados no sector agrícola. De igual modo, o aumento de preços pode ser amortecido pela compra de alimentos substitutos mais baratos, o que parece ser uma opção com maior acessibilidade/viabilidade nos países avançados e emergentes do que nos países de baixo rendimento que estão a deparar-se com graves secas provocadas pelas mudanças climáticas. Finalmente, pode ocorrer a substituição da produção de alimentos mais baratos pelos que mantêm uma tendência crescente de preços, prejudicando a margem de substituição de alimentos pelo lado dos consumidores.

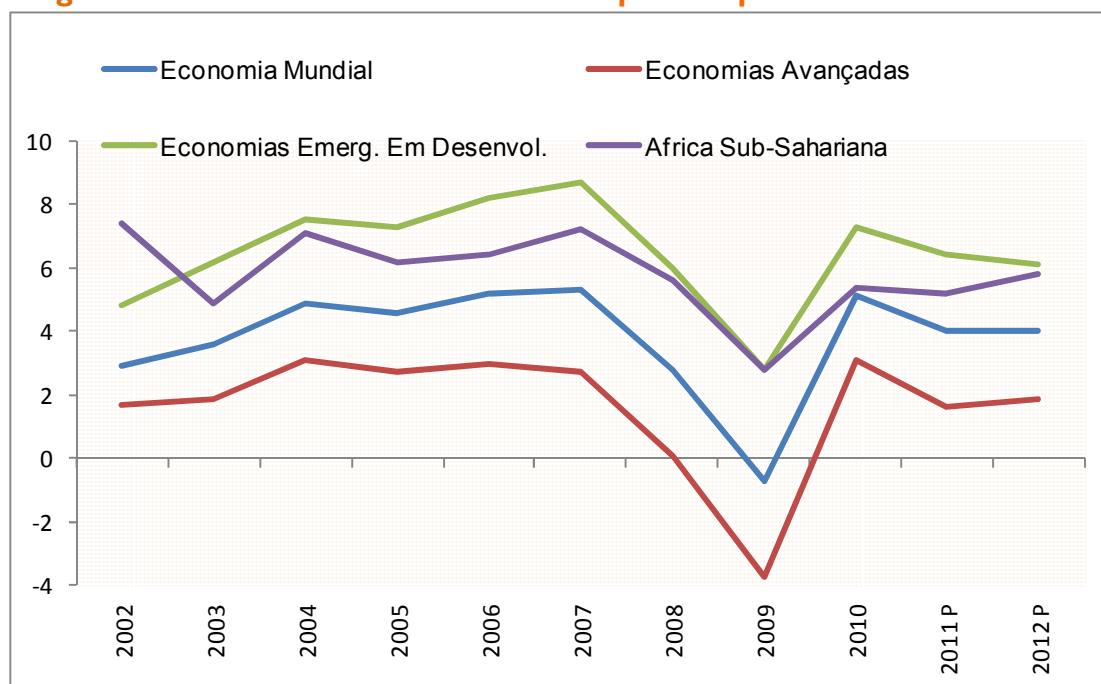
De acordo com o relatório do Banco Mundial, os impactos da crise dos preços dos alimentos e a consequente perda de bem-estar familiar podem ser amortecidos se forem utilizados sistemas/redes de segurança social adequados e se for desenvolvida uma agenda integrada para agricultura, segurança alimentar, pobreza e ambiente que considere todos os factores relacionados com a vulnerabilidade ao aumento dos preços dos alimentos.

O cenário mais alarmante e que ilustra bem todas estas vulnerabilidades é o do Corno de África, constituído por um grupo de países pertencentes à África Sub-Sahariana. Estima-se que mais de 12 milhões de pessoas naquela região carecem de assistência humanitária urgente.

**Figura VII - Crescimento Económico Mundial e Evolução da Inflação**

	2008	2009	2010	2011	2012
<b>PIB REAL</b>					
<b>Economia Mundial</b>	2,8	-0,7	5,1	4,0	4,0
<b>Economias Avançadas</b>	0,1	-3,7	3,1	1,6	1,9
EUA	-0,3	-3,5	3,0	1,5	1,8
Zona Euro	0,4	-4,3	1,8	1,6	1,1
Japão	-1,2	-6,3	4,0	-0,5	2,3
Outras Economias Avançadas	1,1	-2,3	4,3	2,8	3,0
<b>Mercados Emerg. Econ. Em Desenvolvimento</b>	6,0	2,8	7,3	6,4	6,1
China	9,6	9,2	10,3	9,5	9,0
Índia	6,2	6,8	10,1	7,8	7,5
Brasil	5,2	-0,6	7,5	3,8	3,6
Sub-Sahariana	5,6	2,8	5,4	5,2	5,8
<b>INFLAÇÃO</b>					
Economias Avançadas	2,0	0,1	1,6	2,6	1,4
Mercados Emerg. Econ. Em Desenvol.	9,2	5,2	6,1	7,5	5,9
África Sub-Sahariana	11,7	10,5	7,5	8,4	8,3

Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais - FMI (WEO Setembro de 2011)

**Figura VIII - Crescimento do PIB por Grupo de Países**

Fonte: Perspectivas Económicas Mundiais - FMI (WEO-Setembro de 2011)

34. De acordo com o FMI, os desafios para os decisores políticos devem consistir em desenvolver um quadro de consolidação que inclui objectivos claros sobre a dívida de médio prazo e sobre o défice, colocando as finanças públicas numa trajectória sustentável, o que implica identificar poupanças nas despesas e novas receitas.

## 1.1.2. Economia Cabo-verdiana

### 1.1.2.1. Crescimento Económico

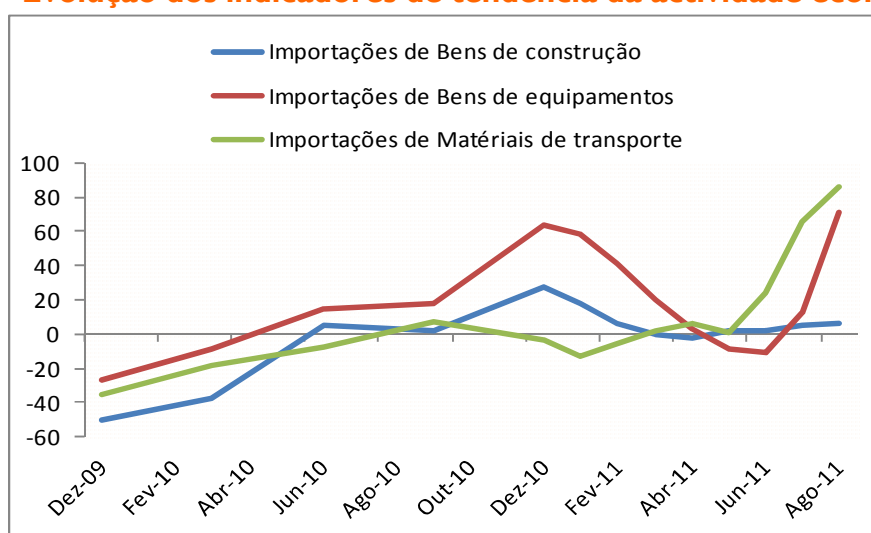
35. Apesar da conjuntura externa globalmente adversa, a actividade económica nacional tem demonstrado sinais de melhoria. Contudo, tendo em conta o aumento dos riscos de contratação nos principais parceiros de Cabo Verde, o MFP reviu em baixa as perspectivas de crescimento para 2011. Com base na programação recente o Ministério das Finanças e do Planeamento perspectiva uma taxa de crescimento real do produto no intervalo [5,5%; 6,5%] em 2011<sup>3</sup>. Este incremento favorável do PIB terá como os seus principais impulsores o

<sup>3</sup> A programação no quadro do OE 2011 previa um crescimento do PIB real no intervalo de [6;7]%

aumento da procura interna, o nível de execução do investimento público e a retoma da procura externa.

36. Entretanto, os indicadores produzidos pelo Banco de Cabo Verde e pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), evidenciam melhorias significativas na actividade económica. A evolução do indicador de clima económico, produzido pelo INE, indica que o ritmo de crescimento da actividade económica acelerou no terceiro trimestre de 2011, invertendo a tendência verificada no trimestre anterior. Os indicadores de tendência da actividade económica, divulgados pelo BCV, sugerem igualmente um aceleração no ritmo de crescimento.

**Figura IX - Evolução dos indicadores de tendência da actividade económica**



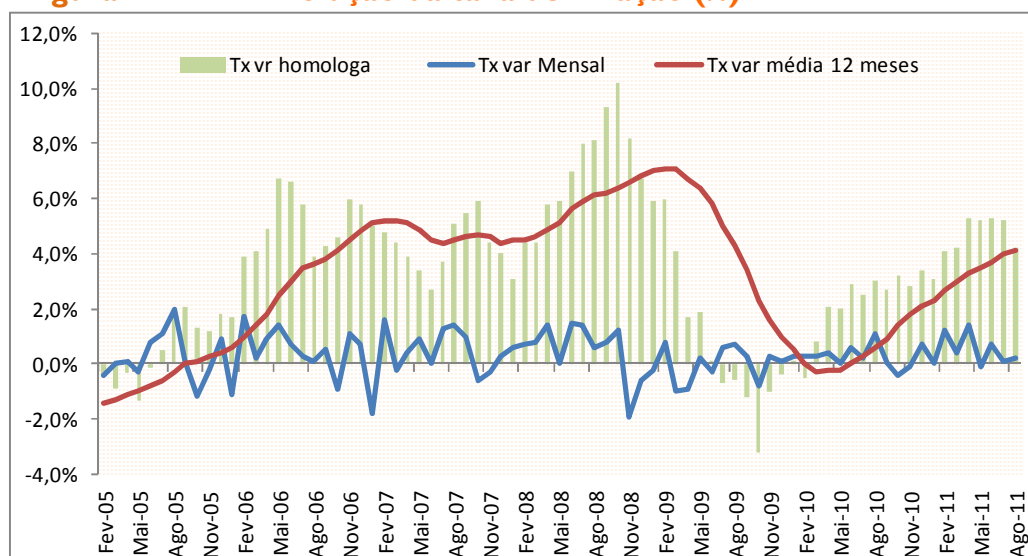
Fonte: Direcção Geral das Alfandegas/Banco de Cabo Verde

### 1.1.2.2. Inflação

37. A taxa de inflação homóloga, referente ao mês de Agosto, foi de 4,2%, determinada sobretudo pela evolução positiva das Classes das Rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis (+7,1%) Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (+4,7%) e dos Transportes (+6,0%).
38. Entretanto, em termos de variação média dos últimos doze meses, a taxa de inflação registada em Agosto foi de 4,1%.

39. Tem-se verificado uma tendência crescente de evolução das taxas de inflação registadas desde Maio de 2010, reflectindo os efeitos da evolução dos preços internacionais das matérias-primas energéticas e não energéticas, assim como os efeitos indirectos da inflação importada na economia cabo-verdiana. Nesta sequência, pode-se perspectivar no curto prazo uma diminuição da taxa de inflação, na decorrência da diminuição dos preços internacionais do brent/crude, como reacção imediata do mercado à avaliação em baixo do *rating* dos EUA pela Standard&Poor's.
40. As projecções do MFP apontam para uma taxa de inflação em torno dos 5% para 2011.

**Figura X - Evolução da taxa de inflação (%)**

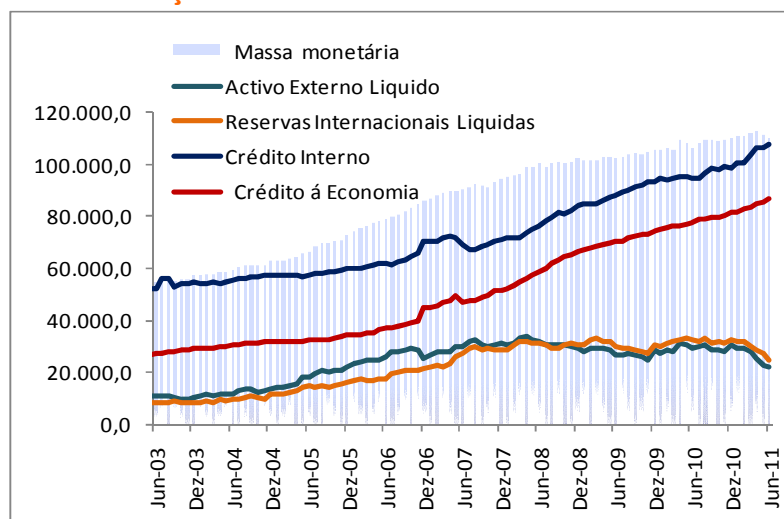


Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas

### 1.1.2.3. Sector Monetário e Cambial

41. Os dados provisórios do sector monetário apontam que a massa monetária cresceu 3,2%, em termos homólogos, durante o 1º Semestre de 2011. De acordo com as informações do Banco de Cabo Verde, o ritmo de expansão monetária continua moderado.
42. Durante o primeiro trimestre de 2011, a massa monetária apresentou uma evolução mensal positiva, invertendo a tendência durante o segundo trimestre de 2011.

43. A variação homóloga positiva verificada até 30 de Junho foi particularmente devida à expansão do crédito à economia na ordem de 11,4%, mantendo-se este como o principal determinante do crescimento da oferta da moeda. Por sua vez, a dinâmica do sector privado, explica a evolução do crédito à economia, uma vez que cerca de 99% do crédito à economia é representado por este sector.
44. No que se refere à composição da massa monetária, realça-se o aumento do agregado monetário M1 em 1,5%, resultado da evolução positiva dos depósitos à ordem em 3,0%. Destaca-se, ainda, a expansão dos passivos quase monetários (4,3%), devido a evolução positiva dos depósitos de poupança e depósitos de emigrantes em 8,8% e 5,8%, respectivamente.
45. Registou-se, no período em análise, um acréscimo do crédito líquido ao sector público administrativo à volta de 30,3%, em termos homólogos, cerca de 17,3p.p acima do registado no trimestre anterior, justificado essencialmente pelo crescimento do crédito ao governo central em 22,3%.
46. As reservas internacionais líquidas no final do primeiro semestre sofreram um decréscimo (7.565,5 milhões de escudos) relativamente ao valor acumulado das reservas externas em Dezembro de 2010. Espera-se que até ao final do ano esta redução - que advém do aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital e da redução dos influxos do investimento externo no período - seja parcialmente compensado pelo comportamento positivo das receitas de turismo e pelos fluxos oficiais externos, que tendem a concentrar-se no último trimestre, traduzindo-se numa diminuição menos expressiva das reservas.

**Figura XI - Evolução dos indicadores monetários e financeiros**

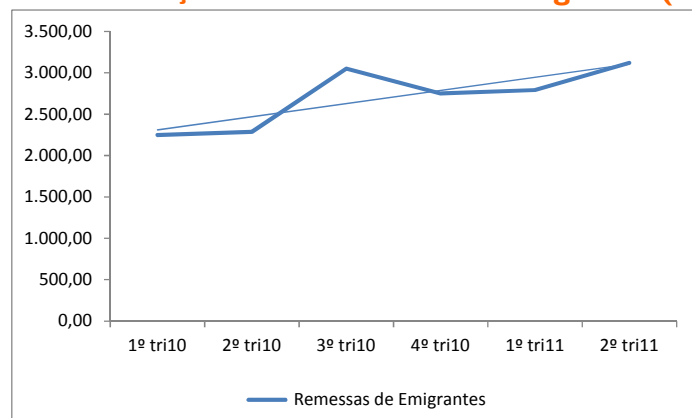
Fonte: Banco de Cabo Verde

#### I.1.2.4. Sector Externo

47. No que se refere ao sector externo, o défice da conta corrente situou-se no primeiro semestre nos 8% do PIB previsto para 2011.
48. O aumento do défice inscreve-se num contexto de aumento das importações, evolução para a qual o efeito preço – bens alimentares e combustíveis – desempenhou um papel importante, não obstante o comportamento positivo das exportações de bens e serviços, nomeadamente das receitas turísticas.
49. Com efeito, as exportações de bens e serviços cresceram 16,5% nos primeiros seis meses do ano, com destaque para o turismo, cujo desempenho positivo traduziu-se num crescimento de 16,7% no semestre.
50. As importações de bens e serviços, por seu turno, aumentaram 18,9% no semestre, em resultado do efeito volume, associado ao aumento da actividade económica mas também do efeito preço, decorrente de um contexto de maior inflação a nível internacional.
51. As remessas de emigrantes registaram, em termos homólogos, uma variação de 36,4% no segundo trimestre de 2011, e um acréscimo de 11,7% face ao primeiro

trimestre de 2011. Esta variação positiva resulta do aumento das remessas provenientes da Zona Euro, em particular de Portugal e França. A nível semestral, a variação homóloga foi de 30,4%.

**Figura XII - Evolução das Remessas de Emigrante (milhões CVE)**



**Fonte: Banco de Cabo Verde**

52. Os investimentos directos estrangeiros diminuíram 36,3%, em termos homólogos, no segundo trimestre e 1,6% face ao primeiro. A nível semestral, o decréscimo foi de 27,5% quando comparado com o semestre homólogo. Entretanto, há que referir que, entre Maio e Junho de 2011, registou-se um aumento de 246,6%.



### Figura XIII - Variações Homólogas registadas na Balança de Pagamentos

Variações Homólogas de 2011 na BoP			
	1º Trimestre	2º Trimestre	1º Semestre
<b>Balança Corrente</b>	70,7	33,0	44,7
<b>Balança Comercial</b>			
<b>Exportações</b>	13,8	19,2	16,5
Bens	43,5	52,2	48,1
Serviços	6,6	9,9	8,2
qd: Viagens de turismo	21,0	13,9	16,7
<b>Importações</b>	15,9	21,6	18,9
Bens	20,1	24,6	22,5
Serviços	3,9	11,4	7,6
<b>Rendimentos</b>	-18,6	-3,5	-7,1
<b>Transferências Correntes</b>	-7,5	7,6	0,4
Remessas de Emigrantes	24,2	36,4	30,4
<b>Conta de Capital e de Operações Financeiras</b>	-13,6	35,9	9,8
<b>Balança de Capital</b>	-68,0	-89,2	-77,3
<b>Balança Financeira</b>	8,1	77,3	41,5
Investimento Directo	-16,0	-36,3	-27,5

Fonte: Banco de Cabo Verde

53. De acordo com as projecções revistas do Banco de Cabo Verde, em Agosto de 2011:

- ❖ As taxas Euribor mantêm uma tendência crescente, na sequência dos desenvolvimentos nos mercados financeiros e dos aumentos nas taxas de juro de referência do Banco Central Europeu, implicando uma evolução da situação externa da economia cabo-verdiana menos favorável.
- ❖ Tanto as exportações como as importações de bens foram revistas em alta, tendo por base a dinâmica do primeiro semestre. Em termos absolutos, o aumento esperado das importações mais que compensa as expectativas em torno do crescimento das exportações, o que explica o agravamento do saldo da conta corrente.

- ❖ As remessas de emigrantes deverão continuar a evoluir positivamente. Em contrapartida, a evolução esperada dos donativos ao Governo deverá contribuir para uma redução do excedente da balança de transferências.
- ❖ Prevê-se uma melhoria das balanças de serviços e de rendimentos face às anteriores projecções do BCV. Estima-se que as receitas brutas de turismo, que representam cerca de 56% das exportações totais de serviços, cresçam 14,6% relativamente a 2010 (10,6% na projecção de Maio). Esta expectativa mais optimista considera, entre outros factores, a manutenção na actual época alta do turismo de uma dinâmica similar à observada até o final do primeiro semestre.
- ❖ Prevê-se uma redução mais acentuada dos influxos do investimento estrangeiro, atendendo à sua evolução desde o início do ano, à conclusão de dois grandes projectos no decurso do segundo trimestre e o atraso no arranque de alguns projectos aprovados pela Cabo Verde Investimentos. Refira-se ainda, à conjuntura internacional pouco favorável à realização de investimentos no sector imobiliário.
- ❖ As reservas internacionais líquidas do país deverão diminuir cerca de 23 milhões de euros no conjunto do ano, no quadro de uma trajectória de melhoria significativa da balança financeira e de capital no segundo semestre face à evolução desfavorável do primeiro semestre, passando a garantir 3,47 meses de importação, valor compatível com a credibilidade do regime cambial.
- ❖ A massa monetária deverá crescer 8%, em resultado, sobretudo, da dinâmica prevista para o crédito à economia (9%). Igualmente, prevê-se um aumento (12,1%) do Crédito ao Sector Público Administrativo, associado ao aumento do crédito líquido ao Governo Central decorrente do esforço de investimentos públicos e do aumento menos do que o inicialmente projectado das receitas. Em linha com os desenvolvimentos previstos nas

contas externas, afectados pela conjuntura internacional adversa, os activos externos líquidos do país deverão diminuir em cerca de 10%.

**Figura XIV - Projecção de Indicadores Económicos 2011**

	Unidades	Entidade	2011 P
<b>Sector Real</b>			
PIB real	variação %	MF	5,5 6,5
IPC	variação média %	MF	+/- 5
<b>Sector Monetário</b>			
Activo Externo Líquido	variação %	BCV	-10,3
Crédito à Economia	variação %	BCV	9,1
Massa Monetária	variação %	BCV	8,0
<b>Sector Externo</b>			
Défice Corrente e de Capital	em % do PIB	BCV	15,8
RIL/Importações	meses	BCV	3,5

P/Projecções Agosto 2011

### 1.1.2.5. Finanças Públicas em 2011

#### 1.1.2.5.1. Análise Global

54. Para fazer face aos impactos negativos da profunda crise económica internacional sobre uma pequena economia aberta como Cabo Verde, o Governo adoptou medidas anti-cíclicas nos últimos três anos. O espaço orçamental criado no período anterior à crise internacional e a capacidade de mobilização de financiamentos concessionais possibilitaram a realização de um forte programa de investimentos públicos, principal instrumento da política anti-cíclica do Governo. A estratégia do Governo aponta no sentido de corrigir progressivamente o crescimento temporário do défice público ocorrido nos últimos anos, associado sobretudo ao importante esforço de investimentos públicos em curso.
55. Conforme os dados provisórios referentes a Junho de 2011, o défice orçamental anualizado deverá situar-se em torno dos 11% do PIB programado, 0,7 p.p. acima do orçamentado. Este incremento previsto tem na sua base uma evolução menos

favorável das receitas, essencialmente justificada pela evolução das receitas fiscais e dos donativos directos, que levou a um ajustamento das despesas em torno de -1,4%, através de algumas medidas de contenção/suspensão proporcionando uma redução da despesa de funcionamento em 3,6% conjugado com um aumento da despesa de investimento em cerca de 1,1% face ao orçado.

56. Na sequência do aumento do ritmo de execução dos projectos no quadro do programa de investimento, o crédito externo líquido poderá situar-se acima do valor inicialmente programado. Entretanto, o défice ora previsto ficará condicionado ao ritmo da execução do programa de investimento público financiado essencialmente através de empréstimos externos.
57. O rácio da dívida pública/PIB poderá atingir 80,3% em 2011, 6,9 p.p. acima do valor registado em 2010. Este aumento, compatível com a sustentabilidade das finanças públicas, é justificado pela aceleração temporária do programa de investimento público como o instrumento de preferência do Governo para implementação de medidas anti-cíclicas.

**Figura XV - Principais Indicadores Orçamentais**

	2009		2010		2011 Est.	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
Receita total	37.523	29,8	39.729	29,2	41.877	28,0
Impostos	25.530	20,2	26.241	19,3	29.083	19,4
Despesa Total	26.931	21,4	27.497	20,2	30.562	20,4
Resultados operacional Bruto	10.592	8,4	12.232	9,0	11.315	7,6
Activos não Financeiros	18.478	14,7	27.413	20,1	27.762	18,5
Compra de activos não Financeiros	18.495	14,7	27.413	20,1	28.012	18,7
Dos quais: Programa de Investimento público	18.356	14,6	27.161	19,9	27.896	18,6
Venda de activos não Financeiros	17	0,0	0	0,0	250	0,2
Despesa Corrente Primária	25.113	19,9	25.338	18,6	28.069	18,7
Saldo Global ( incluindo donativos)	-7.886	-6,3	-15.180	-11,1	-16.447	-11,0
Saldo Global (excluindo donativos)	-15.422	-12,2	-24.666	-18,1	-24.305	-16,2
Saldo Corrente Primário	4.873	3,9	4.901	3,6	5.950	4,0
Saldo Primário	-6.068	-4,8	-13.021	-9,6	-13.955	-9,3
Dívida Pública	85.341	67,7	99.952	73,4	120.329	80,3

### 1.1.2.5.1.1. Receitas

58. Perspectiva-se que as receitas totais incluindo activos não financeiros<sup>4</sup> deverão atingir 28,1% do PIB, uma redução de 1,1 p.p. face 2010, explicado essencialmente pela diminuição do rácio donativos/PIB em cerca de 1,7 p.p.
59. Em 2011, a receita fiscal deverá registar uma recuperação de 0,1 p.p. em relação ao PIB. Esta evolução tem na sua base o bom desempenho do IVA, imposto sobre bens e serviços e o imposto de selo. É de referir que, o aumento destes impostos beneficiaram sobretudo da evolução da actividade económica em 2011, conjugado com o aumento dos preços de produtos petrolíferos e alimentares a nível internacional. Também, o IUR-PC acelerou em 2011, confirmando, em parte, a dinâmica da actividade económica em 2010.

---

<sup>4</sup> Activos não Financeiros representa imobilizações corpóreas e incorpóreas do Estado no antigo classificador

**Figura XVI - Receitas da Administração Central**

	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %			em % do PIB		
	2009	2010	2011 Est.	2009	2010	2011	2009	2010	2011
<b>Receitas Correntes</b>	<b>29.985</b>	<b>30.239</b>	<b>34.019</b>	<b>-7,5</b>	<b>0,8</b>	<b>12,5</b>	<b>23,8</b>	<b>22,2</b>	<b>22,7</b>
Receitas Fiscais	25.530	26.241	29.083	-13,2	2,8	10,8	20,2	19,3	19,4
<b>Impostos</b>	<b>25.530</b>	<b>26.241</b>	<b>29.083</b>	<b>-13,2</b>	<b>2,8</b>	<b>10,8</b>	<b>20,2</b>	<b>19,3</b>	<b>19,4</b>
<b>Impostos Directos</b>	<b>8.061</b>	<b>7.892</b>	<b>8.851</b>	<b>-13,2</b>	<b>2,8</b>	<b>10,8</b>	<b>20,2</b>	<b>19,3</b>	<b>19,4</b>
Impostos sobre o rendimento	8.061	7.892	8.851	-5,5	-2,1	12,2	6,4	5,8	5,9
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>17.469</b>	<b>18.349</b>	<b>20.232</b>	<b>-16,3</b>	<b>5,0</b>	<b>10,3</b>	<b>13,9</b>	<b>13,5</b>	<b>13,5</b>
Imposto sobre o valor acrescentado	9.747	10.521	11.471	-16,9	7,9	9,0	7,7	7,7	7,7
Imposto sobre bens e serviços	1.553	1.739	2.276	-13,6	12,0	30,9	1,2	1,3	1,5
Impostos sobre transacções internacionais	5.219	5.388	5.587	-11,4	3,2	3,7	4,1	4,0	3,7
Imposto de selo	951	701	897	-35,1	-26,3	28,1	0,8	0,5	0,6
<b>Segurança Social</b>	<b>46</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>-9,6</b>	<b>-8,8</b>	<b>-31,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
Contribuições para segurança Social	46	42	29	-9,6	-8,8	-31,7	0,0	0,0	0,0
<b>Transferências Correntes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>						
<b>Outras Receitas</b>	<b>4.409</b>	<b>3.956</b>	<b>4.907</b>	<b>48,5</b>	<b>-10,3</b>	<b>24,1</b>	<b>3,5</b>	<b>2,9</b>	<b>3,3</b>
Rendimentos de Propriedade	904	316	417	49,7	-65,1	32,1	0,7	0,2	0,3
Vendas de Bens e Serviços	3.063	3.077	3.510	66,5	0,4	14,1	2,4	2,3	2,3
Multas e outras Penalidades	270	376	268	-12,6	39,2	-28,8	0,2	0,3	0,2
Outras transferências	0			-	-	-	0,0	0,0	0,0
Outras receitas	171	187	712	-20,4	9,1	281,1	0,1	0,1	0,5
<b>Receitas de Capital</b>	<b>7.537</b>	<b>9.490</b>	<b>7.857</b>	<b>20,9</b>	<b>25,9</b>	<b>-17,2</b>	<b>6,0</b>	<b>7,0</b>	<b>5,2</b>
<b>Transferências de Capital</b>	<b>7.537</b>	<b>9.490</b>	<b>7.857</b>	<b>20,9</b>	<b>25,9</b>	<b>-17,2</b>	<b>6,0</b>	<b>7,0</b>	<b>5,2</b>
De Governo Estrangeiro									
De Organismo Internacional	7.536	9.486	7.857	31,3	25,9	-17,2	6,0	7,0	5,2
Das Administrações públicas	1	4		-99,8	239,6	-100,0	0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital									
<b>Total de Receitas</b>	<b>37.523</b>	<b>39.729</b>	<b>41.877</b>	<b>-2,9</b>	<b>5,9</b>	<b>5,4</b>	<b>29,8</b>	<b>29,2</b>	<b>28,0</b>
<b>Activos não Financeiros</b>	<b>17</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>-98,3</b>	<b>-98,5</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>
Vendas de activos não financeiros	17	0	250	-98,3	-98,5	-	0,0	0,0	0,2
<b>Total da Receita e Activos não Financeiros</b>	<b>37.540</b>	<b>39.729</b>	<b>42.127</b>	<b>-5,4</b>	<b>5,8</b>	<b>6,0</b>	<b>29,8</b>	<b>29,2</b>	<b>28,1</b>

60. No que se refere a evolução da rubrica outras receitas estima-se atingir 3,3% do PIB, um aumento em 0,4 p.p. face a 2010, devido ao comportamento das rubricas vendas de bens e serviços e outras receitas.

61. Os donativos poderão atingir 5,2% do PIB, 1,7 p.p. abaixo do ano transacto.

### 1.1.2.5.1.2. Despesas

62. De acordo com a execução do primeiro semestre de 2011, perspectiva-se que a despesa total venha atingir 39,1% do PIB em 2011, -1,2 p.p. face a 2010. Desde total 20,4% deverão ser canalizados para despesas correntes e 18,7% para despesas de investimento.

**Figura XVII - Despesa de Administração Central**

	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %			em % do PIB		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
<b>Despesas Correntes</b>	<b>26.931</b>	<b>27.497</b>	<b>30.562</b>	<b>8,1</b>	<b>2,1</b>	<b>11,1</b>	<b>21,4</b>	<b>20,2</b>	<b>20,4</b>
Despesas com Pessoal	12.534	13.294	14.748	10,6	6,1	10,9	9,9	9,8	9,8
Aquisição de bens e serviços	2.634	2.849	3.170	15,5	8,1	11,3	2,1	2,1	2,1
Juros e outros encargos	1.818	2.159	2.493	-1,5	18,7	15,4	1,4	1,6	1,7
Subsídios correntes	845	752	947	-9,4	-11,0	26,0	0,7	0,6	0,6
Transferências correntes	3.789	3.938	4.178	7,5	3,9	6,1	3,0	2,9	2,8
Para Governo Estrangeiros	0	0		-	-	-	0,0	0,0	0,0
Para Organismos Internacionais	353	234	373	78,6	-33,6	59,2	0,3	0,2	0,2
Para Administrações Públicas	3.436	3.703	3.805	3,3	7,8	2,7	2,7	2,7	2,5
Benefícios Sociais	2.371	2.749	3.065	11,8	15,9	11,5	1,9	2,0	2,0
Pensões de Aposentações	1.523	1.685	1.800	12,3	10,6	6,8	1,2	1,2	1,2
Pensão de Sobrevivência	129	147	155	6,3	14,0	5,3	0,1	0,1	0,1
Pensão de Regime não Contributivo	659	857	1.050	11,3	30,0	22,6	0,5	0,6	0,7
Outras Pensões	60	59	60	17,0	-0,1	0,6	0,0	0,0	0,0
Outras Despesas correntes	2.940	1.757	1.961	2,1	-40,3	11,6	2,3	1,3	1,3
<b>Despesas de Capital</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>						<b>0,0</b>
Outras Despesa de Capital	0	0	0						
<b>Despesas Total</b>	<b>26.931</b>	<b>27.497</b>	<b>30.562</b>	<b>8,1</b>	<b>2,1</b>	<b>11,1</b>	<b>21,36</b>	<b>20,2</b>	<b>20,4</b>
<b>Activos não Financeiros</b>	<b>18.495</b>	<b>27.413</b>	<b>28.012</b>	<b>9,7</b>	<b>48,2</b>	<b>2,2</b>	<b>14,7</b>	<b>20,1</b>	<b>18,7</b>
Dos quais: Programa de Investimento Público	18.356	27.161	27.896	10,6	48,0	2,7	14,6	19,9	18,6
<b>Despesas correntes primárias</b>	<b>25.113</b>	<b>25.338</b>	<b>28.069</b>	<b>8,9</b>	<b>0,9</b>	<b>10,8</b>	<b>19,9</b>	<b>18,6</b>	<b>18,7</b>
<b>Total Geral de Recursos</b>	<b>45.426</b>	<b>54.909</b>	<b>58.574</b>	<b>8,8</b>	<b>20,9</b>	<b>6,7</b>	<b>36,0</b>	<b>40,3</b>	<b>39,1</b>

63. O aumento da despesa corrente primária em 0,1 p.p. do PIB resulta, essencialmente, dos aumentos verificados nos subsídios correntes, juros da dívida pública, outras despesas correntes, benefícios sociais, aquisição de bens e serviços e despesa com o pessoal.
64. No que refere aos subsídios, perspectiva-se um crescimento de 26% em 2011, devido principalmente as despesas com a subvenção aos partidos políticos na sequência das eleições legislativas e presidenciais ocorridas no ano em curso.

<sup>5</sup> Inclui neste agrupamento o total das despesas correntes do Estado mais os Activos não financeiros que representa o total do investimento público em capital fixo. Os dados da execução relativos aos anos 2009 a 2011 foram agrupados de acordo com o novo classificador aprovado em Setembro no Conselho de Ministros.

65. O acréscimo de 15,4% nos juros da dívida advém essencialmente do aumento do serviço da dívida externa, condicionado pela aceleração dos desembolsos no âmbito do programa plurianual de investimento conjugado com a apreciação do dólar americano no mercado internacional.
66. Estima-se um crescimento das outras despesas correntes de 11,6%, devido aos aumentos verificados nas rubricas indemnizações e restituições.
67. A despesa com benefícios sociais deverá aumentar 11,5% em 2011, devido aos impactos do registo de novos pensionistas com o processo de aposentação antecipada e da actualização da pensão ao abrigo do regime não contributivo ocorrida em meados de 2010, cujo reflexo é sentido na execução do ano em curso e da entrada de novos beneficiários da pensão.
68. Relativamente a rubrica despesa com o pessoal, estima-se um aumento de 10,9%, sobretudo em razão do impacto do descongelamento na carreira, nomeadamente promoção, reclassificação, ocorridos em 2010, e novos recrutamentos, de médicos, professores e agentes da Polícia Nacional.
69. Relativamente ao orçamento de investimento, na sequência da aceleração da execução de alguns grandes projectos (cerca de 2.870,1 milhões de escudos acima do valor orçamentado), nomeadamente a expansão e modernização dos portos, financiados com recursos externos concessionais, perspectiva-se atingir uma taxa de execução acima dos 100% do valor orçamentado para 2011. Quanto a componente financiada com recursos internos e donativos prevê-se uma execução em torno dos 90%.
70. Em termos globais a execução do programa de investimento deverá situar-se a 2,7% acima do executado no ano transacto, representando uma taxa de execução de 101%.



### 1.1.2.5.1.3. Dívida Pública

71. Para o ano de 2011 prevê-se que o stock da Dívida Pública, excluindo atrasados da dívida interna e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, totalize os 120.329 milhões de escudos contra 99.952,2 milhões de escudos do ano de 2010, o que representa uma variação positiva de 20% em termos nominais. Todavia a Dívida Pública em percentagem do PIB aumentará 6,9 p.p. face ao mesmo período do ano anterior, situando-se em 80,3 % do PIB contra 73,4% de 2010, o que não coloca em risco a sustentabilidade da dívida.

**Figura XVIII - Principais Indicadores da Dívida Pública**

	em milhões de escudos			Taxa de cresc. em %		em % do PIB		
	2009	2010	2011 Prev	2009 / 2010	2010 / 2011	2009	2010	2011
<b>Dívida Pública</b>	85.340,3	99.952,2	120.329,2	17%	20%	67,7%	73,4%	80,3%
Dívida Interna	27.130,3	29.518,8	32.678,8	9%	11%	21,5%	21,7%	21,8%
Dívida Externa	58.210,0	70.433,4	87.650,4	21%	24%	46,2%	51,7%	58,5%
<b>Varição em valores absolutos</b>		<b>14.611,90</b>	<b>20.377,00</b>					
Dívida Interna		2.388,5	3.160,0					
Dívida Externa		12.223,4	17.217,0					

### 1.1.2.5.1.4. Dívida Interna

72. Os recursos do endividamento interno, que advêm de sessões de leilões de títulos de dívida pública, como são os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro vêm sendo utilizados para suprir as necessidades transitórias da tesouraria do Estado, sempre numa necessária concertação entre a política orçamental e monetária do Banco Central.

73. Em 2009, o Stock da Dívida Interna, situou-se em 27.130,3 milhões de escudos, tendo passado para 29.518,8 milhões de escudos em 2010, representando assim um aumento em termos nominais de 8,8%, ou seja cerca de 2.388,5 milhões de escudos. Em termos previsionais o stock em 2011 deverá atingir 32.678,8 milhões de escudos, 0,1 p.p. acima do valor registado no ano anterior, considerando o rácio dívida/PIB.

74. Por Sectores Institucionais, até finais de Junho de 2011 o sistema bancário detinha a maior parcela da Dívida Interna do País, não se prevendo qualquer alteração desta situação até o final do ano.
75. Nos finais de Junho de 2011, o stock da Dívida Interna era composto em 90% por Obrigações, 5% por Bilhetes do Tesouro, 1% em protocolos e os restantes 4% por outros créditos, apontando maior apetência do mercado por títulos de prazos mais alargados e maior rendibilidade. Sendo que em finais de 2011 esta estrutura não deverá sofrer grandes alterações.

#### **I.1.2.5.1.5. Dívida externa**

76. No que respeita ao stock da Dívida Externa, este tem evidenciado uma evolução crescente, condicionada pela contratação de novos empréstimos bilaterais, multilaterais e comerciais. No final de 2011, prevê-se que o stock da Dívida Externa atinja 87.650,4 milhões de escudos, um aumento de cerca de 17.217 milhões de escudos, representando uma taxa de crescimento de 24% em termos nominais, mais 6,8 p.p. em relação ao PIB. O aumento registado no *stock* da Dívida Externa é justificado em grande parte pela entrada de desembolsos de acordos assinados em 2007, 2008, 2009 e 2010 para financiar projectos em áreas estruturantes para o crescimento económico e o desenvolvimento do país, projectos esses que estão ganhando o seu pico de execução nomeadamente, infra-estruturas portuárias e rodoviárias, agricultura, saúde, redução da pobreza, água e saneamento e habitação social, acordos esses na sua grande maioria em termos concessionais.

## 2 PERSPECTIVAS PARA 2012

### 2.1 Enquadramento Internacional

77. O Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com o WEO de Setembro, prevê um crescimento global de 4%, 0,5% abaixo do valor projectado em Junho de 2011. Entretanto, as evoluções recentes apontam para fortes possibilidades de uma nova e forte recessão global, abrindo um cenário de profundas incertezas quanto aos desenvolvimentos que irão ocorrer nos próximos tempos.
78. Os mercados emergentes e países em desenvolvimento deverão permanecer como propulsores do crescimento global, com uma previsão de crescimento real de 6,1% em 2012, enquanto as economias avançadas deverão crescer 1,9
79. Em termos regionais, o FMI perspectiva taxas de crescimento real de 1,8%, 1,1% e 2,3% para as economias dos EUA, da Zona Euro e do Japão, respectivamente. A China deverá ser o maior motor de crescimento da economia dos países emergentes e a nível mundial, com uma taxa de 9%, seguida da Índia com 7,5%. A África Sub-Sahariana deverá crescer a uma taxa de 5,8%. O cenário de incertezas e instabilidade agravado que se instalou após a retirada do *rating* de risco AAA aos EUA, a crise da dívida soberana da Irlanda, Grécia, Portugal, Espanha e Itália, as dificuldades encontradas pelas economias avançadas em delinear uma estratégia orçamental e fiscal credível a médio e longo prazo, o risco cada vez mais acrescido para a estabilidade económica e financeira da Alemanha e França que decorre do seu apoio sistemático aos países vulneráveis da Zona Euro, a complexidade do sobreaquecimento da economia chinesa, os conflitos no Norte de África e Médio Oriente, entre outros, fazem com que as perspectivas de crescimento económico para 2012, revistas em baixo no WEO de Setembro, estejam condicionadas às evoluções que irão decorrer no curto e médio prazos.
80. Na esfera nominal, o FMI prevê uma descida do preço das matérias-primas energéticas em 3,1%, o que poderá ser favorecido com a perspectiva do fim do conflito na Líbia e a revisão em baixa do crescimento do PIB norte-americano para 2011. As matérias-primas não energéticas deverão decrescer 4,7%. A nível dos preços nos consumidores, o Fundo prevê um aumento de 1,4% nas

economias avançadas e de 5,9% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

## **2.2 Perspectivas Económicas Nacionais para 2012**

81. Em termos prospectivos e em linha com o desenvolvimento da conjuntura externa, a situação económica e financeira do país será marcada por um ambiente de elevadas incertezas. Neste sentido, o grande desafio no curto/médio prazos será a implementação de políticas macroeconómicas para suportar a procura, minimizando, por um lado, o impacto corrosivo da crise da dívida soberana nos principais parceiros de Cabo Verde na Zona Euro, e por outro, a redução da dependência na ajuda e fluxos externos, sem pôr em causa a estabilidade macroeconómica e os ganhos já adquiridos, nomeadamente, do lado da consolidação da disciplina orçamental, da sustentabilidade da dívida pública e da redução da pobreza.
82. Entretanto o quadro de referência para o Orçamento de Estado 2012 será a Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza - DECRP III. A estratégia visa estruturar os objectivos do programa do Governo para VIII Legislatura em acções concretas a serem implementadas de 2012 a 2016. O objectivo geral do programa é a construção de uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e inclusiva, com oportunidades para todos.
83. O novo DECRP terá, como pilares fundamentais ao processo de desenvolvimento, a promoção do investimento privado como principal gerador de riquezas, a qualificação/especialização do capital humano, a consolidação da boa governação como um activo do Estado de direito, a modernização e ampliação das infra-estruturas económicas e sociais e a afirmação de Cabo Verde enquanto uma Nação global através do desenvolvimento/reforço de parcerias estratégicas como um factor de competitividade.

### **2.2.1 Crescimento Económico**

84. Com base na programação recente do MFP, perspectiva-se que o crescimento económico para 2012 deverá situar-se no intervalo de [6%; 7%], em função do

desenvolvimento da conjuntura económica e financeira internacional, que poderá condicionar a procura externa com consequências sobre exportações de bens e serviços nacionais e do nível de realização do investimento público, como um importante suporte à procura interna.

85. O aprofundamento da crise da dívida soberana nos principais parceiros comerciais de Cabo Verde, e toda a instabilidade económica e financeira mundial vivenciado recentemente, acompanhada de conflitos de interesse geopolíticos, poderão trazer impactos negativos para a economia cabo-verdiana em 2012, dada a sua grande vulnerabilidade face ao exterior, exigindo do governo a criação de *buffers* capazes de mitigar os eventuais impactos desses possíveis choques na economia nacional.

### 2.2.2 Inflação

86. As últimas projecções do Ministério das Finanças e do Planeamento apontam para uma inflação no intervalo [2%; 3%] em 2012, tendo em consideração as perspectivas do FMI de redução do preço internacional das matérias-primas energéticas e não energéticas, acentuada pelas evoluções recentes no mercado das matérias-primas, e o esperado impacto moderado dos efeitos de segunda ordem associados aos ajustamentos salariais.

### 2.2.3 Sector Monetário e Cambial

87. A política monetária e cambial continuará a ser pautada pela preservação do regime de paridade fixa com o euro e pelo objectivo da estabilidade de preços que terão como instrumentos de suporte, por um lado, a gestão do diferencial das taxas de juro internas com as taxas Euribor e, por outro, a acumulação de reservas externas em níveis sustentáveis. A manutenção do poder de compra da moeda e da sua credibilidade nominal, de forma a promover o crescimento económico e a criação de emprego, e a garantia da capacidade de importação são, portanto, grandes objectivos da política monetária e cambial.
88. Num cenário de abrandamento da actividade económica na Zona Euro e de redução das pressões inflacionistas, antecipa-se uma redução das taxas Euribor,

em linha com a prevista orientação da política monetária do Banco Central Europeu. As taxas Euribor indexam cerca de 90% dos empréstimos externos privados por reembolsar e boa parte dos empréstimos bilaterais do Estado de Cabo Verde.

### 2.2.4 Sector Externo

89. No que concerne à envolvente externa, os desenvolvimentos da conjuntura económica e financeira internacional determinarão a evolução do IDE e das exportações, com destaque para as de serviços, movidas pela evolução das entradas das receitas por motivo do turismo que, todavia, estarão a reflectir as incertezas da conjuntura actual, principalmente num quadro de diminuição do rendimento das famílias nos países que vêm implementando um forte pacote de austeridade.
90. De acordo com o BCV, as contas externas deverão melhorar relativamente às projecções de 2011, devido principalmente às expectativas de evolução da balança de bens.
91. Prevê-se que as exportações de bens mantenham um perfil ascendente. As importações deverão abrandar, em função da redução das pressões inflacionistas nos mercados fornecedores.

### Figura XIX - Projecção de Indicadores Económicos 2012

	Unidades	Entidade	2011P	2012P
<b>Sector Real</b>				
PIB Real	variação %	MF	[5,5-6,5]	[6-7]
IPC	variação média %	MF	+/-5	[2-3]
<b>Sector Monetário</b>				
Activos Externo Líquido	variação %	BCV	-10,3	-2,4
Crédito à Economia	variação %	BCV	9,1	6,9
Massa Monetária	variação %	BCV	8	7,5
<b>Sector Externo</b>				
Défice Corrente e de Capital	em % do PIB	BCV	15,8	12,6
Défice Corrente			16,1	13
RIL/Impotações	meses	BCV	3,5	3,4

P/Projecções Setembro 2011

## **2.3 Estratégia de Consolidação Orçamental: Medidas Transversais e Sectoriais**

92. Em 2012, o Governo pretende concretizar um conjunto de medidas de consolidação e controlo orçamental que integram a estratégia do efectivo equilíbrio das Finanças Públicas e a estabilidade macroeconómica do País.

### **2.3.1 Medidas do Lado das Despesas**

#### **2.3.1.1 Quadro Referencial Despesas de Funcionamento**

93. A evolução das despesas pública em Cabo Verde tem seguido uma trajectória prudente, em coerência e consentânea com a política orçamental traçada pelo Programa do Governo para VIII Legislatura, isto é, uma política de qualificação de despesa pública num quadro da sustentabilidade e da consolidação orçamental e financeira.
94. Para o ano de 2012, o Governo dará continuidade o processo de consolidação e desconcentração da gestão orçamental, através da contenção de despesas correntes tendo em atenção os gastos, e as prioridades da Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza.

#### **2.3.1.2 Medidas de Políticas Adoptadas**

95. A elaboração do Orçamento para 2012 deverá pautar-se pelas seguintes medidas:
- Contenção das despesas correntes;
  - Redução da despesa corrente nos Projectos de Investimento;
  - Congelamento de novos recrutamentos de pessoal;
  - Suspensão da criação de novas estruturas ou unidades orgânicas;
  - Redução das contrapartidas financiamento interno (Tesouro) dos Projectos de Investimento dos Serviços e Fundos Autónomos com capacidades para arrecadação de receitas próprias e mobilização de recursos externos;

- Implementação do sistema de avaliação na Administração Pública e posteriormente operacionalizar o PCCS de forma faseada de modo a minimizar os impactos orçamentais;
  - Continuar a operacionalizar as promoções face a avaliação de desempenho como mecanismo mais adequado de evolução na carreira em conformidade com os princípios que enformam a reforma ao nível do PCCS;
  - Redução transversal da despesa de capital no âmbito do funcionamento da máquina pública.
96. A despesa com o pessoal reflectirá os encargos tendo por base a lista nominal dos efectivos existente no SIGOF (Base de dados dos Recursos Humanos), dos impactos dos recrutamentos assumidos em 2011, da reclassificação dos professores cumprindo o acordo com o Sindicato e da promoção dos funcionários dos registos e notariados, compromissos já assumidos em 2011.
97. Durante o ano 2012 a rubrica despesa com pessoal irá crescer de uma forma controlada. O recrutamento de pessoal na APUB fica congelado, com excepção das áreas sociais prioritárias, Saúde e Educação, e dos sectores de Segurança e Justiça, designadamente resultantes da implementação plurianual do novo estatuto e os Conselhos Superior dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público. Por outro lado o reforço de índice de tecnicidade das Direcções Gerais do Planeamento, Orçamento e Gestão foi tido em conta no OE para 2012, visando a capacitação institucional na área do planeamento.
98. Com vista a uma política do aumento da qualidade da despesa pública o crescimento na rubrica Aquisições de Bens e Serviços para o ano em causa é minimizado próximo de zero e negativo para alguns organismo do Estado, tendo em conta os objectivos da lei que aprova o regime jurídico das aquisições públicas que baseia no princípio da economia e da eficiência, da introdução de contadores pré pagos e de outras medidas de contenção.



99. Por outro lado, o crescimento para a rubrica deslocação e estadia durante o ano 2012 é negativo salvo os Ministérios das Relações Exteriores, Ministério de Saúde e a Chefia do Governo. Foram tomadas medidas para disciplinar o consumo de electricidade e combustível.
100. As despesas com os Encargos Comuns constituídos no essencial pelos Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios, Quotas a Organismos Internacionais, Pensões, Restituições, Indemnizações e outros encargos de natureza comum são geridos pelo Ministério das Finanças e Planeamento (MFP), devendo os serviços com despesas enquadradas nestas rubricas remeter os elementos devidamente justificados à Direcção Nacional de Orçamento e Contabilidade Publica.
101. Os Activos não Financeiros vão ter um crescimento negativo durante o ano 2012 e ficam praticamente centralizados no MFP.
102. As medidas de contenção das despesas também se aplicam aos Serviços e Fundos Autónomos da mesma forma, tendo em conta os riscos associados a gestão orçamental e financeira.

## **2.3.2 Medidas de Política Fiscal e Aduaneira**

### **2.3.2.1 Introdução e Objectivos**

103. Os desafios da promoção do crescimento económico de Cabo Verde, do combate ao desemprego, da infra-estruturação do país, da coesão social e redução das desigualdades sociais, implicam necessariamente uma procura contínua pela eficiência da Administração Fiscal e pela qualidade da despesa pública.
104. É crucial apostar na melhoria da eficiência e da eficácia da Administração Fiscal, investindo na capacitação institucional e dos seus recursos humanos, e nas novas tecnologias de informação e comunicação, de modo a debelar o défice de qualidade do serviço prestado, promovendo uma relação de confiança que deve

existir entre a Administração fiscal e os contribuintes ou seus representantes legais.

- 105.** Por conseguinte, o estabelecimento de uma relação de diálogo, colaboração, baseada na confiança mútua, na transparência fiscal, na boa-fé e na prevenção de litígios, permitirá simultaneamente evitar o contencioso tributário, sedimentar uma activa cidadania fiscal, diminuir a evasão e a fuga ao fisco, aliviar os tribunais fiscais de processos inúteis, mal instruídos ou mal resolvidos no plano administrativo, potenciar a cobrança dos impostos devidos e legitimar a repressão dos incumpridores.
- 106.** O ano de 2012 é um ano crucial para a afirmação da Administração Fiscal Cabo-verdiana, visto que, não só será implementada a nova orgânica da Administração Fiscal cabo-verdiana, como também será um ano em que se irá concluir, socializar e fazer aprovar um conjunto de diplomas que irá mudar radicalmente o nosso sistema fiscal.
- 107.** Com vista a fazer face aos desafios das finanças públicas e à implementação do plano de acção da reforma, em conformidade com as directivas do Orçamento do Estado para o ano 2012, estabeleceu-se um conjunto de medidas com o objectivo da melhoria da gestão de receitas, visando a consolidação orçamental com a utilização de novos aplicativos informáticos que integram a plataforma SIGOF – Sistema integrado de gestão orçamental e financeira do Estado.
- 108.** Outrossim, de acordo com as directivas do Orçamento para 2012, define-se como prioridades o combate à fuga e evasão fiscal e alargamento da base de tributação, através de mecanismos de promoção do cumprimento voluntário das obrigações pelos contribuintes e simplificação dos procedimentos administrativos no cumprimento das obrigações acessórias.
- 109.** No que se refere à revisão dos novos códigos fiscais, desenvolvido adiante no item “Reforma da legislação fiscal”, pressupõe a criação e condições materiais,

administrativas e jurídicas, para a aprovação de um conjunto de leis, necessárias para a competitividade do país, atracção e segurança jurídica dos investimentos e estabilidade das leis fiscais.

### **2.3.3 Combate à Fraude e Evasão Fiscais**

- 110.** Quanto ao combate e repressão da fraude, tendo em conta fenómenos como o potencial incremento da economia paralela, em tempo de crise, as facturas falsas, e a viciação de programas informáticos de contabilidade, recomenda-se o investimento substancial nas novas tecnologias de informação e instrumentos de gestão, nos serviços da Administração Fiscal, o aumento de meios humanos qualificados e capacitados afectos à inspecção tributária, o reforço do controlo das tipografias autorizadas e o cruzamento célere de informações de natureza económica - financeira, fiscal e contributiva dos contribuintes.
- 111.** A administração fiscal, no exercício da sua função inspectiva e fiscalizadora, será rigorosa na sua acção, tendo em atenção que toda a fuga ao imposto ou a falta de cumprimento exacto dos preceitos legais implica distorção dos critérios que serviram à elaboração das leis tributárias e que têm resultados de manifesta importância nos campos jurídico e económico.
- 112.** A luta contra a evasão e fraude fiscal é condição necessária para a redução sustentada da carga fiscal das empresas, da redução da carga fiscal sobre as famílias e da eliminação de distorções de concorrência desleal que se pretende salutar com a integração do sector informal no sistema.
- 113.** Assim, tendo em conta os níveis de evasão fiscal no sector informal, serão criadas brigadas de investigação que ficarão encarregues de verificar “in loco” o cumprimento das obrigações fiscais, bem como detectar práticas de actividades fraudulentas e ilícitas que permitirá melhorar a capacidade de tributação desse mercado. Igualmente, usando as melhores práticas de auditoria e análise externa, pretende-se desincentivar o incumprimento das obrigações fiscais com relação aos contribuintes do sector formal.

114. Os critérios de fiscalização e inspecção serão adoptados segundo o perfil de risco do contribuinte tendo como alvo os que apresentam uma alta probabilidade de subfacturação. Ainda, define-se como objectivo, para o ano de 2012, aumentar progressivamente o número de contribuintes alvo de auditorias externas.
115. De igual modo, será desenvolvido um sistema de denúncias “on-line” que permitirá aos funcionários, aos empregados das empresas privadas e o público em geral a denunciarem situações que possam configurar crimes e transgressões fiscais, desencorajando casos de branqueamento de capitais, facturas falsas, burla e corrupção.
116. Durante o ano de 2012, no sentido do reforço do combate a fuga e evasão fiscais e do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, dar-se-á continuidade as acções que já vêm sendo adoptadas, com destaque para as seguintes medidas:
- Implementação de um sistema de arrolamento electrónico dos contribuintes que operam “fora do sistema”, isto é, dos que integram a vulgarmente denominada “comércio informal”;
  - Aperfeiçoamento da fiscalização de contribuintes mais relevantes, visando um acompanhamento permanente mais eficaz, com recurso a adequadas ferramentas de análise de risco;
  - O cruzamento de informações, visando a rápida e atempada detecção das situações de inadimplência e respectiva penalização.
  - Consolidação da cooperação institucional com outras entidades que exercem funções de fiscalização (Polícia Judiciária, Inspecção-Geral do Trabalho, Inspecção-Geral das Actividades Económicas, INPS, Direcção-Geral das Alfândegas, Direcção Geral do Comércio);
  - Reforço do número de inspectores e técnicos verificadores afectos à DGCI, mais concretamente a Inspecção Tributária;

- Controlo rigoroso da aplicação do IVA e IUR e Retenção na Fonte, particularmente em matéria de reembolsos;

## **2.3.4 Eficiência e Eficácia da Administração Fiscal**

### **2.3.4.1 Recuperação de dívidas fiscais**

117. Considerando o elevado nível de dívidas em atrasos, derivados de táticas de atraso de pagamento, e da crise económica e financeira internacional que continua reflectindo na liquidação, arrecadação e cobrança de receitas fiscais, restringindo a mobilização de receitas fiscais, com particular incidência sobre os contribuintes de menor dimensão, de tal forma, criando situações graves de inadimplência fiscal, será criado um programa de incentivo para a recuperação dos atrasados denominado “Regime Excepcional de Regularização Tributária” visando por cobro a essa situação. Como resultado espera-se recuperar a totalidade desses atrasados em cinco anos.

118. Assim, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos, adiante DGCI, irá adoptar medidas excepcionais, com vista à recuperação dessas dívidas, de modo a fazer com que entre mais receitas para o tesouro público, e implementará as seguintes acções:

- Divulgação junto dos contribuintes das faculdades concedidas, informando-os de uma forma mais completa possível quanto ao modo de saldarem as suas dívidas para com o fisco, sem grandes constrangimentos.
- Concessão de períodos de graça para a regularização das dívidas fiscais, no entanto, tomará medidas necessárias e convenientes, para que findo o prazo das facilidades, a Administração Fiscal actue com firmeza e eficácia, fazendo cobrança coerciva, caso os contribuintes não diligenciarem no sentido do cumprimento das suas obrigações fiscais estabelecidas pelo ordenamento tributário.

### **2.3.4.2 Modernização e informatização da DGCI**

119. No intuito de atingir as metas preconizadas pela Administração Fiscal, nomeadamente, através do aumento da arrecadação das receitas fiscais e concomitantemente do combate a fraude e evasão fiscal, a Direcção Geral das Contribuições e Impostos irá dar continuidade ao processo de informatização e modernização da Administração Fiscal.
120. O processo em curso, que contempla a aquisição de equipamentos informáticos, de desenvolvimentos de aplicações (ferramentas) através do “outsourcing” e formação dos técnicos afectos à Administração Fiscal, irá certamente contribuir para melhor eficiência e eficácia da actuação da autoridade tributária.
121. A aquisição de equipamentos informáticos, o desenvolvimento e a implementação dos módulos direccionados à Direcção do Serviço de Inspeção e Tributação e Cobrança irão certamente incrementar maior produtividade e eficiência na gestão do Imposto Único sobre o rendimento, nas declarações periódicas do IVA, e nos trabalhos de Inspeção no terreno.

### **2.3.4.3 Reforma da legislação fiscal**

122. A reforma da legislação tributária deverá decisivamente consagrar regras claras de procedimentos tributários comuns aos diversos impostos, corrigindo as situações desequilibradas, injustas, de duvidosa constitucionalidade ou impraticáveis.
123. Assim, em síntese, a reforma do sistema fiscal permitirá, nomeadamente:
- Reforçar o combate a fraude e evasão fiscais;
  - Impulsionar a eficácia e eficiência da Administração Fiscal;
  - Flexibilizar, dentro de certas condições, os prazos e condições de pagamento de dívidas tributárias, bem como prever mecanismos excepcionais de pagamento;
  - Criação de um programa de incentivo para a recuperação de dívidas fiscais acumuladas;

- Promoção e incentivos na utilização das declarações e pagamentos electrónicos;
  - Implementação de um sistema efectivo de gestão de informação e cadastro dos contribuintes;
  - Capacitação e sensibilização dos contribuintes em matérias fiscais através de campanhas de sensibilização por meio de programas televisivos, radiofónicos, conferências e outros instrumentos promocionais.
124. Para se atingir plenamente os objectivos ligados à reforma da legislação fiscal, a aprovação do novo Código Geral Tributário, Código de Processo Tributário, CIUR – PS, CIUR-PC, Código das Execuções Tributárias e Código de Processo Judicial Tributário, é necessário que a tal reforma estabeleça um quadro legislativo para uma fiscalidade estável e previsível e defina um jurídico seguro para o contribuinte, clarificando e circunscrevendo, com base nos princípios da proporcionalidade, simplicidade e praticabilidade, as prerrogativas da Administração.
125. A reforma da legislação fiscal deverá, assim, consagrar as regras de procedimento tributário comuns aos diversos impostos, deverá ainda conter as regras fundamentais relativas ao regime de infracções tributárias, transformando o Código Geral Tributário numa espécie de “constituição fiscal material” que consolide os princípios fundamentais relativos aos elementos essenciais de todos os impostos.
126. Consequentemente, a concentração, clarificação das regras fundamentais do sistema fiscal no novo Código Geral Tributário poderá, na verdade, contribuir para uma maior segurança das relações entre a administração tributária e os contribuintes, a uniformização dos critérios de aplicação do direito tributário, de que depende a aplicação efectiva do princípio da igualdade, e a estabilidade e coerência do sistema tributário. Contrariamente, a imagem de um sistema tributário disperso e contraditório prejudica fortemente a aceitação social das suas normas e, consequentemente, a eficácia do combate à fraude e evasão fiscal.

127. Esse objectivo insere-se, de resto, nos objectivos gerais, enunciados na legislatura anterior: estabilidade do sistema; simplificação, modernização e desburocratização da administração fiscal; prossecução, com mais eficácia, da luta contra a evasão e fraude fiscais; promoção e desenvolvimento socioeconómico sustentável, em particular pela criação de condições favoráveis ao reforço da competitividade, ao crescimento económico e ao emprego e à consolidação e criação de empresas viáveis.

#### **2.3.4.4 Revisão e racionalização dos benefícios fiscais**

128. No que tange ao estatuto dos benefícios fiscais pretende-se que 2012 seja o ano da socialização e aprovação do diploma. Uma equipa multidisciplinar foi criada para trabalhar na análise e apresentação de propostas conducentes a racionalização dos benefícios fiscais, ou seja, eliminação de isenções ou incentivos fiscais inadequados ou injustificados, mantendo-se um quadro de incentivos e isenções coerente com os objectivos da política económica.

129. Pretende-se assim que o novo código de racionalização dos benefícios fiscais contribua para, nomeadamente:

- Melhorar a fiscalização tributária, relativamente ao cumprimento das obrigações impostas aos titulares do direito aos benefícios fiscais;
- Criar um regime racional e único de incentivos simultaneamente voltados para a sustentabilidade fiscal e focalizado nos objectivos gerais de desenvolvimento económico, revogando todos os incentivos ora existentes que não forem contemplados no novo regime;
- Estabelecer incentivos à criação ou formalização do emprego;
- Criar incentivos à formação profissional do trabalhador;

#### **2.3.4.5 Melhoria no Relacionamento Fisco/Contribuintes**



130. A melhoria das relações entre a Administração Fiscal e os contribuintes (e seus representantes legais) deve ser um objectivo fundamental e estruturante de qualquer política e reforma fiscal. Assim como, é essencial a reorganização dos serviços da Administração, o apoio aos contribuintes e o reforço da formação dos funcionários responsáveis pelo atendimento.
131. Tal desiderato deverá ser efectuado gradualmente, de forma a permitir condições institucionais, para que a DGCI possa dar resposta aos problemas e às solicitações crescentes, e conseqüentemente otimizar o sistema de arrecadação de receitas tributárias, acabando com formas obsoletas ainda existentes.
132. O objectivo estratégico que se preconiza com estas medidas é a prestação de um serviço público por parte da administração fiscal de qualidade, eficiente, eficaz e profissional. Com efeito, a garantia de um serviço de qualidade aos contribuintes será assegurada, particularmente pelo Departamento de Formação e Informação Tributária da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, fornecendo informações, instrumentos e assistências indispensáveis para o cumprimento das obrigações fiscais.
133. Através do site da DGCI será permitindo o acesso facilitado às informações fiscalmente relevantes. De igual modo, será instituído um serviço de correspondência electrónica em que serão enviados aos contribuintes publicações, guias desdobráveis e informações diversas actualizadas.
134. Assim, com intuito de a aumentar a eficiência e eficácia da Administração Fiscal, a prioridade situar-se-á no âmbito do apoio ao contribuinte e na melhoria da qualidade dos serviços que lhe são prestados pela Administração Fiscal, consubstanciadas nas seguintes medidas:
- Simplificação e desburocratização administrativa e adopção do relacionamento on-line entre a Administração Fiscal e os contribuintes (formulários, declarações electrónicas e pagamentos on-line);
  - Redução das custas e emolumentos tributários;

- Melhoria gradual das instalações, designadamente no que se refere a acessibilidade e espaço de atendimento;
- Investimento na formação ética e profissional dos funcionários afectos ao atendimento;
- A redução dos tempos de resposta às diferentes petições apresentadas pelos contribuintes;
- Celeridade e antecipação dos reembolsos;
- Promoção da educação tributária através do Programa Educação Fiscal.

### 2.3.5 Política Aduaneira

135. A Administração Aduaneira, enquanto instrumento de política do Governo para o desenvolvimento da economia do país, precisa apetrechar-se para um bom desempenho da sua missão.
136. Perante a actual conjuntura nacional e internacional, estabelece os seguintes objectivos:
- Proteger os cidadãos, a saúde pública e a modesta indústria nacional;
  - Arrecadar os recursos necessários para o financiamento das actividades do Estado;
  - Adaptar as alíquotas dos direitos de importação, seja para dar corpo aos compromissos pós Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio (OMC), seja para obstar a que os preços dos bens alimentares venham complicar a vida dos cidadãos, principalmente dos mais vulneráveis.
137. Assim, torna-se crucial prosseguir com o processo de reforma e modernização das Alfândegas, no sentido de simplificar, racionalizar e facilitar os procedimentos aduaneiros, garantindo maior eficiência e eficácia e promovendo a transparência face aos *stakeholders*.

138. Neste sentido, Direcção Geral das Alfandegas irá resolver a curto prazo alguns dossiers pendentes e outros que ora se colocam à Administração Aduaneira, designadamente:

- A migração do sistema aduaneiro em uso, o SYDONIA++, para a nova versão, o SYDONIA WORLD, que contribuirá para um salto qualitativo da nossa prestação, com a desmaterialização dos processos, aceleração dos tempos de resposta, maior controlo dos procedimentos, acompanhamentos dos dossiers por parte dos operadores, acesso remoto, etc.;
- A uniformização dos agentes e funcionários aduaneiros nas fronteiras (portos e aeroportos), conferindo maior formalismo às intervenções e contribuindo para uma maior transparência na relação com os utentes;
- A aplicação do Regulamento do Código Aduaneiro de modo a permitir a implementação incondicional de todas as disposições do diploma;
- A implementação do sistema de valoração da OMC;
- A implementação das declarações sumárias electrónicas;
- O aperfeiçoamento e a consolidação de um sistema de análise e gestão de riscos como forma de combater a fraude;
- A aplicação de uma Base de Valor para suportar as posições dos agentes aduaneiros nas declarações de despacho;
- A reestruturação do quadro de pessoal de forma a adequá-lo às necessidades actuais de serviços, motivadas essencialmente com o aumento crescente do volume de importações, o alargamento da cobertura nacional através de instalação de novas estâncias aduaneiras e a instalação e o funcionamento dos equipamentos de scanners nos três principais portos do país;

- O preenchimento dos lugares vagos no quadro, como condição de superar a insuficiência de pessoal, evitando constrangimentos no desempenho dos serviços.
  - A implementação de um Quadro Jurídico de Incentivos Fiscais com maior disciplina, rigor e transparência na administração e controlo dos benefícios fiscais;
  - A ratificação e publicação das seguintes convenções:
    - Convenção de Quioto Revista;
    - Convenção de Importação Temporária para Bens para Exposições;
    - Convenção Aduaneira de ATA carnet para Admissão Temporária de Bens (ATA);
    - Convenção de Admissão Temporária (ISTAMBUL);
    - Convenção Internacional para assistência administrativa mútua para a prevenção, investigação e repressão de infracções aduaneiras (NAIROBI);
  - A implementação da redução das taxas acordadas com a Organização Mundial das Alfândegas – OMC para 2012;
  - A aplicação da nova Nomenclatura do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias recomendada pela Organização Mundial das Alfândegas – OMA para 2012;
139. Por outro lado, alguns ajustes serão efectuados no ordenamento do território aduaneiro e na aproximação da administração aos utentes. Para tanto, deverá haver lugar a:
- Dinamização do funcionamento da Delegação Aduaneira do Aeroporto de São Pedro, em São Vicente;

- Instalação e funcionamento da Delegação Aduaneira do Porto Inglês, na ilha do Maio;
- Aumento dos efectivos de modo a dotar todas as estruturas do pessoal necessário para o controlo dos procedimentos, melhoria da fiscalização e maior arrecadação das receitas;
- Aquisição de bens indispensáveis ao funcionamento dos serviços, essencialmente viaturas e equipamentos informáticos, tendo em conta a insuficiência e degradação dos parques automóvel e informático existentes.

140. A política fiscal aduaneira, para o ano de 2012, terá em vista aspectos cruciais como sendo:

- Revisão das alíquotas dos bens alimentares cuja cotação no mercado internacional tenha subido vertiginosamente;
- Acompanhamento da evolução dos preços dos derivados do petróleo e dos cereais;
- Prossecução do programa de redução das taxas consolidadas no quadro das negociações com a Organização Mundial do Comércio (OMC);
- Intensificação da cooperação com outras administrações aduaneiras e organizações internacionais;
- Reforço do combate à fraude e à evasão fiscais;
- Promoção de um regime fiscal simplificado, o mais transparente, justo, eficaz e efectivo possível;
- Adesão às principais convenções internacionais em matéria aduaneira, elaboradas sob a égide da Organização Mundial das Alfândegas, e

participação nos fora internacionais em virtude da pertença às organizações internacionais organizadoras.

- Desenvolver parcerias com as instituições nacionais com as quais a Administração Aduaneira deve articular-se no desempenho das suas funções, designadamente a Polícia Nacional e a Polícia Judiciária;

141. Porque a eficácia da fiscalização, o rigor dos controlos e a credibilidade da instituição dependem, em grande medida, da correcta aplicação do quadro normativo vigente, da aferição regular dos procedimentos, da capacidade técnica instalada e da ética dos funcionários e agentes, necessário se torna, no ano de 2012, apostar em aspectos fundamentais, a saber:

- A tradução dos diplomas legais aprovados em claras normas e instruções de serviço;
- O acompanhamento da implementação dos procedimentos delineados, através uma unidade, informal, de Controlo Interno;
- A reciclagem e a capacitação contínua dos Recursos Humanos (RH);
- A criação e a administração de um criativo sistema de motivação dos RH;
- A segregação de funções (quem liquida não deve receber, etc.);
- A luta, sem tréguas, aos desvios da ética profissional;
- Submissão a uma auditoria externa independente.

### **2.3.6 Política da Dívida Pública para 2012**

142. A Política da Dívida Pública tem sido ancorada na lei de Enquadramento Orçamental, nas disposições do Orçamento do Estado, no programa do Governo bem como no respeito dos Acordos Internacionais assinados juntos de parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, bilaterais e multilaterais, garantindo os recursos financeiros para cobrir as necessidades de financiamento do Governo.

143. Os recursos externos continuam a ser a prioridade na contratação da dívida do Governo Central, com preferência para os recursos com taxas de

concessionalidade igual ou superior a 35% e tendo o Euro como moeda de opção na contratação. Os recursos são canalizados para financiamento de projectos estruturantes, com a taxa de retorno a curto/médio prazo, visando garantir a sustentabilidade da dívida do Governo Central e a promoção de condições do desenvolvimento sustentável do país.

- I44. Os recursos internos são utilizados para financiar as necessidades de tesouraria até um nível e que se pode manter o Stock da dívida interna em torno dos 20% do PIB, com o propósito de impulsionar as políticas do governo de promoção e dinamização do sector privado, abdicando o Estado dos recursos financeiros internos em prol do Sector Privado.
- I45. A Gestão da Dívida Pública tem decorrido num ambiente de concertação entre a Política Orçamental do Estado e a Política Monetária do Banco de Cabo Verde, visando a sustentabilidade global da economia de Cabo Verde, ancorada na estabilidade do regime cambial e na promoção do crescimento económico sustentável.
- I46. O Governo tem implementado reformas estruturais, no que tange ao reforço da capacidade institucional de gestão e análise da sustentabilidade da dívida, com vista à criação de um espaço orçamental de modo a fazer face à crise ainda presente no mercado internacional, para enfrentar os desafios de transição definitiva de Cabo Verde a país de rendimento médio, bem como a possíveis choques externos, atendendo á dependência e vulnerabilidade da economia do País.
- I47. Constituem prioridades de gestão, a Implementação das linhas orientadoras para o endividamento através do “Medium Term Debt Strategy”, a análise do impacto de cada novo acordo de empréstimo na sustentabilidade da dívida utilizando o Management Tools do Sistema da Gestão da Dívida (CS-DRMS) ou caso justifique o DSA (Debt Sustainability Analysis) e a assunção pecuniária dos 10% da Contrapartida Nacional nas Linhas de Crédito contratadas bilateralmente.

148. No que se refere à gestão corrente da dívida externa, se propõe:

- Manter o nível de endividamento com empréstimos externo em torno de 70% das necessidades de financiamento, optando pelos Credores que garantem ao país financiamento externo a Baixo Custo;
- Acautelar igualmente, em relação aos Riscos inerentes à carteira da dívida pública, entre os quais o Risco Cambial, que pressupõe uma análise quanto à composição da moeda do passivo, ao desfasamento entre as divisas que compõem as reservas do Banco Central e as demais vulnerabilidades da balança de pagamentos, bem como o risco de taxa de juros, dando preferência as contratações com taxas de juro fixas;
- Priorizar o USD como moedas de pagamento do serviço da dívida enquanto o cambio de USD/CVE é favorável em relação ao cambio Euro/CVE, as duas moedas que constituem as reservas cambiais do BCV.

149. Relativamente a dívida interna, um dos principais objectivos é o desenvolvimento do mercado de títulos da dívida pública, permitindo não só um custo justo de financiamento ao Estado como também, a criação do mercado secundário activo, capaz de captar a poupança no país e na diáspora e dinamizar o financiamento interno.

150. Constituem ainda objectivos da gestão da dívida interna:

- Capacitação interna da Direcção Geral do Tesouro na utilização da Nova Plataforma de Leilões da Dívida Pública;
- Analisar e programar as emissões dos Títulos do Tesouro, tendo em vista a redução do risco de refinanciamento na carteira, a manutenção da média de maturidade em torno de 10 anos e a diversificação de instrumentos de financiamento no mercado interno;



- Reclassificação e Flexibilização de taxas de juro por diferentes maturidades dos Instrumentos da dívida interna na emissão dos títulos;
- Melhorar a coordenação entre a política fiscal e a política monetária;
- Seguir o risco contingente relativo aos passivos relacionados com empresas públicas e assegurar um nível de endividamento das mesmas de forma sustentável bem como o seguimento dos empréstimos de retrocessão.

## **2.4 Finanças Públicas em 2012**

### **2.4.1 Análise Global**

- 151.** A política orçamental que vem sendo implementada nos últimos três anos teve como seu principal objectivo compensar a queda significativa na procura externa e interna associada à crise económica e financeira internacional e colmatar insuficiências ao nível das infra-estruturas de modo a aumentar o potencial de crescimento do país. Neste contexto, através do programa plurianual de investimento público o Governo tem dado um importante suporte à economia por forma a mitigar, em grande medida, os impactos nefastos da crise mundial sobre a economia nacional.
- 152.** Contudo, num período de elevadas incertezas e por forma a manter a prudência e o rigor orçamental, torna-se crucial a adopção de medidas de política que promovam a eficiência e eficácia da receita e despesa públicas, assegurando, desta forma, a sustentabilidade das finanças públicas no médio e longo prazos.
- 153.** Neste âmbito, o Orçamento do Estado para 2012, dará continuidade à implementação do programa plurianual de investimento público, o que acarretará um défice público programado de 9,8% do PIB. Esta evolução representará uma redução de 1,2 p.p. do défice programado para 2011. Entretanto, nos períodos de 2013 a 2015 projecta-se atingir em média um défice de 6,8% do PIB, em perfeita sintonia com estratégia de endividamento a médio prazo ancorada no regime cambial vigente.

## Figura XX - Evolução das Finanças Públicas

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %						
	Execução		Est.	Orç.	Projeção									
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
<b>Receitas Totais</b>	37.523	39.729	41.877	40.737	45.580	49.352	51.629	5,9	5,4	-2,7	11,9	8,3	4,6	
Receitas correntes	29.985	30.239	34.019	36.709	39.574	42.546	45.414	0,8	12,5	7,9	7,8	7,5	6,7	
Receitas fiscais - Impostos	25.530	26.241	29.268	32.092	34.701	37.618	40.436	2,8	11,5	9,7	8,1	8,4	7,5	
Outras Receitas	4.455	3.998	4.751	4.617	4.873	4.929	4.979	-10,3	18,9	-2,8	5,5	1,1	1,0	
Receitas de capital	7.537	9.490	7.857	4.028	6.006	6.806	6.215	25,9	-17,2	-48,7	49,1	13,3	-8,7	
Donativos	7.536	9.486	7.857	4.028	6.006	6.806	6.215	25,9	-17,2	-48,7	49,1	13,3	-8,7	
OFN	1	4	0	0				239,6	-100,0	-	-	-	-	
<b>Despesas Totais</b>	26.931	27.497	30.562	32.208	34.272	36.052	37.685	2,1	11,1	5,4	6,4	5,2	4,5	
Despesas correntes	26.931	27.497	30.562	32.208	34.272	36.052	37.685	2,1	11,1	5,4	6,4	5,2	4,5	
Despesas com pessoal	12.534	13.294	14.748	15.729	16.437	17.177	17.950	6,1	10,9	6,7	4,5	4,5	4,5	
Aquisição de Bens e Serviços	2.634	2.849	3.170	3.354	3.553	3.802	4.030	8,1	11,3	5,8	5,9	7,0	6,0	
Juros da dívida	1.818	2.159	2.493	2.470	3.047	3.144	3.217	18,7	15,4	-0,9	23,4	3,2	2,3	
Subsídios	845	752	947	439	471	502	520	-11,0	26,0	-53,7	7,5	6,5	3,5	
Transferências correntes	3.789	3.938	4.178	4.037	4.265	4.543	4.747	3,9	6,1	-3,4	5,7	6,5	4,5	
Benefícios Sociais	2.371	2.749	3.065	3.328	3.547	3.831	4.061	15,9	11,5	8,6	6,6	8,0	6,0	
Outras despesas Correntes	2.940	1.757	1.961	2.851	2.951	3.054	3.161	-40,3	11,6	45,4	3,5	3,5	3,5	
Pagamentos do ano anterior														
Despesa de Capital	0	0	0	0	0	0	0							
Outras Despesas de Capital														
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	10.592	12.232	11.315	8.529	11.308	13.301	13.945	15,5	-7,5	-24,6	32,6	17,6	4,8	
<b>Activos não Financeiros</b>	18.478	27.413	27.762	24.679	28.426	27.801	22.427	48,4	1,3	-11,1	15,2	-2,2	-19,3	
Compra de activos não Financeiros	18.495	27.413	28.012	24.964	28.853	28.271	23.013	48,2	2,2	-10,9	15,6	-2,0	-18,6	
Venda de activos não Financeiros	17	0	250	284	427	469	587	-98,5	-	13,7	50,0	10,0	25,0	
<b>Saldo global</b>	<b>-7.886</b>	<b>-15.180</b>	<b>-16.447</b>	<b>-16.150</b>	<b>-17.118</b>	<b>-14.501</b>	<b>-8.482</b>	<b>92,5</b>	<b>8,3</b>	<b>-1,8</b>	<b>6,0</b>	<b>-15,3</b>	<b>-41,5</b>	
Saldo Corrente	3.055	2.742	3.458	4.501	5.302	6.495	7.730	-10,2	26,1	30,2	17,8	22,5	19,0	
Saldo global primário	-6.068	-13.021	-13.955	-13.681	-14.071	-11.357	-5.265	114,6	7,2	-2,0	2,9	-19,3	-53,6	
Saldo primário corrente	4.873	4.901	5.950	6.970	8.349	9.638	10.947	0,6	21,4	17,1	19,8	15,4	13,6	
<b>Financiamento</b>	<b>7.782</b>	<b>14.663</b>	<b>16.447</b>	<b>16.150</b>	<b>17.118</b>	<b>14.501</b>	<b>8.482</b>							
Activos Financeiros	-836	-849	-3.930	-3.115	-1.950	-503	165							
Empréstimo concedidos	-836	-834	-3.930	-2.115	-1.950	-503	165							
Acções e outras Participações		-15		-1.000										
Passivos Financeiros	8.618	15.512	20.377	19.265	19.068	15.004	8.316							
Interno Líquido	2.317	988	3.160	3.982	1.334	167	-992							
Externo Líquido	6.301	14.524	17.217	15.283	17.734	14.837	9.308							
Erros e Omissões	-104	-517	0	0	0	0	0							
<i>Saldo global (em % do PIB)</i>	<i>-6,3</i>	<i>-11,1</i>	<i>-11,0</i>	<i>-9,8</i>	<i>-9,4</i>	<i>-7,1</i>	<i>-3,8</i>							
<i>Crédito Interno Líquido</i>	<i>1,8</i>	<i>0,7</i>	<i>2,1</i>	<i>2,4</i>	<i>0,7</i>	<i>0,1</i>	<i>-0,4</i>							
<i>Saldo corrente (em % do PIB)</i>	<i>2,4</i>	<i>2,0</i>	<i>2,3</i>	<i>2,7</i>	<i>2,9</i>	<i>3,2</i>	<i>3,4</i>							
<i>Saldo global primário(em % do PIB)</i>	<i>-4,8</i>	<i>-9,6</i>	<i>-9,3</i>	<i>-8,3</i>	<i>-7,7</i>	<i>-5,6</i>	<i>-2,3</i>							
<i>Saldo primário corrente (em % PIB)</i>	<i>3,9</i>	<i>3,6</i>	<i>4,0</i>	<i>4,2</i>	<i>4,6</i>	<i>4,7</i>	<i>4,9</i>							

154. Embora a despesa corrente primária deverá desacelerar em 0,7 p.p. do PIB em 2012, o aumento em termos absolutos resulta, essencialmente, das despesas com as indemnizações de terrenos, benefícios sociais destinados a pensões de aposentação e regime não contributivo, aumento dos preços dos combustíveis, electricidade e água. A despesa com pessoal apresenta um crescimento moderado, face a estimativa de 2011, devido principalmente a contenção na admissão de novos funcionários públicos para 2012.

- 155.** Relativamente ao investimento público previsto para 2012, apresenta uma redução de 3,5 p.p. do PIB. Em termos relativo prevê-se um decréscimo do investimento público em cerca de 11% sendo a maioria dos recursos canalizados para os eixos da infra-estruturação, coesão social e boa governação que representam respectivamente 45,8%, 14,9% e 12,9%. As maiores realizações previstas serão no domínio da construção e expansão de portos, estradas, desenvolvimento do sector energético e combate ao défice habitacional para as populações mais desfavorecidas.
- 156.** A receita total e vendas de activos não financeiros programados para 2012, deverá atingir 24,9% do PIB, uma desaceleração de 3,2 p.p., derivado essencialmente da conjugação da queda dos donativos directos e outras receitas correntes. Relativamente as receitas fiscais perspectiva-se atingir 19,5% do PIB, apresentando um acréscimo de 0,1 p.p. face ao ano anterior. Esta evolução resulta da retoma da actividade económica conjugada com as medidas fiscais propostas para 2012.
- 157.** Relativamente ao stock da dívida pública, poderá ascender 139.594 milhões de escudos, representando um acréscimo de 16% quando comparado com o valor estimado para 2011. No que respeita ao rácio dívida pública/PIB, perspectiva-se atingir 85% do PIB, traduzindo-se num aumento de 4% p.p face a programação para 2011.

### **2.4.2 Receita**

- 158.** O total da receita e activo não financeiro previsto para 2012 ascende a 41.021 milhões de escudos, uma diminuição de 2,6% relativamente a estimativa de execução para 2011, resultado, essencialmente, da queda dos donativos directos e outras receitas. Prevê-se no entanto, o crescimento da receita fiscal em 10,3%, devido em particular ao comportamento esperado do IVA e do IUR, em linha com a retoma da actividade económica, conjugado com a perspectiva de recuperação da dívida dos contribuintes referente aos anos anteriores.

**Figura XXI - Evolução das Receitas**

	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %			em % do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
<b>Receitas Correntes</b>	30.239	34.019	36.709	0,8	12,5	7,9	22,2	22,7	22,3
<b>Receitas Fiscais</b>	26.241	29.083	32.092	2,8	10,8	10,3	19,3	19,4	19,5
<b>Impostos</b>	26.241	29.083	32.092	2,8	10,8	10,3	19,3	19,4	19,5
Impostos sobre o rendimento	7.892	8.851	9.698	-2,1	12,2	9,6	5,8	5,9	5,9
Imposto sobre o valor acrescentado	10.521	11.471	12.756	7,9	9,0	11,2	7,7	7,7	7,7
Imposto sobre bens e serviços	1.739	2.276	2.365	12,0	30,9	3,9	1,3	1,5	1,4
Impostos sobre transacções internacionais	5.388	5.587	6.227	3,2	3,7	11,5	4,0	3,7	3,8
Imposto de selo	701	897	1.046	-26,3	28,1	16,6	0,5	0,6	0,6
Outros impostos	0	0		-	-	-			
<b>Segurança Social</b>	42	29	12	-8,8	-31,7	-57,6	0,0	0,0	0,0
Contribuições para segurança Social	42	29	12	-8,8	-31,7	-57,6	0,0	0,0	0,0
<b>Transferências Correntes</b>	0								
<b>Outras Receitas</b>	3.956	4.907	4.604	-10,3	24,1	-6,2	2,9	3,3	2,8
Rendimentos de Propriedade	316	417	865	-65,1	32,1	107,6	0,2	0,3	0,5
Vendas de Bens e Serviços	3.077	3.510	2.985	0,4	14,1	-15,0	2,3	2,3	1,8
Multas e outras Penalidades	376	268	265	39,2	-28,8	-1,2	0,3	0,2	0,2
Outras transferências	0	0	445	-	-	-	0,0	0,0	0,3
Outras receitas	187	712	45	9,1	281,1	-93,7	0,1	0,5	0,0
<b>Receitas de Capital</b>	9.490	7.857	4.028	25,9	-17,2	-48,7	7,0	5,2	2,4
<b>Transferências de Capital</b>	9.490	7.857	4.028	25,9	-17,2	-48,7	7,0	5,2	2,4
De Governo Estrangeiro	0	0	0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0
De Organismo Internacional	9.486	7.857	4.028	25,9	-17,2	-48,7	7,0	5,2	2,4
Das Administrações públicas	4		0	239,6	-100,0	-	0,0	0,0	0,0
Outras receitas de capital	0			0,0	-	-	0,0	0,0	0,0
<b>Total de Receitas</b>	<b>39.729</b>	<b>41.877</b>	<b>40.737</b>	<b>5,9</b>	<b>5,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>29,2</b>	<b>28,0</b>	<b>24,7</b>
<b>Activos não Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>284</b>	<b>-98,5</b>	<b>-</b>	<b>13,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>
<b>Vendas de activos não financeiros</b>	<b>0</b>	<b>250</b>	<b>284</b>	<b>-98,5</b>	<b>-</b>	<b>13,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>
<b>Total Geral de Recursos Próprios</b>	<b>39.729</b>	<b>42.127</b>	<b>41.021</b>	<b>5,8</b>	<b>6,0</b>	<b>-2,6</b>	<b>29,2</b>	<b>28,1</b>	<b>24,9</b>

### 2.4.2.1 Receitas fiscais

159. A previsão das receitas fiscais para 2012 ascende a 32.092 milhões de escudos, um acréscimo de 10,3% em relação a 2011. Este aumento resulta do acréscimo em 9,6% nos impostos directos e 10,6% nos impostos indirectos,
160. Para além da perspectiva de crescimento da economia para 2012, esta evolução tem por base o impacto das medidas propostas em matéria fiscal e o reforço da administração fiscal através de recrutamento de novos inspectores tributários.

### 2.4.2.1.1.1 Impostos Directos

161. Para 2012, prevê-se que a receita do IUR-PS atinja 5.321,2 milhões de escudos, um aumento de 8,8% face a 2011. O valor da previsão de 2012 tem por base a recuperação de 25% do plano de pagamento dos atrasados referente ao período de 2008 a 2010 já negociados com os contribuintes do método declarativo e estimativa, assim como o pagamento por parte das empresas que não entregaram os impostos retidos na fonte referente a anos anteriores.
162. Prevê-se ainda a actualização dos escalões do IUR-PS em 3,1%, o aumento do mínimo de existência em vinte mil escudos para os contribuintes solteiros e casados unitulares e quarenta mil escudos para os contribuintes casados dois titulares. Estas medidas estão em linha com o princípio do acordo de Concertação Estratégica de 2007-2011, assinado entre o Governo e os Parceiros Sociais, com intuito de reduzir a pressão fiscal sobre as famílias e repor o poder de compra do contribuinte.
163. O valor da previsão para 2012 do IUR-PC ascende a 4.376,5 milhões de escudos, um acréscimo de 10,5% face a 2011.

### 2.4.2.1.2- Impostos Indirectos

164. Para 2012, prevê-se que a receita do IVA possa ascender a 12.756 milhões de escudos, representando um acréscimo de 11,2% relativamente a 2011.
165. A previsão da receita para 2012 do imposto sobre bens e serviços ascende a 2.365 milhões de escudos, o qual representa um ligeiro acréscimo de 3,9% face a 2011, o que reflecte essencialmente a evolução para baixo prevista na Taxa Ecológica considerando o impacto da revisão desta lei no decurso de 2012.
166. As receitas do Imposto sobre a Transacção Internacional, ou seja, Direitos de Importação deverá ascender 6.227 milhões de escudos, representando um acréscimo de 11,5% face a estimativa de execução para 2011. Justificado essencialmente pela evolução das importações conjugada com maior rigor na concessão dos benefícios fiscais.

167. A previsão da receita para 2012 do Imposto de Selo ascende a 1.046 milhões de escudos, um acréscimo de 16,6% face a 2011. Para este resultado contribui, em parte, a recuperação dos atrasados referentes aos anos anteriores.

### **2.4.2.2 Outras Receitas**

168. Para 2012 prevê-se uma cobrança de outras receitas não fiscais de 4.604 milhões de escudos, apresentando um decréscimo de 6,2% face a estimativa de execução para 2011. Esta evolução é justificada na sua maioria pelo comportamento das rubricas "Vendas de bens e Serviços" e " Outras Receitas", durante 2011.

### **2.4.2.3 Donativos**

Tendo em conta que alguns parceiros de desenvolvimento estão a preparar novos programas de cooperação para os próximos anos ainda não é conhecido o montante global a ser realizado. Neste sentido, os donativos deverão ascender 4.028 milhões de escudos, apresentando um decréscimo de 48,7 % relativamente a 2011. Contudo, este valor estará condicionado à conclusão dos programas indicativos de cooperação.

## **2.4.3 Despesa do Estado**

### **2.4.3.1 Despesas Globais**

169. A política para a elaboração do Orçamento 2012 tem sido orientada numa contenção sustentada das despesas de funcionamento, tendo em atenção os gastos e as prioridades da Agenda de Transformação do País, com enfoque no aumento do saldo primário, permitindo libertar recursos significativos e crescentes para serem canalizados para o financiamento dos investimentos públicos em Sectores prioritários e/ou financiamento do défice, de modo a potenciar o desenvolvimento equilibrado, aliviando a pressão do Estado sobre o crédito interno, potenciando a redução da taxa de juros, estimulando a economia privada, reforçar o nível de reservas externas e consolidar as bases da estabilidade e paridade da moeda nacional.

170. Para 2012, o montante global das despesas públicas incluindo activos não financeiros é fixado em 57.172 milhões de escudos (diminuição de 2,4% face a estimativa de execução do orçamento de 2011) das quais 32.344 milhões de escudos para despesas de funcionamento e 24.828 milhões de escudos para despesas de investimento, um aumento de 5,4% para as despesas de funcionamento e uma diminuição de 11% para as de investimento em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011. A despesa de investimento diminui em termos absolutos (3.068 milhões de escudos), tendo reduzido o seu peso relativo de 47,6% para 43,4% em 2012. Em contrapartida, as despesas de funcionamento tem aumentado em termos absolutos em 1.647 milhões de escudos comparando com o ano transacto, aumentando o seu peso relativo de 52,2% para 56,3% em 2012.

**Figura XXII - Evolução das Despesas**

	em milhões de escudos							Taxa de crescimento em %							Estrutura (%)						
	Execução		Est.	Orç.	Projeção																
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
<b>Despesas</b>	<b>26.931</b>	<b>27.497</b>	<b>30.562</b>	<b>32.209</b>	<b>34.272</b>	<b>36.052</b>	<b>37.685</b>	<b>2,1</b>	<b>11,1</b>	<b>5,4</b>	<b>6,4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Despesas correntes</b>	<b>26.931</b>	<b>27.497</b>	<b>30.562</b>	<b>32.209</b>	<b>34.272</b>	<b>36.052</b>	<b>37.685</b>	<b>2,1</b>	<b>11,1</b>	<b>5,4</b>	<b>6,4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Despesas com Pessoal	12.534	13.294	14.748	15.729	16.437	17.177	17.950	6,1	10,9	6,6	4,5	4,5	4,5	46,5	48,3	48,3	48,8	48,0	47,6	47,6	47,6
Aquisição de bens e serviços	2.634	2.849	3.170	3.354	3.553	3.802	4.030	8,1	11,3	5,8	5,9	7,0	6,0	9,8	10,4	10,4	10,4	10,4	10,5	10,7	10,7
Juros e outros encargos	1.818	2.159	2.493	2.470	3.047	3.144	3.217	18,7	15,4	-0,9	23,4	3,2	2,3	6,8	7,9	8,2	7,7	8,9	8,7	8,5	8,5
Subsídios	845	752	947	439	471	502	520	-11,0	26,0	-53,7	7,5	6,5	3,5	3,1	2,7	3,1	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4
Transferências correntes	3.789	3.938	4.178	4.037	4.265	4.543	4.747	3,9	6,1	-3,4	5,7	6,5	4,5	14,1	14,3	13,7	12,5	12,4	12,6	12,6	12,6
Benefícios Sociais	2.371	2.749	3.065	3.328	3.547	3.831	4.061	15,9	11,5	8,6	6,6	8,0	6,0	8,8	10,0	10,0	10,3	10,4	10,6	10,8	10,8
Outras Despesas correntes	2.940	1.757	1.961	2.852	2.951	3.054	3.161	-40,3	11,6	45,5	3,5	3,5	3,5	10,9	6,4	6,4	8,9	8,6	8,5	8,4	8,4
<b>Despesas Correntes Primárias</b>	<b>25.113</b>	<b>25.338</b>	<b>28.069</b>	<b>29.739</b>	<b>31.225</b>	<b>32.908</b>	<b>34.468</b>	<b>0,9</b>	<b>10,8</b>	<b>5,9</b>	<b>5,0</b>	<b>5,4</b>	<b>3,8</b>	<b>93,2</b>	<b>92,1</b>	<b>91,8</b>	<b>92,3</b>	<b>91,1</b>	<b>91,3</b>	<b>91,5</b>	<b>91,5</b>
<b>Total de Despesa de Funcionamem</b>	<b>26.931</b>	<b>27.497</b>	<b>30.562</b>	<b>32.209</b>	<b>34.272</b>	<b>36.052</b>	<b>37.685</b>	<b>2,1</b>	<b>11,1</b>	<b>5,4</b>	<b>6,4</b>	<b>5,2</b>	<b>4,5</b>	<b>59,3</b>	<b>50,1</b>	<b>52,2</b>	<b>56,3</b>	<b>54,3</b>	<b>56,0</b>	<b>62,1</b>	<b>62,1</b>
<b>Total de Activos não Financeiros</b>	<b>18.495</b>	<b>27.413</b>	<b>28.012</b>	<b>24.963</b>	<b>28.853</b>	<b>28.271</b>	<b>23.013</b>	<b>48,2</b>	<b>2,2</b>	<b>-10,9</b>	<b>15,6</b>	<b>-2,0</b>	<b>-18,6</b>	<b>40,7</b>	<b>49,9</b>	<b>47,8</b>	<b>43,7</b>	<b>45,7</b>	<b>44,0</b>	<b>37,9</b>	<b>37,9</b>
Dos quais Programa de Invest	18.356	27.161	27.896	24.828	28.853	28.271	23.013	48,0	2,7	-11,0	16,2	-2,0	-18,6	40,4	49,5	47,6	43,4	45,7	44,0	37,9	37,9
<b>Total de Despesas</b>	<b>45.426</b>	<b>54.909</b>	<b>58.574</b>	<b>57.172</b>	<b>63.124</b>	<b>64.322</b>	<b>60.698</b>	<b>20,9</b>	<b>6,7</b>	<b>-2,4</b>	<b>10,4</b>	<b>1,9</b>	<b>-5,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

### 2.4.3.2 Despesa de Funcionamento

171. A estimativa de execução da despesa de funcionamento para 2011 é de 30.678 milhões de escudos, uma redução de 1.148 milhões de escudos em relação ao orçamento inicialmente previsto 31.665 milhões de escudos (excluindo activos não financeiros). A diminuição da despesa deve-se à medida de contenção para ajustar ao cenário de redução efectiva de receitas fiscais, resultado do efeito da crise internacional.

172. Em 2012, as despesas de funcionamento continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 86,8% do montante total do orçamento, sendo as despesas com o pessoal cerca de 48,8% e 38,0% com os Encargos Comuns, sobretudo as transferências aos Municípios, Pensões, Restituições, indemnizações, subsídios e subvenção.
173. Para 2012, o montante global das despesas de funcionamento cifra-se em 32.344 milhões de escudos (32.209 milhões de escudos para as Despesas Correntes e 135 milhões de escudos em despesas com Activos não Financeiros), um aumento de 5,4% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011.

#### **2.4.3.2. I Por Classificação Económica**

174. Despesa com pessoal – Nos últimos três anos, o seu peso varia em média cerca de 47,7% do total do orçamento de funcionamento, devido a recrutamento de novos Médicos, Enfermeiros, Agentes da Polícia Nacional, actualização dos salários na Administração Pública e evolução na carreira da classe docente.
175. Durante o ano 2012 esta rubrica vai crescer de uma forma controlada. Prevê-se um crescimento da massa salarial na ordem dos 6,6% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011. O aumento deve-se essencialmente aos recrutamentos ocorridos em 2011, da evolução na carreira do pessoal docente, em função do Memorando assinado entre o MED e os Sindicatos dos Professores, da promoção dos funcionários dos registos e notariados, dos novos agentes das Polícias Nacional e Judiciária, da implementação do Estatuto do Magistrados e outros compromissos assumidos em 2011. É de realçar que os recrutamentos embora congelados durante o ano 2012, as áreas da Segurança, da Justiça, da Saúde e da Educação foram preservados.
176. Aquisição de Bens e Serviços – Trata-se de uma rubrica de capital importância não só devido ao seu peso no montante global das despesas, mas sobre tudo pela sua relevância no funcionamento dos serviços. Nos anos 2009 e



2010 a verba que lhe foi sucessivamente destinada revelou-se insuficiente para fazer face às reais necessidades, haja em vista sobre tudo o aumento do preço dos combustíveis, da energia e água e ainda devido ao crescente consumo induzido pela massificação do uso de novos equipamentos. Há um acréscimo de 8,1% em 2010 e de 11,3% em 2011, de acordo com a estimativa de execução do orçamento.

177. O orçamento de 2012 vem na linha do ano anterior, consolidar o orçamento, integrando os serviços que anteriormente não constavam do OE.
178. Visando uma Política de Boa Governação, o crescimento na rubrica Aquisições de Bens e Serviços para o ano em causa desacelerou em 5,5 p.p. relativamente a estimativa de execução para 2011, tendo em conta os objectivos da lei que aprova o regime jurídico das aquisições públicas que baseia no princípio da economia e da eficiência, da introdução de contadores pré pagos e de outras medidas de contenção.
179. Juros e outros encargos – Nos últimos três anos esta rubrica varia em média de 7,6% do peso total do orçamento de Estado. A evolução desta rubrica está intrinsecamente relacionada com contratação do empréstimo, particularmente na infra-estruturação económica do País.
180. Para o ano 2012 prevê-se 2.470 milhões de escudos, o que representa um decréscimo de 2,1% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011, devido ao término de amortização de três empréstimos em 2011.
181. Subsídios – Está concentrada nos Encargos Comuns. Há um decréscimo de 53,7% em 2012, comparando com a estimativa da execução do orçamento de 2011, devido aos custos com os pagamentos das subvenções aos partidos políticos com a realização das eleições legislativas e Presidenciais (1º e 2ª voltas).
182. Transferências Correntes – Nos últimos três anos em análise, essa rubrica tem absorvido cerca de 14,0% do total de orçamento de funcionamento, com

destaque para a transferência do Estado para o Fundo de Equilíbrio Financeiro Municipal e Embaixadas devido ao aumento do custo de vida nos respectivos países.

- 183.** O montante da transferência corrente previsto para 2012 é inferior ao da estimativa de execução de 2011 em 3,4%, o que representa uma diminuição de cerca de 141 milhões de escudos.
- 184.** Benefício Sociais – Trata-se de uma rubrica que inclui os encargos com o pagamento das pensões de aposentação, de sobrevivência e de reservas.
- 185.** Para o orçamento de 2012, nota-se um acréscimo de 8,6% comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2011. Esse aumento tem haver não só com a aposentação antecipada, mas também com a entrada de novos beneficiários e da actualização das pensões de sobrevivência e regime não contributivo.
- 186.** Outras Despesas correntes – Em 2012 esta rubrica ascende 2.852 milhões de escudos, um aumento de 45,5% comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2011, derivado essencialmente da rubrica Indemnizações e Organizações Não Governamentais.
- 187.** Activos não Financeiros – Para o ano 2012, prevê-se um crescimento negativo nesta rubrica, com um decréscimo de 6,8%, no orçamento para 2012, face a estimativa de execução do orçamento de 2011. Esta rubrica é justificada em grande parte pela aquisição de equipamentos e maquinarias.
- 188.** É de salientar que os Activos não Financeiros encontram-se nos Encargos Comuns, dentro do Ministério das Finanças e Planeamento.

### 2.4.3.2.2 Por Classificação Orgânica

189. Nota-se que nos últimos três anos o peso no total da despesa de funcionamento do Estado subdivide-se em:

- Despesas com os Serviços Simples – 78,7% em 2009, 78,2% em 2010 e 77,3% em 2011, do total das despesas de funcionamento;
- Despesas com os Encargos Gerais da Nação – 3,3% nos últimos anos em análise.
- Despesas com os Fundos de Serviços Autónomos - 18,0%, 18,4% e 19,4% nos anos 2009, 2010 e 2011 respectivamente.

190. Prevê-se que em 2012, a repartição consoante o peso no total das despesas de funcionamento apresenta, Encargos Gerais da Nação 3,6%, Fundos e Serviços Autónomos 19,6 % e Serviços Simples 76,8%.

191. Não são substanciais as alterações em 2012 comparativamente com o orçamento de Estado anterior, sendo os sectores com maior peso o Ministério das Finanças (encargos comuns), Educação e Desporto, Saúde, Segurança (MAI) e Justiça.

192. Em 2011 a estimativa de execução do orçamento do Ministério das Finanças e Planeamento aproxima-se de 12.588 milhões de escudos.

193. Para 2012, fixa-se o montante em 13.405 milhões de escudos, sendo um acréscimo de 6,5% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011.

194. Este Ministério é responsável pela realização de cerca de 41,4% do orçamento do funcionamento do Estado, sendo à volta de 8,1% destinado ao funcionamento do próprio Ministério e 91,9% destinado a fazer face aos Encargos Comuns. Os encargos do Estado geridos por este Ministério, são constituídos no essencial pelos Encargos da Dívida, Transferências aos Municípios, Quotas a Organismos Internacionais, Outras Transferências, Pensões, Restituições, Indemnizações e outros encargos de natureza comum.

195. O orçamento de funcionamento do Ministério da Educação e Desporto absorveu 23,1% em 2009 e 22,2% em 2010 do total de despesas de funcionamento, e estima-se 21,5% para 2011.
196. Coube a este Ministério em 2012, uma fatia de 21,0%, correspondente a um acréscimo de 2,7% em comparação com a estimativa de execução do orçamento de 2011. Esse aumento deve-se essencialmente ao impacto dos recrutamentos assumidos em 2011 e novos recrutamentos e nomeações, progressões, reclassificações da classe docente e reingressos para 2012
197. Ministério da Saúde – Este Ministério absorve nos últimos três anos 9,0% do total de despesa de funcionamento do Estado.
198. Para 2012 apresenta um acréscimo de 5,9%, justificado essencialmente pelo impacto de recrutamento de 2011 e novas progressões e promoções assumidos no orçamento para 2012.
199. Ministério da Administração Interna – Este Ministério em termos de peso, nos últimos três anos, ocupou cerca de 5,9% do total do orçamento de funcionamento de Estado. As suas despesas de funcionamento têm crescido cerca de 12,5%, devido a recrutamento de agentes da Polícia Nacional no quadro de reforço da segurança.
200. Em 2012, o Sector em termos de peso ocupa 6,1% do total do orçamento de funcionamento e apresenta um crescimento de 4,8% em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011, devido a previsão de novos recrutamentos para esse Ministério e para a Polícia Nacional.
201. Ministério da Justiça – O peso deste Sector no orçamento de funcionamento de Estado nos últimos três anos foi cerca de 4,4%, e prevê-se um crescimento de 4,8% em 2012.

202. Este crescimento deve-se essencialmente ao impacto da aprovação do novo Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público, dos recrutamentos assumidos em 2011 e novos recrutamentos assumidos sobre tudo na Polícia Judiciária.

**Figura XXIII - Despesa de Funcionamento por Classificação Orgânica**

MINISTÉRIOS	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			% Estrutura			
	Exec 2009	Exec 2010	Est 2011	Orç 2012	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Presidência da República	132	137	140	170	3,9	1,8	21,9	0,5	0,5	0,5	0,5
Assembleia Nacional	592	613	656	688	3,5	7,0	4,9	2,2	2,2	2,1	2,1
Supremo Tribunal de Justiça	40	34	39	52	-13,9	14,5	32,8	0,1	0,1	0,1	0,2
Procuradoria Geral da República	44	39	42	77	-11,7	7,7	82,7	0,2	0,1	0,1	0,2
Concelho Superior da Magistratura Judicial	0	0	18	57	-	-	214,2	-	-	0,1	0,2
Tribunal de Contas	66	90	94	102	35,1	4,7	9,0	0,2	0,3	0,3	0,3
Comissão Nacional de Eleições	15	14	31	34	-9,6	125,0	9,2	0,1	0,0	0,1	0,1
Comissão Nacional de Recenseação Eleitoral	41	41	55	56	-2,0	35,0	2,5	0,2	0,1	0,2	0,2
Chefia do Governo	450	422	435	492	-6,2	2,9	13,2	1,7	1,5	1,4	1,5
Ministerio das Infraestruturas e Economia Marítima	218	228	322	339	4,6	41,2	5,2	0,8	0,8	1,0	1,0
Ministério da Saúde	2.188	2.534	2.972	3.148	15,8	17,3	5,9	8,1	9,1	9,7	9,7
Ministério da Defesa Nacional	667	686	751	754	2,9	9,4	0,4	2,5	2,5	2,4	2,3
Ministério das Relações Exteriores	820	807	848	867	-1,6	5,1	2,3	3,0	2,9	2,8	2,7
Ministério da Administração Interna	1.493	1.678	1.890	1.981	12,5	12,6	4,8	5,5	6,0	6,2	6,1
Ministerio das Finanças e Planeamento	11.616	11.222	12.588	13.405	-3,4	12,2	6,5	42,9	40,4	41,0	41,4
Ministério da Justiça	1.287	1.233	1.247	1.307	-4,2	1,2	4,8	4,8	4,4	4,1	4,0
Ministério do Desenvolvimento Rural	529	540	256	268	1,9	-52,6	4,8	2,0	1,9	0,8	0,8
Ministério do Ensino Superior, Ciências e Inovação	0	0	677	707	-	-	4,4	0,0	0,0	2,2	2,2
Ministério da Educação e Desporto	6.252	6.157	6.608	6.787	-1,5	7,3	2,7	23,1	22,2	21,5	21,0
Ministério de Turismo, Indústria e Energia	204	100	122	133	-51,0	21,7	9,1	0,8	0,4	0,4	0,4
Ministério das Comunidades	0	98	100	90	-	1,2	-9,9	0,0	0,4	0,3	0,3
Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território	40	39	295	318	-2,6	662,3	7,5	0,1	0,1	1,0	1,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Família	233	251	137	0	7,6	-45,3	-100,0	0,9	0,9	0,4	0,0
Ministério da Cultura	142	749	161	173	428,7	-78,5	7,4	0,5	2,7	0,5	0,5
Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento do Recurso Humanos	0	36	182	338	-	409,0	85,3	0,0	0,1	0,6	1,0
Ministério Extinto	0	0	12	0	-	-	-	-	-	0,0	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>27.070</b>	<b>27.749</b>	<b>30.678</b>	<b>32.344</b>	<b>2,5</b>	<b>10,6</b>	<b>5,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Serviços Simples	21.295	21.704	23.703	24.830	1,9	9,2	4,8	78,7	78,2	77,3	76,8
Encargos Gerais da Nação	890	927	1.020	1.180	4,2	10,0	15,7	3,3	3,3	3,3	3,6
Fundos de Serviços Autónomos	4.885	5.118	5.955	6.334	4,8	16,4	6,4	18,0	18,4	19,4	19,6

### 2.4.3.2.3 Por Classificação Funcional

203. Analisando as despesas totais numa óptica Funcional, nos últimos três anos os Serviços Públicos Gerais foram responsáveis pela realização de cerca 40,1% do total do orçamento de Funcionamento de Estado.

204. Para 2012 prevê-se que maior fatia das despesas totais será atribuída também aos Serviços Públicos Gerais, embora com uma diminuição em relação a estimativa de execução do orçamento de 2011, passando de 38,3% para 36,6% do total do orçamento de funcionamento do Estado. Em termos absolutos para o ano em análise, este serviço representa 11.850 milhões de escudos e 7,2% do PIB%.

205. O Sector da Educação nos últimos três anos tem ocupado cerca de 22,7% do total do orçamento de Funcionamento de Estado, justificada em grande parte pela despesa com pessoal, bolsas de estudos e funcionamento dos estabelecimentos de educação dos ensinos básicos, secundário e universitário. Para o ano 2012 prevê-se que este sector absorve cerca de 22,8% do total do orçamento de funcionamento do Estado, 4,5% do PIB, o que representa 7.382 milhões de escudos, justificado essencialmente com despesa do Ensino Pré Primário e Primário em 2.788 milhões de escudos e do Ensino Secundário em 2.555 milhões de escudos.
206. O sector que abrange a Protecção Social nos últimos três anos ocupou cerca de 10,3% do peso do orçamento do Estado.
207. Para o ano 2012 prevê-se que este agregado funcional absorve cerca de 13,1% do total do orçamento de funcionamento do Estado, mais 1,8% comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2011, o que representa 2,6% do PIB. Esta despesa justifica-se essencialmente pelas atribuições de pensões de aposentação, regime não contributivo e outras prestações da responsabilidade do Estado;
208. Nos últimos três anos o sector da Saúde tem representado cerca de 8,9% do total do orçamento de funcionamento do Estado.
209. Para o ano 2012 mantém se o mesmo peso comparando com a estimativa de execução do ano transacto mas em termos absolutos houve um aumento de 173 milhões de escudos o que representa 9,7% do total do orçamento de funcionamento do Estado, explicada essencialmente pela despesa com pessoal e funcionamento dos estabelecimentos de saúde;
210. Segurança de Ordem Pública – Para o ano 2012 esta função absorve 2.885 milhões de escudos, o que equivale 8,9% do peso total no orçamento de funcionamento do Estado, cerca de 1,8% do PIB.

211. Destacam-se Serviços Policiais com 2.037 milhões de escudos, 523 milhões de escudos para Tribunais e 199 milhões de escudos para Prisões.

212. Destacam-se ainda na óptica funcional, o Sector Assuntos Económicos, Defesa, Serviços Culturais, Recreativo e Religiosos, Protecção Ambiental e Habitação e Desenvolvimento urbanístico, com 1.477 milhões de escudos, 762 milhões de escudos, 290 milhões de escudos, 262 milhões de escudos e 55 milhões de escudos respectivamente.

**Figura XXIV - Despesa de Funcionamento por Classificação Funcional**

FUNÇÕES	em milhões de escudos				% Estrutura				em % do PIB			
	Exc. 2009	Exc. 2010	Est. 2011	Orç. 2012	2009	2010	2011	2012	2009	2010	2011	2012
Serviços Públicos Gerais	11.306	11.194	11.752	11.850	41,8	40,3	38,3	36,6	9,0	8,2	7,8	7,2
Defesa	678	686	768	762	2,5	2,5	2,5	2,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Segurança de Ordem Pública	2.675	2.721	2.628	2.885	9,9	9,8	8,6	8,9	2,1	2,0	1,8	1,8
Assuntos Económicos	1.074	1.673	1.887	1.477	4,0	6,0	6,2	4,6	0,9	1,2	1,3	0,9
Protecção Ambiental	0	0	0	262	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	0,2
Habitação e Desenvolvimento Urbanístico	0	0	0	55	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Saúde	2.188	2.485	2.979	3.152	8,1	9,0	9,7	9,7	1,7	1,8	2,0	1,9
Serviços Culturais, recreativos e religiosos	272	149	170	290	1,0	0,5	0,6	0,9	0,2	0,1	0,1	0,2
Educação	6.252	6.103	7.029	7.382	23,1	22,0	22,9	22,8	5,0	4,5	4,7	4,5
Protecção Social	2.625	2.738	3.465	4.228	9,7	9,9	11,3	13,1	2,1	2,0	2,3	2,6
<b>Total da Despesa</b>	<b>27.070</b>	<b>27.749</b>	<b>30.678</b>	<b>32.344</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>21,5</b>	<b>20,4</b>	<b>20,5</b>	<b>19,6</b>
<b>PIB</b>									126.086	136.173	149.791	164.770

### 2.4.3.3 Despesa de Investimento

#### 2.4.3.3.1 Prioridades e Metas da Política de Investimento para 2012

213. A política orçamental, traduzida na política de investimentos, deverá ser um instrumento privilegiado para a implementação do programa governamental.

214. As áreas prioritárias que constituem obrigações constitucionais, designadamente, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia, terão prioridade na destinação dos recursos.

215. Para o ano 2012, o programa de investimentos públicos privilegia acções nas áreas de Segurança Pública, Infra-estruturas, Água e Saneamento, Habitação,

Agricultura, Turismo, Cultura, Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Emprego, Fomento do Empreendedorismo que são considerados sectores de fundamental importância na alocação de verbas.

216. Assim, na elaboração do Programa de Investimentos Públicos para 2012, deu-se prioridade, a projectos com maior impacto no potencial produtivo da economia, na competitividade e na coesão social, visando a criação de condições para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento económico e articulando-se em torno de cinco eixos de desenvolvimento: Boa Governança; Capital Humano; Competitividade; Infra-estruturação e Coesão Social. Para além dos eixos assim definidos, temos um eixo transversal que abrange: género, juventude, demografia, ambiente, investigação e cidadania.
217. Destacando-se os projectos infra-estruturantes com contrapartidas nacionais e projectos que visam o desenvolvimento social e qualificação dos recursos humanos, enquadrados na estrutura do Documento de Estratégia de Crescimento e da Redução da Pobreza II, concebido segundo uma abordagem que se baseia em resultados e focalizado no crescimento, na redução da pobreza e na melhoria da qualidade das condições vida das populações pobres.

#### **2.4.3.3.2 Objectivos e Metas da política de Investimentos**

218. O Orçamento de Estado para o ano 2012 dará continuidade ao programa plurianual de investimento público, com enfoque nos projectos de maior factor multiplicador na economia, e ancorados numa abordagem integradora e de coesão social, visando por um lado, expandir a base produtiva da nossa economia, melhorar a competitividade, reduzir a taxa de pobreza e o desemprego, em particular entre os jovens e as mulheres.
219. Neste sentido várias medidas continuarão a ser implementadas para racionalização e maior eficiência e eficácia das despesas de investimentos, nomeadamente:



- Introdução do Quadro de Despesa de Médio Prazo (2012-2014) global e sectorial no ciclo orçamental, enquanto instrumento de intermediação da política, planeamento e orçamentação.
- Melhorar a estimativa e selecção dos projectos, dando prioridade aos projectos geradores de emprego de infra-estruturação sociais, e projectos que visam a formação bruta de capital fixo, ou seja que contribuem com maior factor multiplicador na economia de modo a amenizar os efeitos da crise internacional e, por outro, melhorar a competitividade das empresas e proteger o poder de compra das famílias.
- Redução das contrapartidas financiamento interno (Tesouro) aos Projectos de Investimento dos Serviços e Fundos Autónomos, com capacidades para arrecadação de receitas próprias e mobilização de recursos externos;
- Redução das despesas corrente nos Projectos de Investimento;
- Implementação de um sistema de seguimento e avaliação dos projectos de Investimentos, ancorado numa gestão com base em resultados;
- Introdução do pessoal contratado a nível dos projectos de investimentos na Base de Dados dos Recursos Humanos, visando uma melhor gestão dos recursos humanos na Administração Pública;
- Assumpção dos compromissos relativamente a matriz conjunta de acções prévias definidas com os parceiros da Ajuda Orçamental.

#### **2.4.3.3 Financiamento do Programa de Investimento Públicos 2012**

220. O total do financiamento do Programa de Investimentos Públicos para 2012 é de 24.828 milhões de escudos, o que representa 15,1% do PIB estimado para o período, e traduz numa diminuição de cerca de 3.068,2 milhões de escudos em

relação ao PIP estimado para o ano de 2011, sendo o total de investimentos externos incluindo ajuda orçamental de 19.550 milhões de escudos e de financiamento interno - receitas internas de 5.278 milhões de escudos.

**Figura XXV - Evolução da Despesa de Investimento**

Financiamento	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %			em % do PIB		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
<b>Interno</b>	<b>5.053</b>	<b>4.894</b>	<b>5.278</b>	-13,6	-3,1	7,9	3,7	3,3	3,2
Tesouro (Receitas internas)	5.026	4.856	5.258	-10,5	-3,4	8,3	3,7	3,2	3,2
OFN	27	37	20	-88,6	41,0	-46,6	0,0	0,0	0,0
<b>Externo</b>	<b>22.108</b>	<b>23.003</b>	<b>19.550</b>	76,7	4,0	-15,0	16,2	15,4	11,9
Donativo	7.564	7.717	3.690	15,0	2,0	-52,2	5,6	5,2	2,2
Empréstimo	14.414	14.910	15.500	150,5	3,4	4,0	10,6	10,0	9,4
Ajuda Alimentar	130	376	360	-27,4	189,4	-4,2	0,1	0,3	0,2
<b>Total da Despesa</b>	<b>27.161</b>	<b>27.896</b>	<b>24.828</b>	<b>48,0</b>	<b>2,7</b>	<b>-11,0</b>	<b>19,9</b>	<b>18,6</b>	<b>15,1</b>

221. Do total do financiamento externo, 3.480 milhões de escudos são financiados através da modalidade da ajuda orçamental, representando 18% do total do financiamento externo e 14% do total do PIP/2012, sendo 1.525 milhões de escudos provenientes da ajuda orçamental donativo e 1.955 milhões de escudos da ajuda orçamental empréstimos, verificando uma redução de cerca de 14,1% em relação ao montante orçamentado em 2011, conforme demonstra o quadro de evolução da ajuda orçamental.

**Figura XXVI - Evolução da Ajuda Orçamental**

Ajuda Orçamental	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012
<b>Donativos</b>	<b>3.125</b>	<b>2.098</b>	<b>1.525</b>	<b>39,7</b>	<b>-32,8</b>	<b>-27,3</b>
Áustria	331	0	0	200,0	-100,0	-
Holanda		187	0	-	-	-
Holanda Pana II	309	0	0	-20,0	-100,0	-
Espanha	339	662	662	-16,3	95,1	0,0
União Europeia	1.886	937	551	69,4	-50,3	-41,2
Reino Unido	40	37	37	-30,0	-8,5	0,0
Luxemburgo		55	55	-	-	-
Portugal	221	221	221	33,3	0,0	0,0
<b>Empréstimos</b>	<b>4.429</b>	<b>1.950</b>	<b>1.955</b>	<b>69,0</b>	<b>-56,0</b>	<b>0,2</b>
Banco Mundial	2.000	848	852	-	-57,6	0,5
BAD	2.429	1.103	1.103	-7,3	-54,6	0,0
<b>Total da Despesa</b>	<b>7.553</b>	<b>4.049</b>	<b>3.480</b>	<b>55,5</b>	<b>-46,4</b>	<b>-14,1</b>

222. Os donativos directos financiados através da modalidade de ajuda a projectos, sem ajuda orçamental donativo, totalizam o montante de 2.165 milhões de escudos, equivalentes a 11% do total do financiamento externo e 8,7% do total do PIP, sendo o Governo Luxemburguês e a União Europeia os maiores parceiros externos que financiam esta modalidade, com 33,2% e 17,6% respectivamente.

223. O total dos empréstimos externos, incluindo ajuda orçamental empréstimo, é de aproximadamente 15.500 milhões de escudos, equivalentes a 79% do total do financiamento externo e 62% do total do PIP.

#### 2.4.3.3.4 Análise Por Eixos Prioritários

224. As prioridades da política económica e social do Governo estão reflectidas no Programa de Investimentos através da evolução dos meios financeiros posto a disposição para cada Eixo / Programas para investimentos dentro da sua área de actuação.

Eixos DECRP	em milhões de escudos						Taxa de crescimento Exec. em %		
	2009		2010		2011		2012		
	Exc.	Orç.	Exec.	Orç.	Est.	Orç.	2010	2011	2012
Transversal	706	425	552	935	876	431	-21,8	58,6	-50,8
I - Boa Governação	2.257	3.836	3.061	3.526	2.803	3.202	35,7	-8,4	14,2
II - Capital Humano	2.635	3.366	2.322	4.064	3.807	3.058	-11,9	64,0	-19,7
III - Competitividade	2.375	2.304	2.482	2.929	2.744	3.070	4,5	10,6	11,9
IV - Infraestrutura	8.943	19.520	17.054	13.265	15.286	11.367	90,7	-10,4	-25,6
V - Coesão Social	1.441	1.564	1.690	2.877	2.380	3.700	17,3	40,9	55,5
<b>Total Geral</b>	<b>18.356</b>	<b>31.016</b>	<b>27.161</b>	<b>27.596</b>	<b>27.896</b>	<b>24.828</b>	<b>48,0</b>	<b>2,7</b>	<b>-11,0</b>

225. Analisando a evolução do Programa de Investimentos por Eixos/Programas, visualizamos a afectação dos recursos pelas prioridades assim definidas:

- **Eixo de Infra-estruturação**

226. A semelhança dos anos anteriores e dando continuidade a política de infra-estruturação do país, grande parte dos recursos são canalizados para o eixo de infra-estruturação, ou seja para projectos que visam a modernização e expansão das infra-estruturas, desde o ordenamento do território, urbanismo, os transportes e comunicação, o sector energético e a gestão dos recursos hídricos. Este eixo representa (46%) do total dos investimentos, equivalentes a 11.367 milhões de escudos, contribuindo para redução da pobreza, para o desenvolvimento económico sustentado e para a unificação do espaço nacional, garantindo a circulação das pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto e internacionalização da economia.

227. Analisando os investimentos previstos na óptica dos Programas enquadrados neste eixo, verificamos que grande parte dos investimentos está afecto ao Programa das “Infra-estruturas e Transportes” que visa a expansão e modernização dos portos, aeroportos e das estradas (79%) do total do Eixo, equivalentes a 9.012 milhões de escudos e ao Programa de “Energia”, que tem por objectivo a melhoria das infra-estruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia e água, num total de 1.438 milhões de escudos, equivalentes a 13%, do total do eixo.

- **Eixo da Coesão Social**

228. Considerando a política do Governo em combater o défice habitacional para as populações mais desfavorecidas, cujas condições de alojamento criam um fenómeno de empobrecimento urbano e exclusão social e a pobreza, o total de investimentos para este eixo atingiu o montante de 3.700,3 milhões de escudos, equivalentes a 15% do total do PIP e destacam-se os investimentos previstos para o Programa de Habitação Social, num total de 2.465 milhões de escudos, representando 66,6% do total dos investimentos previstos para o eixo, seguido dos Programas de Pobreza e Protecção Social com 17% e 15%, respectivamente.

- **Eixo de Boa Governação**

229. Este eixo abrange desde a ética e transparência na gestão da coisa pública, reforma do estado, governação electrónica, descentralização e administração local, reforma da justiça, segurança e comunicação social e representa 13%, equivalentes a 3.201 milhões de escudos do total dos investimentos públicos.

230. Destacamos os investimentos previstos no âmbito dos seguintes Programas: Melhoria da Gestão da Despesa Pública (66%), Justiça (13%), Participação Política (10%) e Programa de Segurança (9%), do total dos investimentos previsto para o eixo.

#### **Caixa N°3 - O Desafio da Consolidação do e-Government**

O desenvolvimento da governação electrónica ou e-Government, como é frequentemente denominado e, mais especificamente, a criação de uma Administração Pública (AP) electrónica, constitui preocupação central e prioridade para o Governo de Cabo Verde. Ela é, simultaneamente, um vector primordial para a promoção e fomento do novo paradigma de sociedade - a Sociedade do Conhecimento.

A vontade e a necessidade de transformar o funcionamento da Administração Pública, tornando-a mais eficiente, mais eficaz, mais transparente, mais orientada para o cidadão e mais capaz de oferecer serviços com melhores níveis de qualidade, estão patentes na acção governativa, através do desenvolvimento e implementação de estratégias com vista à concretização dessa desejada transformação.

- **Eixo da Competitividade**

231. Este eixo atravessa todos os sectores, desde o primário ao terciário e abarca todos os projectos de agricultura, pesca, turismo, comércio, indústria, sector privado, sistema financeiro, regulação e serviços, representando um total de investimentos de 3.070 milhões de escudos, equivalentes a 12,4% do total dos investimentos, sendo os maiores investimentos previstos para o Programa da “Agricultura” (77,6%), seguido dos Programas das Pescas (11%) e do “Sector Privado” (5%).

- **Capital Humano**

232. Este eixo tem como principal missão contribuir para o desenvolvimento humano e abarca a modernização do sistema de educativo, ciência e tecnologia, saúde, cultura e desporto e representa (12,3%) do total dos investimentos públicos, equivalentes a 3.058 milhões de escudos.

233. Os maiores investimentos públicos estão previstos para o Programa de “Educação” que abrange todo o sistema educativo, desde as acções social escolar, ensino pré – escolar, ensino primário, ensino secundário, ensino superior e a promoção da educação de adultos, com um total de financiamento de 1.221 milhões de contos, equivalentes a 40% do total do eixo, seguindo dos Programas de Emprego e Formação Profissional, com um total de financiamento de 786 milhões de escudos e do Programa de “Saúde” com 771 milhões de escudos, equivalentes a 25,7% e 25,2%, respectivamente, do total do eixo.

234. Para os Programas de “Cultura” e “Desporto” os investimentos previstos totalizam o montante de 280 milhões de escudos, sendo 220 milhões de escudos para o Programa de Desportos e 60 milhões de escudos para o Programa de Cultura, equivalentes a 8 % e 2%, respectivamente do total dos investimentos previstos para o eixo.

235. Os investimentos previstos para os Programas transversais a todos os eixos, representam 2% do total dos investimentos, equivalentes a 431 milhões de escudos e destacam-se os investimentos previstos para os Programas de Ambiente (61%), Juventude (17%) e Investigação (17%).

### 2.4.3.3.5 Financiamento por Ministério

236. Os Ministérios das Infra-estruturas e Economia Marítima (MIEM), do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT), das Finanças e Planeamento (MFP), do Desenvolvimento Rural (MDR) do Turismo Industria e Energia (MTIE) e o Ministério de Educação e Desportos (MED) absorvem a maior parte dos recursos dos investimentos Públicos.

**Figura XXVIII - Financiamento por Ministério e Tipo de Financiamento**

MINISTÉRIOS	Tesouro	OFN	AAL	DON	TES	Total
Tribunal de Contas		10		24		34
Comissão Nacional de Eleições	80					80
Chefia do Governo	474			161		635
Ministério Desenvolvimento Rural	875	0	110	31	1.449	2.465
Ministério Das Finanças e Planeamento	1.203	0	250	29	1.154	2.636
Ministério Das Infraestruturas e da Econo	2.034	0	0	369	7.452	9.855
Ministério Desenvolvimento Social e Fam	501	0	0	0,6	192	694
Ministério Da Administração Interna	452	0	0	0	0	452
Ministério Da Defesa Nacional	56	0	0	0	0	56
Ministerio Do Ambiente, Habitação e Or	739	0	0	86	2.056	2.881
Ministério Da Educação e Desporto	557	0	0	353	417	1.327
Ministério Da Justiça	434	10	0	0	0	444
Ministério Da Saúde	542	0	0	81	0	623
Ministerio Das Comunidades	12	0	0	6	0	18
Ministério De Turismo, Industria e Energ	391	0	0	378	825	1.594
Ministério Das Relações Exteriores	12	0	0	0	0	12
Ministério Da Juventude, Emprego e Des	217	0	0	647	0	864
Ministério De Ensino Superior, Ciencia E	98	0	0	0	0	98
Ministerio da Cultura	60	0	0	0	0	60
<b>Total Ministerios</b>	<b>8.737</b>	<b>20</b>	<b>360</b>	<b>2.166</b>	<b>13.545</b>	<b>24.828</b>

- **Ministério Das Infra-estruturas e Economia Marítima**

237. A semelhança do PIP para 2011, o Ministério pretende dar continuidade aos programas de infra-estruturação do país em curso, assim destacam-se como principais objectivos específicos a concretizar: conclusão das infra-estruturas portuárias, tornando-as mais competitivas e adequadas às necessidades da internacionalização da economia e a natureza dos tráfegos de pessoas e de mercadorias inter-ilhas, implementação de um Plano Rodoviário Nacional para o horizonte 2020, que garanta a circulação de pessoas e mercadorias em condições de segurança e conforto e contribua para o acesso das populações aos benefícios



do desenvolvimento e promoção e valorização dos produtos das pescas, reforçando as actividades de conservação, transformação e comercialização.

238. O total dos investimentos previstos é de 9.855 milhões de escudos, equivalentes a 39,7% do total do Programa de Investimento Público para 2012, destacam-se os projectos que visam a expansão e modernização dos portos, num total 5.841 milhões de contos, sendo os maiores investimentos previstos para os projectos de “Expansão Do Porto Da Praia II Fase (1.591 milhões de escudos); “Expansão e Modernização do Porto Vale dos Cavaleiros e Furna (1.095 milhões de escudos), “Expansão e Modernização Porto de Sal Rei” (1.111 milhões de escudos) e de construção e modernização de estradas (3.084 milhões de escudos), destacando os projectos de: “Construção Do Anel Do Fogo” (726 milhões de escudos), “ Estrada Variante S. Domingos - Pedra Badejo - Calheta (400 milhões de escudos), “Reabilitação e Asfaltagem da Estrada Assomada - Tarrafal” (370 milhões de escudos) e o projecto de “Estrada Praia Cidade Velha (303 milhões de escudos).

- **Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território**

239. O Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território tem a missão de coordenar e executar as políticas em matérias de ambiente, descentralização e desenvolvimento regional, urbanismo, habitação e ordenamento do território, bem como as relações com as Autarquias Locais. O Total dos investimentos previsto para 2012 é de 2.881 milhões de escudos, equivalentes 11,6% do total dos Investimentos.

240. Considerando a política do Governo para a habitação social, 86,8% dos investimentos previstos para o Ministério, equivalentes a 2.500 milhões de escudos foram afectos ao programa de habitação social – Casa Para Todos e requalificação urbana - intervenção integrada para requalificação de bairros degradados.

- **Ministério das Finanças e Planeamento**

241. O PIP do MFP para 2012 totaliza o montante de 2.636 milhões de escudos, equivalentes a 11% do total dos investimentos e abarca os projectos executados através de assinaturas de Contratos Programas com Câmaras Municipais e Associações da Sociedade Civil, tais como os projectos de “Mais Qualidade e Mais Comunidade” (400 milhões de escudos) e de “Micro Realizações” (380 milhões de escudos), cujo objectivo é minimizar os efeitos do mau ano agrícola com a criação de postos de emprego no domínio da habitação, desporto, agricultura e infra-estruturas e os projectos financiados através dos fundos de contrapartida da ajuda alimentar luxemburguesa (372 milhões de escudos), no domínio da educação, saúde e abastecimento de água e saneamento.
242. Também encontra-se inscrito no PIP do MFP um dos maiores investimentos público para os próximos anos, que é a construção da “Cidade Administrativa” num total de 1.061 milhões de escudos.

- **Ministério do Desenvolvimento Rural**

243. O total dos investimentos públicos previsto para o MDR é de 2.465 milhões de escudos, equivalentes a 10% do total dos investimentos, visando promover o acesso e a gestão sustentável dos recursos naturais através do reforço das infra-estruturas e das capacidades de gestão sustentável das comunidades rurais, intensificar e diversificar os sistemas integrados de produção vegetal, animal e agro-silvo-pastoril, promover a gestão e a exploração sustentável dos recursos haliêutica, valorizar os produtos agrícolas; reforçar os serviços técnicos pela activação da pesquisa participativa para o desenvolvimento e da promoção/vulgarização de tecnologias apropriadas e garantir a segurança alimentar às populações, destacando-se os investimentos previsto no âmbito de construção de barragens, modernização e valorização da agricultura e construção de sistema de educação e distribuição de água para rega (1.598 milhões de escudos).

- **Ministério do Turismo, Industria e Energia**

244. O PIP do MTIE totaliza o montante de 1.594 milhões de escudos, equivalentes a 6% do total dos investimentos públicos, canalizados para projectos de energias renováveis e alternativas, da água dessalinizada, de Infra-estruturas de produção, armazenamento e distribuição de energia e água, do turismo, do comércio, da indústria e projectos de reforço da fiscalização/inspecção, visando a melhoria da função fiscalizadora/inspectiva do Estado. Os maiores investimentos estão previstos para os projectos de “Aumento de Capacidade de Produção e Interligação das Rede Eléctricas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Boa vista” (632 milhões de escudos) e “Aumento de Capacidade de Produção e Interligação de Santiago” (187 milhões de escudos).

- **Ministério da Educação e Desporto**

245. O Ministério da Educação e Desporto é o departamento governamental responsável para propor, coordenar e executar as políticas do Governo em matéria da educação pré-escolar, do ensino básico, do ensino secundário, da alfabetização e educação de adultos e promoção do desporto.

246. Tem como missão contribuir para o desenvolvimento humano durável através da formação holística do indivíduo, melhoria da qualidade e do acesso ao sistema educativo e formativo, valorização do capital humano e estímulo à promoção de uma “economia do conhecimento”.

247. O total dos investimentos previstos para o Ministério é de 1.327 milhões de escudos, aproximadamente 5% do total do PIP/2012 e deste montante 49% são canalizados para o subprograma de melhoria do ensino secundário e realçamos a construção de algumas Escolas Secundárias, tais como: Escola Secundária Ponta Verde, Escola Secundária dos Mosteiros, Escola Secundária do Maio e Escola Secundária de Tarrafal de S. Nicolau, seguido dos investimentos previstos para o Programa de “Acção Social e Escolar” (367 milhões de escudos), com realce para os projectos de cantinas escolares, cujo objectivo é fornecer uma refeição

quente aos alunos do ensino básico e promover a saúde escolar e para o Programa do “Desporto” (220 milhões de escudos).

### 2.4.3.4 Dívida Pública

248. A dívida pública total, excluindo atrasados da dívida interna e Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF, manteve a sua trajectória ascendente em termos absolutos, totalizando 99.952,2 nos finais de 2010, prevendo-se que atinja 120.329 milhões de escudos em 2011 e para 2012 prevê-se um stock de 139.594 milhões de escudos.

249. Prevê-se um crescimento de 20.377 milhões de escudos em 2011 face ao ano transacto, e prevê-se um crescimento de 19.265 milhões de escudos em 2012, concorrendo para esse valor uma grande componente externa concessional.

250. No que concerne ao rácio da Dívida Pública em relação ao PIB, este fixou-se em 73% em 2010, em 2011 prevê-se que atinja 80% do PIB e perspectiva-se que aumente para 85% em 2012.

Figura XXIX - Principais Indicadores de Dívida

	em milhões de escudos			2010 / 2011	2011 / 2012
	2010	PREV 2011	PREV 2012		
Dívida Pública	99.952	120.329	139.594	20,4%	16,0%
Dívida Interna	29.519	32.679	36.661	11%	12%
Dívida Externa	70.433	87.650	102.933	24%	17%
<b>Varição em valores absolutos</b>	<b>0</b>	<b>20.377</b>	<b>19.265</b>		
Dívida Interna		3.160	3.982		
Dívida Externa		17.217	15.283		
PIB	136.173	149.791	164.770		
Dívida Pública em % do PIB	73%	80%	85%		
Dívida Interna em % do PIB	21,7%	21,8%	22,2%		
Dívida Externa em % do PIB	52%	58,5%	62,5%		
Varição em pontos percentuais Dívida Pública		7%	4%		-4,4%
Varição em pontos percentuais Dívida Interna		0,1%	0,4%		1%
Varição em pontos percentuais Dívida Externa		7%	4,0%		-7%

#### 2.4.3.4.1 Dívida Interna

251. Numa análise desagregada da Dívida Pública, constatou-se que o stock da Dívida Interna nos finais de 2010 foi de 29.519 milhões de escudos, cerca de 2.388 milhões de escudos acima do valor registado no ano transacto. Em Dezembro de 2011 prevê-se um aumento de 3.160 milhões de escudos em relação a 2010 e para finais de 2012 perspectiva-se um aumento de 3.982 milhões de escudos.
252. Em termos globais, em Dezembro de 2010 o montante de BT's em circulação foi de 600 milhões de escudos e o de OTNS foi de 27.369,1 milhões de escudos, totalizando cerca de 95% do total do stock da Dívida Interna. Os protocolos e outros créditos representam 1% e 4% respectivamente. Do total do stock, 51,4% foi financiado pelo Sistema Bancário e 48,6% pelo Sistema não Bancário.
253. Em termos de evolução, prevê-se que a Dívida Interna aumente em cerca de 11% em finais de 2011 comparado a 2010 e prevê-se um crescimento em 2012 de 12%.
254. No que se refere ao rácio da Dívida Interna em relação ao PIB este evidência uma tendência estável, tendo sido 21,7% em 2010, prevendo-se que em finais de 2011 atinja 21,8%. Projecta-se que se situe à volta de 22,2% em 2012.

#### **2.4.3.4.2 Dívida Externa**

255. A Dívida Externa tem-se caracterizado por uma crescente evolução nos últimos anos, justificada pelas entradas de desembolsos relativos à contratação de novos empréstimos bilaterais, multilaterais e comerciais.
256. Em 2010, o stock da Dívida Externa foi de 70.433,4 milhões de escudos, em finais de 2011 prevê-se que atinja 87.650,4 milhões de escudos, um aumento em valores absolutos de 17.217 milhões de escudos, representando um acréscimo em termos percentuais de 24%. Prevê-se que em 2012 aumente em 17% face a 2011.

257. O stock externo é composto maioritariamente por credores multilaterais, em cerca de 68,4% contra 21,35 % de credores bilaterais e por fim 10,16% de credores comerciais. Sendo que a maturidade média dos créditos multilaterais é de 36 anos, dos bilaterais 20 anos e dos comerciais 14 anos. O portfólio em 2010 reflecte uma média global de maturidade em torno de 33 anos, ou seja de longo prazo.
258. Em relação ao rácio serviço da Dívida Externa/PIB, manteve-se inalterado em 1,9% em 2010.
259. O serviço da Dívida externa em 2010, composto pela amortização de capital, pagamento de juros e outros pagamentos quando comparado com as receitas orçamentais do mesmo período obtém-se um factor de relação de 0,089 (aproximadamente 9%).
260. O rácio Stock Dívida Externa em relação ao PIB atingiu 52% em finais de 2010, em 2011 projecta-se que atinja 58,5%, representando um aumento de cerca de 7% em relação a 2010. Em relação 2012 projecta-se que o peso da Dívida Externa no PIB atinja perto de 62,5%, um aumento de 4%, comparativamente ao ano de 2011.

#### **2.4.3.4.3 Programação para 2012**

261. Relativamente às programações para o ano de 2012, o stock da Dívida Pública ascenderá a 139.594 milhões de escudos, representando um acréscimo de cerca de 16% face ao ano 2011. No respeitante ao rácio da Dívida Pública/PIB, perspectiva-se que venha a atingir 85% em 2012, traduzindo-se num aumento de 4% face a Dezembro de 2011.
262. Em relação a endividamento interno, prevê-se a continuidade da política orçamental executada em 2011, financiando-se o Orçamento do Estado em torno de 3.982 milhões de escudos e prevê-se que o rácio da Dívida Interna /PIB se situe em torno de 22,2 %.

263. Quanto à Dívida Externa projecta-se para o ano de 2012 um acréscimo de 17%, justificado em parte pela entrada de desembolsos externos relativos a acordos de empréstimos na modalidade de ajuda orçamental, bem como outros de Investimento já contratados.
264. Acerca dos empréstimos de retrocessão, para o ano de 2012 não se prevê nenhuma adjudicação de projectos novos, apenas o desembolso dos projectos assinados e em curso. Em termos de receita do serviço da dívida associado aos empréstimos de retrocessão, prevê-se a entrada de 164,5 milhões de escudos em juros e em 24,5 milhões de escudos em capital.

### Figura XXX - Empréstimos de Retrocessão

PROGRAMA DE INVESTIMENTO EMPRÉSTIMOS DE RETROCESSÃO	Financiador	Empresa Beneficiária	Desembolso 2012
Aumento Da Capacidade De Produção Água Praia	Áustria	Electra	354
Aumento Da Capacidade De Produção Água Praia	ESP	Electra	123
Aumento De Capacidade De Produção E Interligação De Santiago	JICA	Electra	260
Porto Palmeira	BEI	Enapor	1.400.
<b>Total</b>			<b>2.137</b>

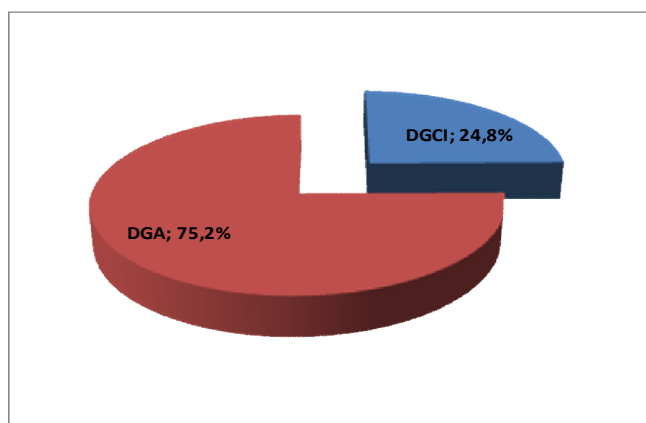
#### 2.4.3.4.4 Financiamento

265. Em termos de estrutura de financiamento, manter-se-ão em 2012 as linhas orientadoras que têm vindo a ser seguidas, ou seja, opcionalmente o financiamento interno deverá se constituir estruturalmente por obrigações de longo prazo. Em termos de financiamento externo, se dará continuidade à contratação de créditos concessionais com parceiros Bilaterais e Multilaterais.
266. Em termos da necessidade de financiamento decorrente da execução do Orçamento do Estado 2012, prevê-se que o financiamento líquido se situe em torno de 19.264 milhões de escudos, sendo que para esse valor, o contributo do financiamento interno é de 3.981 milhões de escudos, representando cerca de 2,4% do PIB programado para o período.

## 2.5 Benefícios Fiscais Concedidos e Receitas Cessantes

267. No ano fiscal 2010, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado foi de 2.737,5 milhões de escudos, dos quais 75% concedidos pela Direcção Geral das Alfandegas e 25% concedidos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos.

**Figura XXXI - Benefícios Fiscais Concedidos em 2010**



268. O montante dos benefícios fiscais concedidos em 2010 corresponde a 10,4% das receitas fiscais cobradas no ano, o que corresponde a 2% do PIB. Em termos absolutos registou-se uma diminuição de 101,3 milhões de escudos em relação ao ano fiscal 2009. Essa diminuição é justificada essencialmente pelo maior rigor na concessão dos benefícios fiscais de carácter aduaneiro.

**Figura XXXII - Evolução dos Benefícios Fiscais**

	em milhões de escudos				
	2008	2009	2010	2009	2010
<b>Designação</b>					
DGCI	773,3	493,4	678,6	-36,2	37,5
DGA	2.494,2	2.345,4	2.058,9	-6,0	-12,2
<b>Total</b>	<b>3.267,5</b>	<b>2.838,8</b>	<b>2.737,5</b>	<b>-13,1</b>	<b>-3,6</b>

Fonte: MF

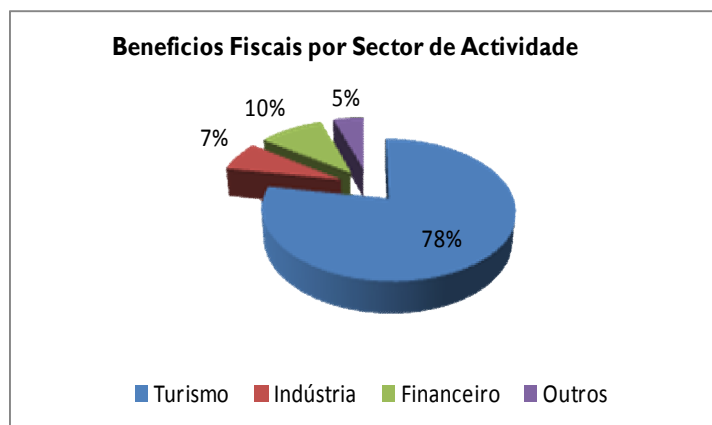


### **2.5.1 Benefícios Fiscais Concedidos pela DGCI no ano Fiscal 2010**

269. No ano fiscal 2010 o número de empresas com direito a benefícios fiscais, em sede do IUR – PC, ascendeu a 88 unidades. Deste universo apenas 53,4% apresentaram resultados positivos, sendo que 36,4% apresentaram resultados negativos e 10,2% não fizeram a entrega da contabilidade à Administração Fiscal.
270. O montante dos benefícios fiscais auferidos pelas empresas com resultados positivos, representou em termos de despesa fiscal a importância de 678,6 milhões de escudos, valor esse, acima em cerca dos 185,1 milhões de escudos do montante registado em igual período do ano anterior. Em termos de rácios esse valor corresponde a 20,9% do total do IUR - Pessoas Colectivas arrecadadas em 2010 e a 2,6% do total das receitas fiscais arrecadadas nesse mesmo ano.
271. Importa salientar que, das 88 empresas identificadas, 56 pertencem ao sector do turismo, 20 ao sector da indústria, e 6 ao sector financeiro (IFI's). As restantes 6 empresas pertencem a diversos sectores, designadamente construção, transporte marítimo e loja franca.

### **2.5.2 Estrutura dos benefícios fiscais concedidos em 2010, por Sector de Actividade**

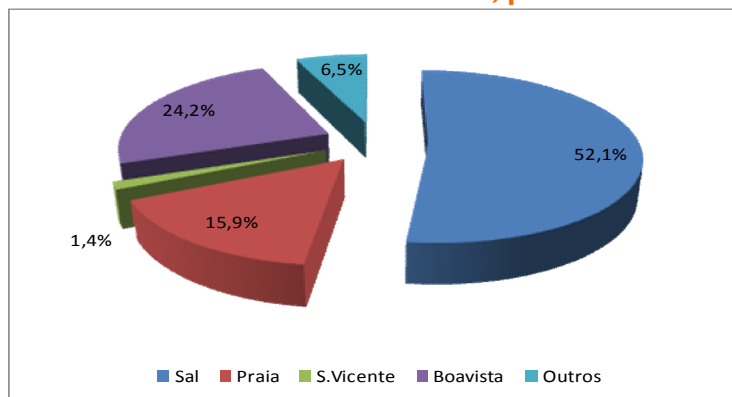
272. No que tange à absorção dos benefícios fiscais, por sector de actividade a situação é a seguinte:

**Figura XXXIII - Benefícios Evolução dos Benefícios Fiscais Concedidos**

273. O sector do turismo – sector com maior número de empresas beneficiárias – é de longe aquele com maior peso em termos de absorção de benefícios fiscais, tendo no ano fiscal 2010 absorvido cerca de 78% dos benefícios fiscais concedidos. A seguir ao turismo figura o sector financeiro – mais concretamente, as Instituições Financeiras Internacionais (IFI's) – com cerca de 10%. O sector da Industria, que tradicionalmente ocupa o 2º lugar em termos de absorção dos benefícios fiscais, quedou-se pelos 7%. Os restantes 5% foram absorvidos por diversos sectores, designadamente os sectores da construção e dos transportes marítimo.

### 2.5.3 Estrutura dos benefícios fiscais concedidos no final de 2010, por Concelho

274. No que concerne à distribuição dos incentivos fiscais pelos diversos concelhos do País a situação é a seguinte:

**Figura XXXIV - Benefícios Fiscais Concedidos, por Concelho**

275. Devido à grande concentração de empreendimentos com estatuto utilidade turística, o Concelho do Sal foi aquele que mais benefícios fiscais obteve no ano fiscal 2010, tendo absorvido 52,1% dos benefícios concedidos. O segundo e o terceiro posto, em termos de absorção de benefícios fiscais, pertenceram aos concelhos da Boavista e da Praia que foram responsáveis pela absorção de 24,2% e 15,9%, respectivamente. Os restantes concelhos absorveram apenas 7,9 % dos benefícios fiscais concedidos.

#### 2.5.4 Benefícios Fiscais Realizados na Direcção Geral das Alfandegas

276. Cumprindo as orientações do Tribunal de Contas procedeu-se em 2010 a mudança de paradigma na apresentação dos montantes de benefícios fiscais concedidos pela Direcção Geral das Alfandegas no período 2008 a 2010. Ou seja, diferentemente aos anos anteriores o montante apresentado refere-se a benefícios fiscais efectivamente realizados mediante a elaboração do competente despacho aduaneiro e registado no sistema Sydonia. Por conseguinte, facilmente se constata a diferença existente entre o montante dos benefícios fiscais concedidos e os realizados motivados pelo desfasamento temporal entre a concessão dos benefícios e a efectivação dos despachos aduaneiros.

277. Assim, de conformidade com o novo paradigma, o quadro abaixo mostra a estrutura da despesa fiscal dos benefícios efectivamente realizados em sede dos impostos aduaneiros, por Concelho, no período 2008 a 2010.

**Figura XXXV - Benefícios Fiscais, por Concelho no Triénio de 2008 /2010**

Concelho	em milhões de escudos			Taxa de crescimento em %		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Praia	1.299	1.063	1.047	-2,0	-18,2	-1,5
S.Vicente	351	327	264	34,6	-6,8	-19,1
Sal	340	285	362	19,0	-16,2	27,1
Boavista	423	576	289	250,5	36,1	-49,8
Outros	82	96	97	14,7	17,2	1,4
<b>Total</b>	<b>2.494</b>	<b>2.345</b>	<b>2.059</b>	<b>19,0</b>	<b>-6,0</b>	<b>-12,2</b>

278. Conforme se pode constatar no quadro acima, mais de metade, ou seja 50,8%, dos benefícios fiscais efectivamente realizados em 2010 foram absorvidos pelo Concelho da Praia, facto justificado essencialmente pelos benefícios atribuídos às indústrias de construção civil, às indústrias de materiais de construção e aos Projectos de desenvolvimento em execução nesse concelho. Por sua vez, devido à predominância nos seus territórios de actividades que gozam do direito de isenção dos impostos aduaneiros - como são os casos das actividades industriais e turísticas -, os concelhos do Sal, Boavista e S. Vicente foram igualmente responsáveis pela absorção de importantes parcelas de benefícios fiscais concedidos, tendo absorvidos respectivamente 17,6%, 14% e 12,8% dos benefícios fiscais concedidos em 2010.

## 2.6 Políticas Sectoriais para 2012

### 2.6.1 Medidas de Política para o Sector Energético

#### 2.6.1.1 Cabo Verde 50% Renovável em 2020 Estratégia e Plano de Acção

279. A energia, uma das bases crucial para o desenvolvimento das actividades das empresas e da qualidade de vida das populações, é um factor fundamental para o progresso de Cabo Verde. Por conseguinte, sem energia disponível, segura e competitiva não é possível promover o desenvolvimento económico e garantir o bem-estar dos cidadãos.

280. A cobertura em termos de energia eléctrica já se atingiu 95% do território do país, no entanto, a elevada dependência dos combustíveis fósseis prejudica a estabilidade e a sustentabilidade do Sector Eléctrico em Cabo Verde.
281. Com efeito, o aumento dos preços internacionais do petróleo reflectiu-se no aumento dos custos de produção de energia eléctrica, o que levou a um forte aumento das tarifas entre 2006 e 2009, consequentemente verificou-se um crescimento ainda mais significativo das perdas eléctricas, demonstrando que não é pela via do aumento dos preços que se conseguirá resolver o problema da sustentabilidade do sistema eléctrico em Cabo Verde.

### 2.6.1.1.1 Energias Renováveis

282. Neste quadro, as energias renováveis apresentam-se como a oportunidade para Cabo Verde resolver os problemas do sector energético, de forma estrutural, reduzindo os custos e bem assim, os preços da energia, minimizando as incertezas e exposição aos riscos das flutuações desfavoráveis dos preços internacionais dos combustíveis, possibilitando a existência uma empresa ou mais empresas concessionárias num sector eléctrico forte, eficiente e sustentável.
283. No final do ano 2010, foram inauguradas as Centrais fotovoltaicas do Sal e Santiago que produzem já 4% de toda a energia consumida em Cabo Verde e no início do ano foi aprovado o Decreto-Lei n.º 1/2011, de 3 de Janeiro, que estabelece um quadro legal promotor das energias renováveis.
284. O Governo vem realizando projectos que permitirão atingir 25% de energias renováveis na produção de electricidade em 2012, com base na energia do vento e do sol.
285. O programa do VIII Governo constitucional estabelece uma meta mais ambiciosa para o sector: atingir os 50% de energias renováveis até 2020.

286. A introdução de energias renováveis terá como principal objectivo a redução dos custos, prevendo-se ser possível atingir uma redução dos custos actuais de aproximadamente 20% até 2020.
287. Assim, de forma a minimizar os custos e garantir um plano de investimentos superior a €300M, o investimento em energias renováveis, nas principais ilhas, será realizado por recurso a linhas de crédito concessionais e a parcerias público-privadas que garantirão a participação da iniciativa privada na construção, operação e manutenção dos projectos e a utilização de mão-de-obra cabo-verdiana.
288. A estratégia e o Plano de Acção para as Energias Renováveis tem como principal meta atingir os 50% de energias renováveis em 2020 e estabelece-se um conjunto de objectivos concretos ao longo de 5 eixos principais, a saber:
- I. Preparar a infra-estrutura;
  - II. Garantir o financiamento e envolver o sector privado;
  - III. Implementar projectos;
  - IV. Maximizar a eficiência;
  - V. Lançar o Cluster das Energias Renováveis.
289. São metas para o sector da energia assumidas no programa do Governo:
- ✓ Garantir aproximadamente a 100%, a cobertura territorial em termos de rede eléctrica;
  - ✓ Garantir uma taxa de acesso das populações à electricidade que se aproxime dos 100%;
  - ✓ Satisfazer 50% das necessidades energéticas do país com energias “limpas” até 2020 e ter pelo menos uma ilha 100% renovável.

## **2.6.2 Medidas de Política do Trabalho, Emprego, Formação e Qualificação Profissional**

### **2.6.2.1 Emprego Formação e Qualificação Profissionais**

290. Com o objectivo consolidar o Sistema Integrado de Educação Formação e Emprego alargar as ofertas de Formação Técnica, Universitária e Profissional em todo o país é necessário desenvolver esforços nessa direcção, e com base em parcerias para o desenvolvimento tanto ao nível da consolidação do Sistema

Integrado de Educação, Formação e Emprego como ao nível da Estruturação de um Sistema Nacional de Qualificações. Para tanto procurar-se-á o Envolvimento de todos na definição e constituição de um Fundo Nacional de Formação e Promoção do Emprego e na dinamização das actividades do Conselho Nacional do Emprego e Formação Profissional.

### 2.6.2.1.1 Emprego

291. Em sintonia e com vista à expansão e crescimento da economia, será implementado um conjunto de acções no sentido da criação de condições favorecedoras de empregos dignos e do aumento da empregabilidade das pessoas e, em particular, dos jovens, das mulheres e de outros segmentos populacionais com dificuldades de inserção no mercado de emprego. Estas acções incluem, entre outros, programas de formação, capacitação e reciclagem para a criação de pequenas e micro realizações que garantem o desenvolvimento empresarial e o acesso a rendimentos.
292. Ao nível do Emprego, o Governo pretende:
- Flexibilizar o mercado de trabalho, revisando os termos de contratação, criando condições para a criação de mais postos de trabalho.
  - Estabelecer ainda e ao longo da Legislatura um Pacto Nacional para Emprego.
  - Elaborar e implementar um Plano Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Humanos.
  - Rever os mecanismos de Financiamento do Ensino Técnico e da Formação Profissional e Inserção no Mercado de Emprego criando condições que facilitem uma rápida inserção dos finalistas dos diferentes subsistemas de Ensino e Formação Profissional no mercado de trabalho.
  - Dar continuidade tanto ao Programa Nacional de Estágio Primeiro Emprego, como ao Programa Nacional de Estágios na Administração Pública, procurando novas parcerias para o alargamento de espaços de acolhimento dos estagiários.
  - Estruturar sempre que necessário Programas Específicos de Inserção no Mercado de Emprego de segmentos populacionais com manifesta dificuldade, designadamente, Pessoas Portadoras de Deficiência, Jovens, Mulheres e Desempregados de Longa Duração.

- Continuar a desenvolver a Formação Profissional Básica de Adultos na perspectiva do Subsistema de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências.
- Promover uma política de igualdade e de equidade de género no acesso à Formação Profissional, ao Ensino e ao Emprego.

### **2.6.2.1.2 Formação Profissional**

293. O Governo reconhece que formação profissional é determinante e fundamental para o emprego assim como o é, o aumento da competitividade e da produtividade. O Governo considera que uma formação profissional inovadora e de qualidade capaz de responder aos desafios do desenvolvimento deve ser colocada em linha de frente de todas as prioridades.
294. Ao nível da formação profissional dar-se-á continuidade tanto ao esforço de alargamento tanto da rede física como da oferta formativa redireccionando-a não só a novas outras áreas de interesse, como às áreas prioritárias expostas no Programa do Governo, quais sejam para responder à concretização do desenvolvimento dos Clusters.

### **2.6.2.1.3 Sistema Nacional de Qualificações**

295. Uma área fundamental de intervenção será a implementação de um Sistema Nacional de Qualificações enquanto instrumento de adequação e integração de todas as ofertas formativas, tanto do Ensino Técnico como da Formação Profissional, através do Catálogo Nacional de Qualificações aprovado ainda em finais de 2010.
296. Através do Sistema Nacional de Qualificações serão elaboradas Perfis e Programas formativos em pelo menos 12 das 22 Famílias Profissionais constantes do Catálogo Nacional de Qualificações e serão criadas condições para um gradual alargamento às outras Famílias constantes do Catálogo.
297. De igual modo e ainda no âmbito da Implementação do Sistema Nacional de Qualificações será estruturado um Subsistema de Reconhecimento, Certificação e Validação de Competências que permitirá o reconhecimento e acreditação de



competências de todos os trabalhadores, independentemente da forma como os tenha adquirido, se por processos de aprendizagem, se por experiência de trabalho.

298. O Governo empenhará activamente na implementação de um Programa de Promoção do Trabalho Digno e implementará Programas de Emprego Público quando as situações justificarem o recurso a esse tipo de medidas. Procurar-se-á, cada vez mais, inserir tais programas nos objectivos de desenvolvimento regional e local.

### **2.6.2.2 Modernização do quadro legislativo e promoção de mais justiça laboral**

299. A promoção do trabalho digno para todos, e a todos os níveis, deve constituir uma responsabilidade partilhada e um objectivo global e estratégico na redução da pobreza e construção da competitividade do país.
300. Na área do trabalho uma das grandes prioridades para o Governo é o fortalecimento da capacidade organizacional e institucional, no domínio das relações e condições de trabalho, através do reforço do diálogo social, modernização do quadro laboral legislativo e a promoção de mais justiça laboral.

### **2.6.2.3 Flexibilização do mercado laboral**

301. Para tal desiderato, assume-se como fundamental a regulamentação do Código Laboral Cabo-verdiano, tendo em vista a sua boa execução, a revisão do direito processual laboral, a actualização e regulamentação da lei sobre o Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e a revisão da legislação em vigor sobre a Higiene, Segurança e Saúde do Trabalhador.
302. Assim sendo, constata-se a necessidade da flexibilização do mercado laboral, promovendo e assegurando por um lado, a melhoria das condições de trabalho e dos trabalhadores e, por outro lado, promovendo e estimulando o aumento da produtividade e da competitividade da economia.

#### **2.6.2.4 Conselho de Concertação Social**

**303.** Ainda, torna-se necessária a reestruturação do Conselho de Concertação Social, enquanto espaço privilegiado de diálogo social. Em particular, deverá ser revisto o sistema de representação de forma a tornar este órgão mais representativo do tecido económico actual. Da mesma forma que se preconiza o reforço e qualificação do Secretariado Permanente do Conselho de Concertação Social para estar mais capacitado para apoiar o desenvolvimento das competências dos negociadores e dos Parceiros sociais.

#### **2.6.2.5 Sistema Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho**

**304.** Com vista a reforçar os mecanismos que permitam a melhoria contínua do Sistema Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, propõe-se trabalhar para a criação de condições que permitem a adopção de medidas sustentáveis para a elaboração e aplicação de políticas e programas de acção nacionais, nomeadamente a adopção de um Plano de Acção Nacional em matéria de Higiene, Segurança e Saúde.

**305.** Propõem ainda a criação de uma entidade competente, para analisar e reexaminar periodicamente a política nacional, coerente em matéria de Higiene, Segurança e Saúde dos Trabalhadores e o meio ambiente do trabalho e formular medidas de políticas sobre a matéria.

**306.** Visando contribuir para uma maior justiça laboral e modernização da administração laboral, o Governo pretende introduzir uma nova dinâmica ao sector laboral, o que necessariamente passará pela implementação de métodos de resolução de conflitos mais rápidos e eficazes.

**307.** Outrossim, o Governo irá promover e imprimir maior dinamismo à Comissão Nacional sobre a Negociação Colectiva, comprometendo-se a assegurar o cumprimento do Plano de Acção para a Promoção da Negociação Colectiva em Cabo Verde (PAPNC).

## 2.6.3 Medidas de Políticas de Recursos Humanos da Administração Pública para o Orçamento do Estado 2012

### 2.6.3.1 Introdução

308. A reforma do Estado e da Administração Pública são pressupostos fundamentais para o sucesso das políticas económicas e sociais, e baseiam-se nos princípios da transparência dos actos administrativos, de um melhor e maior acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos, um maior controlo social das instituições governamentais, enfim, constituem factores da boa governação e da necessária *accountability* que deve caracterizar a gestão dos negócios públicos.
309. O desenvolvimento dos recursos humanos e a adopção de critérios modernos e rigorosos de gestão dos recursos públicos são dimensões essenciais da reforma do sector público e constituem suporte para a boa governação, pelo que, a Secretaria de Estado da Administração Pública, adiante SEAP, tem priorizado, na elaboração das políticas de gestão de recursos humanos, as medidas de políticas que se seguem, destacando-se:
- A implementação de um novo PCCS decorrente da revisão do actual PCCS focalizada no pessoal do quadro comum;
  - Um novo sistema de avaliação de desempenho baseado numa comprovação periódica entre os objectivos fixados para cada funcionário e os resultados efectivamente alcançados;
  - A implementação de um modelo Comum de Avaliação Modelo CAF (Common Assessment Framework);
  - A implementação do Plano Formação para a Reforma do Estado e da Administração Pública;
  - A criação e operacionalização do Fundo Nacional de Formação;
  - Consolidação da desconcentração da BDRH;
  - Racionalização das estruturas e desenvolvimento Organizacional;
  - Regulamentação e institucionalização da pensão unificada.
- I. Preconiza-se um conjunto de medidas de gestão e manutenção dos recursos humanos na administração pública, com impacto directo nos custos e na excelência da prestação de serviços públicos aos cidadãos e, bem assim, o

redimensionamento da estrutura da Administração Pública, reduzindo unidades orgânicas de nível central e número de cargos dirigentes.

## **2.6.4 Medidas de Política**

### **2.6.4.1 Novos instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos na Administração Pública**

- 310.** Os desafios da sociedade cabo-verdiana, no contexto da globalização, e as transformações operadas, a nível do ambiente organizacional da Administração Pública, impõem que os mecanismos de gestão e desenvolvimento profissional dos agentes da Administração Pública sejam ajustados no sentido de valorizar as competências, distinguir os desempenhos elevados e os profissionais comprometidos com os objectivos e resultados da Organização.
- 311.** Com a implementação de um novo PCCS decorrente da revisão do actual PCCS focalizada no pessoal do quadro comum, pretende-se uma nova estruturação da carreira técnica, dando ênfase num novo instrumento de evolução profissional que proporcione novas formas de crescimento. Igualmente, a construção de uma nova tabela salarial, que seja mais aliciante e motivadora e que estimule os agentes a se aplicarem no exercício das suas funções.
- 312.** Outro desafio será a operacionalização de um novo sistema de avaliação de desempenho baseado numa comprovação periódica entre os objectivos fixados para cada funcionário e os resultados efectivamente alcançados. Permitindo que, a avaliação seja feita através de critérios relevantes e validos, baseados em indicadores reais de desempenho; capaz de ser uma fonte de informação que permite gerir o recrutamento, a carreira, o sistema remuneratório e o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários públicos. A implementação desse novo Sistema de Avaliação de Desempenho deverá ocorrer de forma faseada, sendo que o Ministério das Finanças será a instituição piloto.

313. Igualmente propõe-se a implementação de um modelo Comum de Avaliação - Modelo CAF (Common Assessment Framework) que irá fornecer as instituições públicas uma poderosa metodologia para ser utilizada na melhoria contínua dos processos de negócio, em termos de qualidade custo e tempo.
314. A Administração Pública deve ter a garantia de ser servida por profissionais competentes. O ingresso e a evolução na carreira devem ser com base no mérito, transparência e na performance avaliados mediante concurso. Pelo que, será aprovada e implementada uma nova lei de ingresso e acesso na Administração Pública.

#### **2.6.4.2 Política de Formação Profissional Continua dos Recursos Humanos da Administração Pública**

315. A mudança de paradigma na Administração Pública Cabo-verdiana requer do pessoal dirigente, técnico e administrativo novas competências, novas práticas de gestão estratégica baseadas em resultados, além de uma elevação no nível de desempenho. A transformação institucional do sector público de Cabo Verde tornou-se complexa, com as várias reformas em curso, demonstrando importantes desafios para a sua definição operacional e implementação.
316. A formação é hoje encarada como um dos principais instrumentos de desenvolvimento institucional de Cabo Verde. Deste modo, para que os objectivos estratégicos governamentais sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz, os recursos humanos da Administração Pública necessitam de conhecimentos, aptidões, competências e atitudes adequadas às actividades desempenhadas e alinhadas aos objectivos institucionais.
317. Além das necessidades imediatas de reforço das capacidades individuais ou a requalificação do pessoal excedentário, há uma consciência crescente da necessidade da promoção do desenvolvimento humano e técnico contínuo. O Governo, através da Secretaria de Estado da Administração Pública, quer

promover uma estratégia nacional de capacitação dos funcionários Públicos, com foco em competências essenciais e transversais que permitirá a adequação contínua das competências individuais às transformações do país e às prioridades da Administração Pública.

318. Com a conclusão da elaboração do Plano Formação para a Reforma do Estado e da Administração Pública, coloca-se o desafio da sua implementação, bem como a criação do Fundo Nacional de Formação, que deverá garantir o financiamento aos programas e projectos de formação e de inserção profissional dos Recursos Humanos. Igualmente serão desenvolvidos planos de formação vinculados à carreira, com a co-participação financeira dos funcionários públicos.

### **2.6.4.3 Gestão Previsional dos Recursos Humanos**

#### **2.6.4.3.1 Estágios profissionais na Administração Pública e Bolsa de Qualificação e Emprego**

319. A Bolsa de Qualificação e Emprego constitui uma base de informação que tem por objectivo dinamizar os processos de divulgação e publicitação das oportunidades de recrutamento e de mobilidade geográfica, interdepartamental e profissional dos recursos humanos da Administração Pública mediante a previsão de mecanismos que, simplificando e organizando aqueles procedimentos, permitem contribuir para uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos humanos com reflexos na qualidade dos serviços prestados ao cidadão.
320. A bolsa tem sido um instrumento privilegiado de divulgação das oportunidades de emprego na medida em que a divulgação e publicitação entre a oferta e a procura de emprego público no País, passaram a fazer-se nela. A medida traduz-se numa profunda alteração no procedimento administrativo e enquadra-se no âmbito da sociedade de informação na medida em que toda a informação relativa ao emprego público no País passará a estar disponibilizada aos potenciais utilizadores através da Internet.

321. O Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública com vista à inserção na vida activa dos jovens, em especial os recém-saídos dos sistemas de educação e formação, é uma preocupação do Governo, que pressupunha uma actuação concertada e consistente que articule, entre outras a política educativa e a política de formação.
322. Sendo a Administração Pública globalmente o maior empregador nacional e o sector onde há mais diversidade de formações, nela se justifica a criação de estágios remunerados, distribuídos por áreas funcionais em ordem a permitir o pleno aproveitamento do investimento nacional na formação de recursos humanos qualificados.
323. O Programa de Estágios Profissionais na Administração Pública tem como objectivo não só de melhorar a empregabilidade dos recém-formados mas contribuir igualmente para a melhoria da qualidade na administração pública, melhorando o atendimento e a relação serviço público e utentes (cidadãos e empresas), focalizando sobretudo nos tradicionalmente considerados serviços críticos.
324. De referir que o programa passará a abarcar o Sector Privado, sobretudo aquelas instituições que prestam serviço socialmente relevante contribuindo assim para a melhoria da qualificação dos Recursos Humanos destas instituições aumentando a competitividade das mesmas e da economia Cabo-verdiana, passando a Administração Pública a contribuir em matéria de RH para a melhoria do ambiente de negócios.

#### **2.6.4.3.2 Consolidação da desconcentração da BDRH**

325. A Modernização da gestão do pessoal na Administração Pública é um dos objectivos da reforma, e passa, necessariamente, pela adopção de políticas e medidas que visam a informatização da gestão dos Recursos Humanos,

subordinados a critérios integradores, objectivos e transparentes suportadas em soluções e ferramentas de análise que permitam a definição das políticas de gestão Previsional dos Recursos Humanos e o apoio ao processo decisório.

326. A desconcentração do acesso a gestão da BDRH impõem-se pela necessidade de possibilitar o confronto dos dados informatizados com a realidade existente nos serviços e permitir os mesmos serviços actualizar e validar os dados, fazer recenseamento dos novos recrutamentos e mobilidades funcionais ocorridas e retirar o efeito útil da aplicação da gestão dos recursos humanos de forma moderna.
327. Por outro lado, como forma de garantir a actualização e validação dos dados e uma maior transparência, agilidade nos procedimentos administrativos, é necessário que a tramitação dos processos se faça através da aplicação informática da BDRH em tempo real e com alto grau de fiabilidade; com a implementação dos novos fluxos para a tramitação dos actos de Gestão de Recursos Humanos através da Plataforma informática da Base de Dados dos Recursos Humanos da Administração Pública, contribuindo ainda para a redução dos custos na gestão dos processos, da morosidade, da diminuição das pendências.
328. Igualmente, a possibilidade de acompanhamento directo dos processos, pelos interessados e a gerência em tempo real da estatística de processos tramitados pela Administração Pública.

#### **2.6.4.3.3 Racionalização das estruturas e desenvolvimento Organizacional**

329. Com a aprovação da Lei Orgânica do Governo os diferentes departamentos devem proceder ao desenho e definição das respectivas estruturas organizacionais no sentido de alinhar o Programa do Governo com o conjunto de decisões políticas de gestão e alocação dos recursos institucionais existentes,



com vista á satisfação de necessidades dos beneficiários directos da sua actuação, dentro de parâmetros de eficiência e sustentabilidade do sector.

- 330.** A Lei das estruturas da administração central directa do Estado (DL n°39/2009, de 6 de Abril) estabelece a tipologia e classificação das estruturas e dos níveis hierárquicos, estipula a natureza das relações de decisão e comunicação entre a cúpula de administração e os níveis de staff e operação, bem como as modalidades de provisão dos cargos directivos que se distinguem fundamentalmente pelo grau de autonomia financeira e cobertura territorial.
- 331.** Se por um lado a Lei Orgânica do Governo determina o leque substantivo das áreas de negócio departamental, e por outro a Lei das Estruturas parametriza as diferentes unidades organizacionais, os diplomas orgânicos surgem como o resultado da sua confluência mediante a visualização, na prática, da combinação dos sectores e a respectivas estruturas que lhe dão corpo, na medida em que prevêm o número e a natureza dos cargos directivos, de staff ou de especialização, de apoio logístico e áreas operacionais ou de base territorial.
- 332.** Isto implica que todos os diplomas orgânicos que forem submetidos a parecer e aprovação devem fazer constar do seu respectivo quadro de pessoal, enfatizando o índice de tecnicidade tendo em conta a estruturação interna dos serviços.

#### **2.6.4.4 Protecção Social**

- 333.** As bases do regime da função pública consagram entre outras, matérias conexas à protecção social, designadamente sobre a harmonização do direito à protecção social e a aposentação antecipada.
- 334.** Assim, exige-se o aprofundamento e preparação de medidas legislativas que visam, por um lado, dar substância a tais preceitos legalmente definidos e, por outro lado, incentivar a crescente mobilidade dos trabalhadores entre o sector público e o sector privado que tem verificado nos últimos tempos em Cabo Verde.

335. Ressalte-se que, a não estratificação do direito à protecção social satisfaz a preocupação de facilitar a mobilidade dos funcionários públicos, constituindo um dos aspectos fundamentais na política de promoção do emprego e enriquecimento do conteúdo funcional destes mesmos funcionários.
336. Por conseguinte, se se criarem, efectivamente, condições objectivas de o servidor público, ao longo da sua vida profissional, poder passar pelos distintos regimes de protecção social, estar-se-ia a fomentar a mobilidade de funcionários públicos e quiçá a gerar novos postos de trabalho.
337. Assim, preconiza-se que no contexto de protecção social, pelo menos a pensão unificada seja uma realidade a breve trecho.
338. A articulação que se quer a nível nacional também se pode ambicionar no plano internacional, isto é, a intercomunicabilidade com regimes de protecção social dos países estrangeiros, aonde os cabo-verdianos residem e exercem actividades profissionais, sujeito à protecção social.
339. A Aposentação antecipada como se pretendeu medida de descongestionamento da administração pública pode ser reconfigurada numa das modalidades de aposentação estatutária.
340. Poder-se-ia, ainda, aproveitar a revisão dos estatutos de aposentação que se tem em forja e ponderar a flexibilização de idade de reforma, podendo ser com penalizações.
341. No contexto de racionalização das estruturas a aposentação antecipada pode ser uma das alternativas ao pessoal que, eventualmente, se revele excedentário.